

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

# OS ELEITOS DO CÁRCERE

ETNOGRAFIA SOBRE VIOLÊNCIA E RELIGIÃO NO SISTEMA PRISIONAL  
GAÚCHO

ALESSANDRO BICCA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como exigência parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos Alberto Steil

Porto Alegre, março de 2005

## **AGRADECIMENTOS**

*Aos presos e funcionários da Penitenciária Estadual do Jacuí que confiaram suas histórias a minha memória.*

*Aos professores Ari Pedro Oro, Bernardo Lewgoy, Claudia Fonseca, Denise Jardim, Maria Eunice Maciel, Sergio Baptista e aos colegas do Núcleo de Estudos da Religião – UFRGS, que de forma direta ou indireta contribuíram para as reflexões aqui contidas.*

*Ao amigo Antonio Braga pelas conversas animadas de onde surgiu o título deste trabalho.*

*Ao mestre Carlos Alberto Steil pela confiança e orientação que soube respeitar o meu ritmo e estimular a minha curiosidade.*

*A Joana Saraiva pelo carinho, atenção e cumplicidade durante todo este trabalho.*

## RESUMO

A presente dissertação é uma etnografia que tem como objetivo estudar a relação entre atos de violência e como esses podem ser justificados através do discurso religioso. Para tal pesquisei um grupo evangélico, denominado de Estrela do Cárcere, vinculado a Assembléia de Deus e composto por 145 presidiários que cumprem pena privativa de liberdade na Penitenciária Estadual do Jacuí, no município de Charqueadas, Rio Grande do Sul. A pesquisa de campo ocorreu de maio de 2003 a novembro de 2004. No decorrer do trabalho discorro sobre o significado de ser crente dentro do presídio, a importância da honra e sua influência nas formas de ascensão hierárquica, bem como questões que envolvem a aquisição e o impacto simbólico da habilidade da escrita e leitura para o grupo. Concluindo, relativizo o conceito de violência entre os presos crentes e não-crentes, e discuto como o discurso religioso pode justificar atos de violência praticados entre os detentos. A religião atua como um *sistema simbólico* e possibilita aos “irmãos” reescrever o seu passado e ter acesso a uma comunidade que os apóia, fornece suporte emocional e material, tanto enquanto presidiários como quando saem do presídio. A violência é percebida de forma diferente entre os crentes e os não-crentes. Entre os presos não-crentes a violência física é o recurso mais utilizado para resolver qualquer problema interno. Entretanto, para os crentes, a violência só é utilizada como último recurso para manter a ordem e a disciplina no grupo, e quando se faz necessária passa a ser percebida não mais como violência, mas como punição e castigo aos que desobedecem a “Vontade de Deus”.

**Palavras-Chave:** religião, violência, sistema-prisional, honra e hierarquia, aprendizagem da leitura e escrita.

## ABSTRACT

The present essay is an ethnography which aim is to study the relation among acts of violence and how these can be justified through religious speech. For such work I researched an evangelical group, called “Estrela do Cárcere” (Jail Star), linked with Assembly of God and consisting of 145 prisoners who are charged with liberty privation punishment at the Penitenciária Estadual do Jacuí (State Prison of Jacuí), in the municipality of Charqueadas, Rio Grande do Sul. The field research happened from May 2003 to November 2004. Along this work I discuss about the meaning of being a believer inside the prison, the importance of honor and its influence on the hierarchical ascension ways, as well as issues related to the acquisition and the symbolic impact of the writing and reading skills to the group. Finally, I relate the concept of violence between the believers and the non-believers in prison, and I discuss how the religious speech may justify acts of violence practiced among the convicts. Religion acts as a *symbolic system* and allows the “brothers” to rewrite their past and to have access to a community that supports them and provides them emotional and material basis, while they are prisoners and also when they leave jail. Violence is regarded in a different way between the believers and the non-believers. Physical violence is the most used resource to solve any internal problem among the non-believers. However, violence is only used by the believers as a last resource to keep the order and discipline in the group, and when it happens to be necessary, it is no longer perceived as violence, but as a means of punishment to those who desobey “God’s Will”.

**Key words:** religion, violence, prison system, honor and hierarchy, writing and reading learning.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura A:** foto cedida pela Direção do presídio. Visão panorâmica da PEJ.
- Figura B:** prédio administrativo da Penitenciária Estadual do Jacuí.
- Figura C:** jogo de futebol durante o “horário de sol”.
- Figura D:** guardas observando os presos nas guaritas.
- Figura E:** os “irmãos” em momento de confraternização na galeria 4B.
- Figura F:** uma das salas em que realizei as entrevistas.
- Figura G:** sala de aula utilizada pelos professores do Neeja.
- Figura H:** sala de aula utilizada pelos professores do Neeja.
- Figura I:** posto de observação dos guardas entre as galerias.
- Figura J:** posto de observação dos guardas para o pátio interno.
- Figura L:** portão de acesso à Penitenciária Estadual do Jacuí.
- Figura M:** visão da guarita em cima do portão de acesso
- Figura N:** corredor de acesso para as galerias.
- Figura O:** alguns presos trabalhando.
- Figura P:** biblioteca do presídio.
- Figura Q:** cantina do presídio. Esta cantina é terceirizada e funciona durante algumas horas do dia. Os presos, com horários pré-determinados, podem realizar compras.
- Figura R:** “irmãos” do Estrela do Cárcere recepcionando os visitantes antes do culto
- Figura S:** “irmãos” do Estrela do Cárcere confraternizando com os “irmãos” de fora do presídio e seus familiares, antes de iniciarem o culto.
- Figura T:** “irmão” do Estrela do Cárcere sendo conduzido – algemado com as mãos para traz – por dois guardas até o rio Jacuí para ser “batizado nas águas”
- Figura U:** “irmão” do Estrela do Cárcere sendo “batizado nas águas”.
- Figura V:** neste dia o culto tinha um motivo especial, pois seria celebrado o casamento de alguns “irmãos”.
- Figura X:** armas confeccionadas pelos presos dentro da PEJ e apreendidas pela Brigada Militar.
- Figura Z:** casas construídas no terreno da penitenciária.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 A PENITENCIÁRIA, OS PRESOS E A RELIGIÃO: O SIGNIFICADO DE SER UM IRMÃO.....</b>	<b>15</b>
2.1 A Dinâmica de Trabalho.....	30
2.2 Para além do prédio administrativo.....	34
2.3 A Galeria 4B .....	40
2.4 Alternativas ao discurso oficial.....	46
2.5 Ser um integrante do Estrela do Cárcere .....	52
<b>3 SOBRE HONRA E HIERARQUIA.....</b>	<b>61</b>
3.1 Os “irmãos” e os demais detentos .....	70
3.2 Os “irmãos” e os funcionários .....	77
3.3 Entre os integrantes do grupo Estrela do Cárcere .....	87
3.4 Os “irmãos” e os integrantes da igreja que estão “ <i>fora</i> ” da prisão .....	94
<b>4 A INSERÇÃO AO UNIVERSO DA LEITURA E ESCRITA ATRAVÉS DOS ENSINAMENTOS BÍBLICOS.....</b>	<b>103</b>
4.1 O estudo no presídio .....	113
4.2 A Iniciação ao Universo da Leitura dentro do Estrela do Cárcere .....	122
4.3 Outros fatores indutores para a leitura .....	128
4.4 Os “irmãos professores” .....	132
<b>5 DESAVENÇAS, TRANSGRESSÕES E PUNIÇÕES: A VIOLÊNCIA NO PRESÍDIO.....</b>	<b>139</b>
5.1 Violência, resolução de conflitos e punições entre os detentos .....	153
5.2 Violência e religião: a resolução de conflitos no Estrela do Cárcere .....	168
<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>185</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>189</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre atos de violência praticados por detentos dentro do sistema penitenciário gaúcho e como esses são justificados através do discurso religioso é o ponto central deste trabalho.

O meu interesse por pesquisar a relação entre religião e atos de violência nos presídios deve-se ao fato de que, ao longo dos quatro anos em que trabalhei como psicólogo na Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), tive a oportunidade de desenvolver alguns projetos de pesquisas sobre o perfil psicológico de homicidas, reincidência criminal e adesão a programas de tratamento para alcoólicos e dependentes químicos. Também pude conhecer 57 presídios gaúchos – realizando avaliações psicológicas e grupos terapêuticos com os presos ou coordenando equipes de profissionais que trabalhavam nesses locais. Constatei que, em praticamente todos os estabelecimentos prisionais nos quais estive, existiam grupos religiosos, em sua maioria evangélicos pentecostais. Esses não eram homogêneos, pois apresentavam diferenças na denominação religiosa, no número de participantes e na relação que estabeleciam com funcionários e demais presos. No entanto, observei que estes grupos convergiam em pelo menos um ponto: os presos evangélicos eram considerados pelos funcionários e demais detentos, independentemente do presídio, como

diferenciados por “não se envolverem em confusões”, serem “calmos”, “pacíficos” e “cordiais”.

Um dos grupos que conheci nesse período foi o Estrela do Cárcere. Fundado em 1991 por quatro presos convertidos à Assembléia de Deus que após reuniram-se em uma cela da Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) – localizada no município de Charqueadas, distante 60 quilômetros de Porto Alegre – resolveram organizar um grupo para auxiliar à Igreja no trabalho de evangelização aos demais detentos. O nome Estrela do Cárcere foi escolhido por votação, onde cada um dos quatro participantes sugeriu um nome. A escolha foi por consenso e o nome aceito foi proposto por aquele que posteriormente, também por votação e por consenso, tornou-se o líder do grupo. Estrela do Cárcere, segundo dois dos protagonistas deste momento fundante, que ainda permanecem na penitenciária, foi escolhido porque estrela lembra liberdade e luz, e cárcere, por sua vez, é uma alusão à contingência de estarem presos.

O Estrela do Cárcere surgiu como muitos outros grupos da Assembléia de Deus, que tem como uma das suas características o incentivo a pequenos núcleos de fiéis em lugares onde não se tenha uma igreja sede. Esses grupos podem iniciar as reuniões nas suas próprias casas e não necessariamente precisam da presença de um pastor. Com o tempo e a adesão de novos fiéis, poderão ser incorporados a uma comunidade maior ou, ainda, um pastor pode ser designado pelas lideranças da Igreja para conduzi-los e assim constituir uma nova congregação. Os dons recebidos pelo Espírito Santo – principalmente a glossolalia – e as vigílias de oração configuram a base do seu discurso religioso e seus

integrantes são reconhecidos socialmente e se reconhecem – assim como as demais igrejas evangélicas pentecostais – como “irmãos” ou crentes. Historicamente a Assembléia de Deus<sup>1</sup>, desde o seu nascimento até os dias de hoje, tem pregado a necessidade da conversão prioritariamente junto às comunidades periféricas e marginalizadas da sociedade. Como conseqüência os presídios se configuraram em um terreno fértil para a atuação dos pastores no combate ao “mal” e na busca de novos fiéis. No Rio Grande do Sul a Assembléia de Deus desenvolve um trabalho de assistência espiritual e material com os presidiários desde o início da década de 1970.

A preferência por focar a pesquisa no Estrela do Cárcere deve-se ao fato de esse ser reconhecidamente – entre os funcionários e detentos do sistema prisional gaúcho – o maior e mais bem organizado grupo religioso dentro dos presídios. Outra justificativa para minha escolha é a concentração de seus integrantes em um mesmo ambiente – ocupam um local exclusivo na PEJ –, que congrega as funções de dormitório, refeitório, espaço de convivência e realização de cultos. Esse ambiente peculiar, além de favorecer as minhas observações, funciona como uma microssociedade que concentra o universo de relações dos “irmãos”, tornando seu estudo ainda mais instigante.

Para realizar esta etnografia, freqüentei, de maio de 2003 a novembro de 2004, a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ). As observações e entrevistas com os informantes foram realizadas nos finais de semana, principalmente aos

---

<sup>1</sup> A Assembléia de Deus tem como data oficial da sua fundação o ano de 1911, quando dois missionários suecos, Daniel Berg e Gunnar Vingrem, imigraram para o Brasil com a intenção de desenvolver um trabalho de evangelização. Inicialmente estabelecida nos estados do Norte e Nordeste rapidamente se espalhou por todo o Brasil. Conferir Rolim (1985), Mendonza (1989) e Freston (1994).

sábados. A escolha em freqüentar o presídio nesses dias foi não apenas uma opção compatível com os horários dos quais dispunha – uma vez que trabalhava em regime de 40 horas na Superintendência de Serviços Penitenciários –, mas também acabou por apresentar-se como a alternativa mais rica, tendo em vista que nos fins de semana são realizados os cultos do grupo religioso em estudo, ampliando as possibilidades de observação. Além disso, durante a semana há uma intensa movimentação de funcionários administrativos e técnicos, advogados, defensores públicos e, em conseqüência, dos presos, que são chamados para entrevistas e atendimentos. Nos finais de semana, essa movimentação é reduzida, havendo a disponibilidade de salas para a realização das entrevistas e de soldados que, com a exigência menor de deslocamento de presos, encontravam mais tempo não só para realizar as escoltas dos informantes como para conversar comigo.

Uma das minhas preocupações no início da pesquisa foi estabelecer a alteridade com relação aos “irmãos”, funcionários e demais presos. Porque, na condição de psicólogo do sistema prisional estava de certa forma, envolvido com o universo carcerário e seus personagens. Embora o exercício do estranhamento já fizesse parte da minha prática profissional, durante o processo de preparação de inserção no campo eu tentei catalogar – na falta de outra expressão – todas as minhas certezas, pontos de vista e opiniões generalizadas sobre o sistema prisional, violência, crime, os presos e religião. Esta auto-reflexão contribuiu para que, mesmo não transformando o “outro” em total estranho, pude separar a minha experiência pessoal e profissional do que era observação de campo. Não procurei

de forma alguma apagar a minha prática, idéias e reflexões anteriormente elaboradas, mas sim fazer uso delas e estabelecer um diálogo dialético com o que encontrava no campo de pesquisa e assim melhor compreender o universo de significações que estudava. E não foi em apenas um momento que as minhas idéias previamente concebidas se revelaram divergentes das observações de campo.

Apesar do meu vínculo profissional não escapei a burocracia institucional que uma pesquisa em um estabelecimento prisional está sujeita. O acesso às dependências do presídio, as entrevistas com os presos, fotos e dados institucionais somente eram permitidos mediante prévia autorização da Direção da PEJ. Uma outra dificuldade que se apresentou no início da pesquisa foi que mesmo utilizando a credencial de pesquisador do Departamento de Antropologia da UFRGS e, embora já não freqüentasse a PEJ há um pouco mais de um ano a minha prévia experiência profissional fez com que os presos, em um primeiro momento, não tivessem clareza do que a minha presença significava. Além do receio de estarem sendo “avaliados” por um psicólogo, frequentemente alguns presos me confundiam com um assistente social, advogado e até mesmo, por causa da máquina fotográfica e do gravador que às vezes levava comigo, com um jornalista. Mas à medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida e o contato ficou mais freqüente foram associando a minha imagem a figura um tanto nebulosa de um “pesquisador da universidade” – não necessariamente um antropólogo – que não estava ali para fazer “avaliações”, o que permitiu que ficassem mais a vontade e receptivos à pesquisa.

Outra questão que surgiu no decorrer do trabalho foi como identificar os participantes deste estudo. Considerando que todo tipo de identificação é uma escolha de critérios adotei duas formas principais. O primeiro recurso utilizado foi o emprego de pseudônimos. O uso de nomes fictícios surgiu como uma tentativa de evitar a exposição desnecessária e a estigmatização social para além dos muros da penitenciária, de algumas pessoas que me relataram situações pessoais de agressões, abusos e constrangimentos. Para não alterar alguns nomes e manter outros, optei por identificar a todos com um pseudônimo. O segundo recurso foi a utilização da forma com que os próprios presos se identificam e estabelecem as relações no presídio, ou seja, através dos crimes que cometeram. Embora às vezes também descreva algumas características pessoais – como o Renato, que tem 40 anos, cabelos escuros, olhos azuis e etc. – por serem importantes para a compreensão de determinada situação, uso mais comumente a descrição do Renato como tendo sido condenado a 70 anos de prisão por ter cometido assaltos a banco e latrocínio e como já tendo participado de duas fugas.

No primeiro capítulo deste trabalho discuto o que significa ser integrante do grupo religioso Estrela do Cárcere dentro da Penitenciária Estadual do Jacuí. Com a intenção de contextualizar a discussão proposta apresento inicialmente, de forma breve e sistemática, a história do presídio, sua estrutura física e quem são os funcionários que lá trabalham.

No capítulo seguinte trato o significado da honra e como ela influencia as relações tanto entre os integrantes do Estrela do Cárcere, como desses com os funcionários do presídio, com os detentos não integrantes do grupo e com a

comunidade da Assembléia de Deus que está fora do presídio. Para realizar essa discussão sobre o significado da honra e apontar como ela interage nas relações, utilizo a hierarquia como uma chave de leitura.

O terceiro capítulo versa sobre a aprendizagem da leitura e escrita entre os integrantes do grupo religioso e as disputas de poder e status envolvidas nesse processo. Relativizo a importância da escrita e o que significa saber ler para os “irmãos”.

Finalizando este trabalho, em *A Violência Redentora* apresento a relação entre o discurso religioso e a prática de atos de violência cometidos dentro do presídio pelos próprios presos. Contextualizo o significado do que os detentos crentes e não-crentes entendem por violência e apresento a diferença na percepção do que seja violência para ambos.

O que pude perceber neste trabalho foi que a religião possibilita aos “irmãos” reescrever o seu passado e ter acesso a uma comunidade que os apóia e fornece suporte emocional e material, tanto enquanto presidiários como quando saem do presídio. A violência é percebida de forma diferente entre os crentes e os não-crentes. Entre os presos não-crentes a violência física é o recurso mais utilizado para resolver qualquer problema interno. Entretanto, para os crentes, a violência só é utilizada como último recurso para manter a ordem e a disciplina no grupo, e quando se faz necessária passa a ser percebida não mais como violência, mas como punição e castigo aos que desobedecem a “Vontade de Deus”.

## **A Penitenciária, os Presos e a Religião: o significado de ser um “irmão”**

Neste capítulo discuto o significado de ser integrante do Estrela do Cárcere. No entanto, antes de abordar diretamente a dinâmica do grupo religioso, proponho, por mais sinuoso que pareça, que nos familiarizemos um pouco com o espaço prisional em que estes homens se encontram. Essa opção na condução do texto baseia-se no entendimento de que o Estrela do Cárcere, na sua estruturação atual, como demonstro no decorrer deste trabalho, somente foi possível, entre outros fatores, devido às contingências apresentadas tanto pelo espaço físico da penitenciária, como pela relação que os religiosos estabeleceram com aqueles encarregados de mantê-los presos.

A Penitenciária Estadual do Jacuí, mais conhecida como PEJ, foi criada em vinte de março de 1969, através do decreto de Lei 19.572 e está localizada no município de Charqueadas, a 60 quilômetros de Porto Alegre. Embora a PEJ só tenha aparecido oficialmente no final da década de 1960 a sua história é um pouco mais antiga. Conforme Wolff (1991), a área onde hoje está a PEJ, até a primeira década do século XX, era uma fazenda de propriedade do senador Ramiro Barcelos, que a utilizava para as charqueadas<sup>2</sup>. Esta fazenda em meados de 1909, após declarar falência, passou ao estado. Nas décadas de 1910 e 1920 o governo estadual a utilizou primeiramente como um posto zootécnico que acabou, por sua vez, sendo desativado e em seu lugar foi instalada uma unidade

---

<sup>2</sup> As charqueadas são lugares onde se produz o charque (carne bovina salgada e cortada em mantas) muito característico no Rio Grande do Sul. A produção de charque era tão intensa nesta região que inclusive originou o nome do município de Charqueadas, onde se encontra a Penitenciária Estadual do Jacuí.

do hospital psiquiátrico São Pedro, onde os pacientes se dedicavam ao plantio de hortaliças e à avicultura.

A intenção era de que este trabalho abastecesse a Santa Casa de Misericórdia, a Casa de Correção e o próprio Hospício São Pedro. Dificuldades de pessoal para orientação das tarefas e a falta de equipamentos e sementes inviabilizaram o projeto. (WOLFF, 1991, p. 346).

Nesta época o sistema prisional gaúcho vivenciava inúmeras dificuldades com a falta de recursos financeiros, material e superlotação carcerária. A Casa de Correção – principal estabelecimento prisional gaúcho entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX – localizada às margens do Rio Guaíba, no centro de Porto Alegre, ao lado do atual Museu do Trabalho, abrigava além de homens condenados pela justiça e presos provisórios, também mulheres e menores infratores. Lemos Brito no ano de 1924, em Os sistemas penitenciários do Brasil, quando inspecionou estabelecimentos prisionais do norte ao sul do país, comentou que as condições em que os presos viviam eram “nefastas” e sobre a Casa de Correção apresentou o seguinte cenário:

[...] estão noventa e nove células, das quaes dezoito se destinam a reclusão disciplinares, barbearia, dormitório dos guardas, pavilhão de tuberculosos, cozinha da enfermaria, escola, depósitos de roupas, gabinete dentário e cárcere das mulheres.

Observa-se asseio em todas ellas, mas, infelizmente, sendo elevada a população carcerária, é reduzido o número de cellulas, chegando a ver dez e quinze reclusos em uma só prisão.

[...] havia ali por ocasião de minha visita, em prisões separadas, mas no corpo do edificio 15 mulheres e 25 menores, além de simples detentos e pronunciados.

Pena é que, apertada entre o rio, a rua e o novo caes do porto, nada mais, ou pouco mais ali possa tentar<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Citado em WOLFF, 1991, p. 347 – 348.

Em cinco de dezembro de 1930, através do decreto de Lei 4664, foi criada a Colônia Correccional. A instituição propunha-se a reabilitar pelo trabalho e instrução detentos do sexo masculino, maiores de dezoito anos e condenados por<sup>4</sup>:

- a) proverem a subsistência por meio de ocupação proibida por lei ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes, como os ladrões, cafetinagem, vigaristas, batedores de carteiras ou punquistas;
- b) se sustentarem exclusivamente do jogo;
- c) os que mendigarem tendo saúde e aptidão para o trabalho, ou simularem enfermidade ou qualquer motivo para despertar a comiseração alheia;
- d) os que deixarem de exercer a profissão, arte, ofício ou qualquer mister em que ganhem a vida honestamente, não possuindo meios de subsistência por fortuna própria, e não tenham domicílio certo tais como vadios, vagabundos, que costumem vagar pelas ruas na ociosidade;
- e) os que por hábito andarem armados em correrias provocando tumultos e incutindo terror, quer aproveitando o movimento da população em festas e solenidades públicas, ou em outras quaisquer circunstâncias;

Na Colônia Correccional os presos, enquanto estivessem cumprindo pena, deveriam vincular-se a uma das atividades oferecidas nos setores de agricultura e pecuária, ou participarem das oficinas permanentes de ferraria, carpintaria, serraria e olaria (decreto 4664, cap. 1, art. 6º § 2 a 4). Mesmo não especificando o valor, foi garantido a cada detento vinculado a uma atividade laboral um pecúlio desde que, na avaliação do administrador, apresentasse um *exemplar comportamento* (decreto 4664, cap. 1, art. 12º). O objetivo com estas medidas era promover nos presos a *reabilitação moral e desperta-lhes o sentimento de liberdade e os hábitos de auto coerção* (decreto 4664, cap. 1, art. 6º § 1).

---

<sup>4</sup> Capítulo 1, artigo 1º, letras A-E do Decreto de Lei 4664 de 1930.

Embora criada oficialmente a Colônia Correccional não tinha local definido e previsão de instalação. Os presos que deveriam cumprir pena na Colônia continuavam na Casa de Correção. Em três de junho de 1933 o decreto nº. 5345, no seu artigo 1º, garante a todos os presos da Casa de Correção o direito de solicitar a Administração do presídio um *emprego em serviços externos de utilidade pública* desde que tenham condenação não *menor de seis meses, que seja criminoso primário*, que já tenha cumprido *um quarto da pena na Casa de Correção*, bem como manifeste *bôa conduta carcerária*. Conforme consta na introdução do decreto nº. 5345 estas garantias foram baseadas nas seguintes considerações:

O trabalho é um magnífico meio de disciplina e um poderoso elemento de reforma;

Considerando que todo o condenado, findo o tempo de reclusão em cela, é obrigado a trabalhar enquanto durar a sua condenação, (art. 47 do decreto nº. 20012, de 22 de agosto de 1913: Regulamento da Casa de Correção);

Considerando que a Casa de Correção da capital, do tempo ainda do Império, não tem já trabalho para 50% de sua população carcerária pela exigüidade de espaço, para a criação de novas oficinas;

Considerando que a aplicação de condenados nos serviços externos de utilidade pública é de grande vantagem para o Estado, sob o ponto de vista econômico, pois é inegável que a mão de obra penal é menos onerosa que a mão de obra livre;

Considerando que os condenados que tiverem cumprindo  $\frac{1}{4}$  da pena em penitenciária agrícola ou em serviços externos de utilidade pública (art. 1º., nº. 3, do Dec. nº. 16665, de 6 de novembro de 1924) tem direito de preenchidas as demais exigências legais, requerer o livramento condicional com o cumprimento apenas de metade da pena; Considerando que não temos penitenciária agrícola;

Apesar destas resoluções os problemas da falta de trabalho, locais adequados para abrigar os presos de acordo com o seu tipo de crime e a superlotação carcerária continuaram. Em 1939 o estado gaúcho, em nova

tentativa de solucionar os problemas da Casa de Correção, efetiva a implantação da Colônia Penal, do Manicômio Judiciário e do Reformatório para mulheres. A Colônia Penal passa a vigorar nos moldes do decreto de Lei 4664 de 1930, que regula o funcionamento da Colônia Correccional e foi instalada, aproveitando a infra-estrutura já existente, em Charqueadas no mesmo local onde antes fora o abrigo para pacientes mentais do Hospital São Pedro.

Ao mesmo tempo em que a Colônia Penal foi instituída viu crescer ao seu redor uma pequena vila constituída por ex-detentos, familiares de detentos, funcionários do sistema prisional e da Brigada Militar. A vila se originou segundo Wolff, devido à vasta extensão de terra, a distância de Porto Alegre cujo único acesso era por via fluvial e pelo regime *mais ameno com o trabalho externo nas oficinas e agricultura* (WOLFF, 1991, p. 349). Aliado a estes, incluo o próprio decreto 4664 que em seu artigo 19<sup>a</sup> estipula que *todos os empregados são obrigados a residir nos edifícios centraes da Colônia ou em casas próximas*, a pouca fiscalização do estado e o perfil dos detentos da Colônia Penal – sendo muitos condenados por mendicância e vadiagem, sem ter para onde ir após o cumprimento da pena – como fatores que também contribuíram para o crescimento da vila.

Mas o principal fator que favoreceu o crescimento desta vila ao redor da Colônia Penal, talvez tenha sido que em meados de 1943 o estado permitiu – ou melhor, oficializou uma prática que já vinha ocorrendo há alguns anos – aos

presos que construíssem casas para residirem com seus familiares<sup>5</sup> e, no intuito de compensá-los pelo pagamento insuficiente a subsistência pelos serviços que estes prestavam, também passou a fornecer uma cesta básica de alimentos. A assistente social Maria Tavares, que trabalhava na Colônia Penal e na Casa de Correção nesta época, comenta:

[...] Recebe (os presos) uma casinha, ou parte de uma; a falta de casas é muitas vezes resolvida pelos nossos “ranchos” primitivos. [...] Cada família recebe mensalmente ranchos correspondentes às diárias de cada membro, porém de todas as que visitamos, só duas recebiam as etapas correspondentes, as demais recebem-nas em quantidades inferior ao número de membros da família; todas com exceção, daquelas duas, queixavam-se de que o “rancho” durava até o dia vinte de cada mês; nos dias restantes “é uma agonia” (TAVARES, 1948, p. 46).

Para Wolff (1991, p. 350) esta prática *gerou uma relação de dependência e inércia por parte das famílias*. Penso que tais medidas não geraram a dependência, mas fortaleceram a relação assistencialista, já existente, do estado em relação aos presos e seus familiares. Em contrapartida, ao contrário do que possamos ser induzidos a pensar pelo fato dos presos não se dedicarem aos trabalhos oferecidos pela administração da Colônia Penal, estes não estavam inertes, pelo menos não, em assuntos que lhes interessavam. Eles passaram a adaptar e desenvolver outras formas de relações a partir da realidade que vivenciavam, como podemos observar no depoimento da assistente social Maria Tavares:

A Colônia Penal Agrícola, não tem nem metade da sua área cultivada, as máquinas agrícolas são as mais rudimentares, os meios de transporte idem. De forma que as turmas que trabalham longe perdem um tempo enorme em locomover-se, pois que na maioria das vezes vão a pé, quando não em carros de bois; [...]

---

<sup>5</sup> Conforme Wolff [...] *mesmo com objeções, por parte da Susepe e das próprias direções da Casa, essa situação vai perdurar até o final da década de 80, quando se exclui a permanência de familiares de presos na área da PEJ* (1991, p. 350).

esta (a colheita) é deficiente, provavelmente ao miserável ordenado de Cr\$ 1,00 a 1,50 por dia, que tira ao preso todo o estímulo e torna-lhe o trabalho ezecrado

[...] Quando o preso vae para a Colônia, em regra geral, procura trazer consigo mulher, filhos, mãe ou alguém que o queira acompanhar durante este período de provação.

[...] Há mulheres que só “casam” com presos da Colônia; quando o “marido” é liberado, não o acompanham, ficam a espera de outro; na maioria dos casos há um prévio atendimento, de forma que o novo habitante da casa já a recebe com “móveis e utensílios”.

Estas mulheres (familiares dos presos) são geralmente mulheres que viviam em baixo de pontes, no Abrigo Dias da Cruz etc. Acham o clima de todas suas aspirações, ter um pouso de um companheiro certos, principalmente pouso. Perfeitamente compreensível. Parece-nos que o sistema de distribuição de casas está defeituoso, assim como o de alimentação. Em rara casa vê-se uma horta, quase todas têm porcos, donde se conclui que roubam as lavouras da Colônia, para alimentação dos porcos e a própria.

[...] Durante os primeiros meses, o número de pessoas corresponde ao fichado, mas desde que sentem segura sua estabilidade, o preso ou sua mulher, manda vir os demais membros: não raro surgem mais dois ou três filhos, mãe ou irmãs; de forma que o “rancho” calculado para três ou quatro pessoas, é dividido ente seis ou oito, dando-se fatalmente o desequilíbrio.

[...] há ainda o caso de presos, que, prestes a irem para a Colônia, combinam com uma mulher que, a título de sua “companheira”, vae para lá. A finalidade desta ida é um negócio como outro qualquer e o preso recebe a parte que lhe corresponde do negócio (TAVARES, 1948, p. 45 – 47).

No ano de 1953 com o intuito de amenizar as fugas que se tornavam constantes e contornar os problemas administrativos da Colônia Penal ocorreram algumas modificações na administração penitenciária. Modificou-se o perfil da instituição que se aproximou de um presídio fechado, onde o detento embora em regime semi-aberto somente poderia exercer atividades laborais dentro do próprio presídio. Esta medida também se mostrou ineficaz no controle da segurança. A reportagem do Jornal Correio do Povo em 21 de fevereiro de 1954, páginas 17 e

22, intitulada “A Colônia Daltro Filho sem Máscaras” descreve este processo da seguinte maneira:

Além de não possuir qualquer instrumento para regeneração do criminoso, [...] ainda adotou uma praxe singular: permitiu que os presos casados fossem construindo choças e malocas em pontos diferentes da grande área, nelas colocando suas famílias, mulher, filhos, ascendentes, primos, etc. Vimos famílias inteiras em condições alarmantes.

A princípio essas construções eram postas, indistintamente, ao lado das dos funcionários da Colônia. Depois, alguns presos começaram a construir mais longe. E operou-se um espetáculo sem dúvida único da história do sistema punitivo entre nós: encontramos dessas malocas nos pontos mais afastados e abandonados da Colônia. Vimos choças a mais de oito quilômetros do centro da guarda. Um levantamento de alguns minutos revelou outro aspecto grave: famílias inteiras ali vivem, completamente à margem da sociedade, sem nada produzir, apesar de sobrar terreno e boa terra. Em sua maioria estas casas não possuem horta, nem pé de milho ou mandioca que seja, galinheiro ou outra criação doméstica. O chefe da casa – que é o encarcerado – faz o trabalho obrigatório nos lides da Colônia e só. O resto vegeta. Também para que o governo fornece ranchos para a alimentação de toda a família.

[...] qual o trabalho de regeneração? Há escola supletiva? Há o exame individual dos criminosos e algum trabalho para a sua recuperação? Há possibilidades para o trabalho dos familiares dos presos que ali se encontram? Não há nada disso.

Uma verdadeira fábrica de párias e não um instrumento de regeneração, é a Colônia Penal Daltro Filho.

Em 1955, a Colônia Penal apresentava um número excessivo de presos e faltavam vagas nos setores de trabalho. Como se não bastasse à instituição – que já abrigava alguns presos em regime fechado<sup>6</sup> –, também passou a servir como hospital de caridade, asilo para inválidos, abrigo para doentes mentais e refúgio para moradores de rua sem, no entanto, apresentar o mínimo de infra-estrutura (RIO GRANDE DO SUL, 1998, p. 21).

---

<sup>6</sup> Mesmo não tendo chegado a nós registros precisos, segundo Wolff (1991, p. 355) entre os anos de 1951 a 1955, a Colônia Penal passou a ser designada de Penitenciária Agrícola e destinada também a abrigar presos em regime fechado.

Estes problemas foram se agravando com os anos e o jornal Folha da Tarde (10/07/1959, p. 8) com a manchete “Mais de dez presos fugiram da Colônia Penal Daltro Filho” destaca:

Nos últimos cinco meses nada menos de duzentos foragidos foram capturados pelos atentos policiais, o que atesta de forma eloqüente a desorganização dos serviços penais do Estado, onde a segurança necessária está relegada a plano secundário.

Passado uma década os problemas continuavam os mesmos e, em 28 de dezembro de 1968, a Secretaria do Interior e Justiça com o intuito de organizar o sistema prisional cria através da Lei nº. 5745 a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) que passou a ser o órgão responsável pelo planejamento e execução da política penitenciária estadual. O Supervisor Administrativo da Secretaria do Interior e Justiça, Carlos Alberto Allgayer descreve da seguinte maneira o que pretendia o governo estadual:

Ao me dirigir a um público maior, na oportunidade desta publicação que enfaixa não só nossa filosofia de ação, em matéria penitenciarista como o que temos realizado neste setor – graças as idéias que animam o Secretário Otávio Germano e às condições propiciadas pelo Governador Euclides Triches – não podemos deixar de repetir o que tem sido a tônica de todos os pronunciamentos do titular desta pasta, focalizando a realidade das prisões: a participação social na recuperação dos apenados.

De fato, para nós que, vivenciamos tal problemática, pelos fecundos resultados obtidos, em face da adesão da comunidade ao nosso trabalho, transparece clara a evidência de que, sem a participação de todos, pouco pode fazer o Estado em favor da recuperação dos apenados (SISTEMA PENITENCIÁRIO, 1970, p. 5-6).

Em vinte de março de 1969, por determinação do decreto de Lei 19.572, a área onde fica hoje a PEJ foi separada da Colônia Penal Agrícola e transformada na Penitenciária Estadual do Jacuí, para atender condenados a cumprir penas em

regime fechado. O seu funcionamento, contudo, somente foi regulamentado em 13 de agosto de 1971, pela portaria nº. 314.

Em 1970, o então secretário do Interior e Justiça comenta este período de reformulação e ampliação do sistema prisional gaúcho, da seguinte forma:

Como se trata, porém, de um sistema que está sendo estabelecido paulatinamente, dentro dos escassos recursos humanos e materiais disponíveis, muito ainda está por ser feito. Mas, na realidade, o caminho até agora percorrido, dentro do objetivo maior de recuperar os apenados, através da disciplina sem imposições, do trabalho para todos e da participação ativa do meio social, já nos dá a certeza de que atingimos um ponto irreversível, tal o êxito de múltiplas experiências realizadas.[...] Ainda perdura nos dias de hoje, até nos centros mais adiantados, a visão da pena como punição do delito cometido, pura e simplesmente, uma expiação tanto mais cruel quanto foi à extensão do dano causado à vítima. Alterar este conceito, tão arraigado ao longo dos anos – a própria palavra penitenciária possui ainda a força medieval que lembra o cumprimento de uma penitência – não é tarefa fácil, mas nem por isso, ou por isso mesmo, pode deixar de ser enfrentada (SISTEMA PENITENCIÁRIO, 1970, p. 4).

A PEJ, conforme o item dois da portaria nº. 314, referente à sua organização, passaria a ter entre as suas incumbências desenvolver junto aos presos:

- II - atividades de valorização humana, compreendendo as atividades relativas a ensino, artes, recreação, atendimento social e religioso;
- V - atividades de saúde, compreendendo as relativas ao atendimento clínico, odontológico, psiquiátrico, psicológico e dietético;
- VI - atividades de produção agro-pecuária, às quais incumbe desenvolver os setores de produção agrícola e pecuária;
- VII - atividades de produção industrial e artesanato, às quais incumbe desenvolver os setores de produção industrial e artesanal.

A mudança não foi somente no perfil do preso e no regime das penas, muito embora o trabalho prisional tenha sido garantido pela portaria nº. 314, este foi perdendo espaço e passou-se a enfatizar *a segurança e a disciplina através de*

*controle rígido e repressivo dos presos* (WOLFF, 1991, p. 355). Com o passar dos anos, a PEJ foi crescendo em área física e em número de presos. O quadro de funcionários, porém, não acompanhou este aumento e tornou-se cada vez mais defasado. Adalto, agente penitenciário que há 28 anos trabalha nos presídios gaúchos, comenta acerca da época em que trabalhou na PEJ:

Lembro que quando trabalhei na PEJ, nos anos 80, tinha uns trezentos a quatrocentos presos. Cabiam bem menos. E sabe quantos trabalhavam lá? Nós éramos quatro comigo. [...] A PEJ é um queijo suíço<sup>7</sup> (risos)! De tanto túnel que eles (os presos) cavaram lá embaixo é cheio de túnel, é túnel que dá em túnel que leva a outros e assim vai (risos)! Como eles (os presos) têm todo o tempo do mundo e nós éramos poucos funcionários, viviam cavando! E digo mais: até hoje estes túneis estão por lá!

O aumento desproporcional do número de presos em relação ao quadro funcional facilitou a ocorrência de inúmeras rebeliões e fugas constantes ao longo dos anos. Uma das mais traumáticas rebeliões ocorreu em quatro de janeiro de 1988, quando agentes penitenciários foram feitos reféns e amarrados às grades de uma das galerias, servindo como escudo humano contra a ação dos agentes da Susepe e da Brigada Militar. Nesta ocasião morreram três agentes penitenciários. O agente penitenciário Paulo participou deste episódio e, ao comentá-lo, o faz com inconformismo.

A PEJ era um horror. Aquilo lá acontecia de tudo. Em 88 quando teve aquela rebelião que pegaram uns colegas (quatro agentes penitenciários) de refém e prenderam nas grades de escudo

---

<sup>7</sup> “Queijo suíço” é uma expressão utilizada para aludir os inúmeros túneis que são feitos pelos detentos nas suas tentativas de fuga do sistema prisional. O chefe de engenharia prisional da Susepe em 13 de junho de 1995, um mês antes da ocupação da Brigada Militar nos principais presídios, comenta sobre a descoberta de um túnel no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) onde afirma que a constante e semanal danificação da estrutura do presídio através de depredações e escavações subterrâneas poderiam abalar seriamente as bases desta Casa Prisional. (Zero Hora, 13/07/1995, p. 77). Em outra reportagem de Zero Hora, um ex-diretor do PCPA afirma que o presídio é “um queijo suíço” e o Superintendente da Susepe à época afirma que “realmente, está cheio de túneis lá por baixo” (Zero Hora, 16/05/1995, p. 64).

humano. Tinha o quê? Acho que cinco ou seis guardas de plantão. Para uma cadeia daquele tamanho, é a mesma coisa que não ter.

O funcionário Jonas, que na época era agente penitenciário na PEJ e foi um dos reféns durante a rebelião, conta que foi amarrado pelos presos à grade de uma galeria junto com mais três colegas de trabalho.

Eu fiquei amarrado na grade e era os presos de um lado e os agentes e a Brigada de outro lado. [...] teve um tiroteio e eu vi os meus colegas morrendo do meu lado. [...] na época a PEJ tinha entre 750 e 800 presos e nós éramos só seis na guarda.

Depois deste episódio a administração da PEJ passou ao encargo da Brigada Militar, porém os serviços administrativos e a segurança do presídio continuaram sendo feitos pelos agentes penitenciários. A intervenção na direção da PEJ pela Brigada Militar durou aproximadamente doze meses e, após este período, retornou para a Susepe. Apesar da intervenção na PEJ, esta situação de insegurança devido à superlotação carcerária e ao número reduzido de funcionários não era exclusividade da Penitenciária Estadual do Jacuí, mas uma realidade vivenciada em todos os presídios gaúchos. Podemos observar a disparidade entre o crescente número de presos em relação ao número de agentes penitenciários no seguinte quadro<sup>8</sup>:

<b>Ano</b>	<b>População Carcerária</b>	<b>Agente Penitenciário</b>
1988	5986	905
1989	8106	895
1990	7912	905
1991	8692	1065

<sup>8</sup> Os dados referentes até o ano de 1998 podem ser conferidos na comunicação Rio Grande do Sul (1998, p. 42) e os dados de 1999 até o ano de 2004 foram fornecidos pelo Departamento de Planejamento da Susepe/RS.

1992	9728	965
1993	10280	1436
1994	10878	1705
1995	11024	1512
1996	11408	1494
1997	12402	1483
1998	12895	1490
1999	13255	1439
2000	13784	1223
2001	14862	1609
2002	16692	2079
2003	19801	2120
2004	20800	2101

Em vinte de abril de 1995, o então Superintendente da Susepe, Renato Cramer Peixoto, pede exoneração do seu cargo. Um jornal de grande circulação no Estado noticiou o fato com a seguinte manchete “Superintendente da Susepe se demite”.

Em dois meses e meio de gestão, [...] enfrentou a maior fuga em massa da história do sistema penitenciário gaúcho (45 detentos fugiram do presídio Central na madrugada de 27 de fevereiro), uma execução de um preso por encapuzados que invadiram um presídio e algumas rebeliões (Zero Hora, 21/04/1995, p. 43).

Como consequência desta situação de insegurança nos presídios, em 26 de julho de 1995 o governo do Rio Grande do Sul transferiu a administração da PEJ, do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), da Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC) e do Hospital Penitenciário<sup>9</sup> que até então estavam ao encargo da Superintendência dos Serviços Penitenciários, para a Força Tarefa da Brigada Militar, especialmente criada para esta intervenção. Todos os presídios ocupados pela Brigada Militar

<sup>9</sup> Com o passar dos anos a Brigada Militar também assumiu o controle da Penitenciária Modulada de Charqueadas (PMC), da Penitenciária Modulada de Osório (PMO) e da Colônia Penal Agrícola (CPA).

apresentavam problemas de segurança devido à quantidade e ou à periculosidade dos presos, somado ao fato de contarem com um contingente de funcionários reduzido. No entanto, diferentemente de 1988, a Brigada Militar não assumiu somente a administração, mas também todas as atividades que envolviam a segurança do presídio. O jornal Zero Hora noticiou o fato com a seguinte manchete “Brigada Militar ocupa presídios”:

A partir da ocupação, a BM passou a ser responsável pela administração e pela segurança externa e interna das unidades. [...] A mudança já vinha sendo estudada pelo governo para terminar com os constantes tumultos nos presídios gaúchos. [...] O secretário (da Justiça e Segurança do Estado) calculou que falem 350 funcionários nos presídios gaúchos (Zero Hora, 26/07/1995, p. 63).

No dia seguinte à intervenção da Brigada Militar, o mesmo jornal publica declarações de José Eichemberg então secretário de Justiça e Segurança do Estado:

A Brigada Militar assumiu a administração dos quatro maiores presídios do Estado e do hospital Penitenciário, com o objetivo de botar ordem num setor do serviço público que havia chegado a níveis caóticos. Na opinião do secretário de justiça e segurança, é preciso reestruturar todo o sistema de controle dos presídios, pois não se passava uma semana, nos últimos tempos, sem a ocorrência de tumultos, fugas, tentativas de fugas e motins (ZERO HORA, 27/07/1995, p. 24).

A administração dos presídios pela Força Tarefa tinha caráter emergencial e provisório, e permaneceria por 180 dias – podendo ser renovado por mais 180 dias –, prazo estabelecido para que a Susepe organizasse seu quadro funcional. Desde então, este prazo foi sucessivamente renovado. A Susepe ao longo dos anos contratou novos funcionários através da realização de Concursos Públicos – foram admitidos auxiliares administrativos, monitores penitenciários e agentes

penitenciários – e gradualmente recuperou a administração da maioria dos presídios. Mesmo assim, o número de contratações não foi suficiente e alguns presídios permaneceram sob a responsabilidade da Força Tarefa da Brigada Militar.

Atualmente, dos 92 presídios gaúchos, a PEJ, em conjunto com o Presídio Central de Porto Alegre e a Penitenciária Modulada de Osório, são os únicos administrados pela Brigada Militar. Somados, esses três presídios respondem por aproximadamente 30% da população carcerária do Estado. Individualmente, a PEJ é o maior presídio para condenados pela Justiça do Estado do Rio Grande do Sul contando com uma população carcerária de 1.619 presos, sendo 35 em regime semi-aberto<sup>10</sup>. Possui uma área construída de doze mil metros quadrados e mais quatro mil metros quadrados de área livre<sup>11</sup>.

Conforme o dia e o tipo de movimentação realizada – entradas e saídas por transferências, progressões de regime, términos de pena, óbitos – o número de presos oscila. Porém este número vem crescendo gradativamente com o passar dos anos. O soldado Ronaldo, há dez anos na Brigada Militar e dezoito meses na Força Tarefa, acompanhou-me em uma das visitas à PEJ. Durante uma conversa informal na qual especulávamos sobre os motivos do aumento da criminalidade no Estado, comentou:

---

<sup>10</sup> Os números do total de presos na PEJ foram obtidos junto ao setor administrativo deste presídio e são referentes a novembro de 2004. A população carcerária da PEJ só é superada em números pelo Presídio Central de Porto Alegre. Contudo o PCPA destina-se a ser a “porta de entrada” do sistema prisional, abrigando presos provisórios e os que aguardam condenação.

<sup>11</sup> Conforme informações do setor de engenharia prisional da Susepe não se têm dados atualizados da área livre, pois na área da Penitenciária foram construídas muitas casas, inclusive algumas habitadas por funcionários da Susepe.

A PEJ vem crescendo absurdamente. Para tu veres, de 2000 para cá (ou seja, quatro anos) o número de presos cresceu quase 500 (presos). Isto é mais do que a maioria dos presídios<sup>12</sup>.

Frente à falência das medidas adotadas pelo estado para a ressocialização dos presos, o Superintendente da Susepe em reportagem ao jornal Zero Hora declara:

Temos poucos recursos de educação, profissionalização, trabalho, recuperação de viciados e apoio psicológico e psiquiátrico. Hoje, a fé se mostra o mais eficiente meio de ressocialização no sistema (ZERO HORA, 24/11/2002, p. 46).

O depoimento do Superintendente não significa um retorno da Igreja ao Estado, mas sim que o Estado laico permite que a Igreja – seja ela qual for e sempre sob certas condições e com a atuação restrita – exerça algumas funções que o Estado não consegue suprir. A PEJ, entre os presídios gaúchos, é atualmente o exemplo mais bem acabado desta relação, onde o Estado para organizar um ambiente de superlotação carcerária, condições insalubres, disputas de poder e insegurança, permitiu que a religião lenta e gradativamente se constitui-se na sua principal alternativa na tentativa de estabelecer o controle sobre os presos e suprir a carência de pessoal especializado.

### **A dinâmica de trabalho**

Neste local destinado a receber homens que foram julgados pela Justiça a cumprirem Pena Privativa de Liberdade por transgredirem o Código Penal Brasileiro e mantê-los afastados do convívio social trabalham diariamente, revezando-se em turnos, aproximadamente 192 policiais militares e 23

---

<sup>12</sup> No ano de 2000 a PEJ tinha aproximadamente 1241 presos (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2000, p. 72) e em novembro de 2004 já alcançava o número de 1619 detentos.

funcionários civis – auxiliares administrativos e monitores penitenciários da Susepe.

Para manter o funcionamento da PEJ, a Força Tarefa instaurou uma dinâmica altamente hierárquica e militarizada. Os funcionários estão divididos em oito setores de trabalho: o Grupo de Ação Móvel (GAM) encarregado das escoltas dos presos, transferências para outros presídios e movimentação interna; Grupos de Serviços (GS) que fazem à segurança interna e externa do presídio; Atividade de Segurança e Disciplina (ASD) que instaura os inquéritos quando ocorre algum problema disciplinar no presídio; Seção de Logística (Slog) encarregado do patrimônio do presídio, da compra de materiais e de alimentos; Serviço de Atendimento Técnico (SAT) onde está o setor técnico que compreende o serviço dos psicólogos, assistentes sociais e os advogados da Susepe, assim como a Atividade de Cadastro Legal e Controle (ACLC) que organiza os documentos, registros e o controle de entrada e saída dos presos; Sala de Revista (SR), que realiza a revista nos visitantes dos presos; Setor Administrativo de Expediente (Saexp) encarregado de gerenciar os assuntos referentes ao quadro funcional.

Os funcionários – com exceção daqueles responsáveis por fazer a segurança interna e externa – ocupam um prédio de dois andares, que também serve como porta de entrada para o presídio. Neste prédio desenvolvem-se todas as atividades administrativas. Nele encontram-se as salas das equipes de trabalho: segurança, jurídico, psicologia, serviço social, recursos humanos, enfermaria, consultório dentário, administrativo, cozinha e refeitório dos funcionários, além dos parlatórios – salas para os presos conversarem com seus advogados e visitas –, sala de armas dos guardas, entre outros.

No seu turno de trabalho os funcionários realizam todas as refeições no presídio. Após as refeições, devido à falta de alternativas para ocuparem o seu tempo, retornam quase que maquinalmente as suas mesas de trabalho onde conversam, organizam seus materiais, ouvem rádio e lêem à espera do término do intervalo. Isso acontece porque, embora não sejam proibidos de sair, os funcionários, na sua maioria, preferem ficar no presídio a gastar com alimentação fora e, além disso, o presídio fica afastado da cidade de Charqueadas e as viaturas para locomoção, tanto para presos como para funcionários, são escassas<sup>13</sup>.

A rotina de trabalho dos funcionários e a estrutura física do presídio não somente desencadeia um isolamento como foi feita para provocar um distanciamento entre o mundo externo e a prisão. Toda a dinâmica do presídio – que Foucault (2004, p. 208) chama de *maquinaria carcerária* – é organizada de forma a possibilitar o funcionamento da prisão, que em última instância significa manter o criminoso condenado encarcerado. Embora esta estrutura composta por janelas gradeadas, portas de ferro, muros altos, superlotação carcerária, homens armados<sup>14</sup> e que conta com a presença de cachorros utilizados para a segurança

---

<sup>13</sup> A PEJ conta com um “camburão”, carro adaptado para a escolta de presos, um microônibus para transporte dos funcionários e quatro carros administrativos que conforme a necessidade também são utilizados para a segurança durante as escoltas de presos. Escoltas de presos que impliquem muita periculosidade e riscos de fuga, ou um número muito grande de detentos, é solicitado auxílio da Brigada Militar em Porto Alegre e do Núcleo de Segurança da Susepe.

<sup>14</sup> Na PEJ todos os funcionários militares possuem uma pistola de propriedade da instituição e alguns encarregados da vigilância dos presos (guaritas e postos de observação interna) também portam espingardas calibre doze. O relatório da II Caravana dos Direitos Humanos cujo tema foi à realidade prisional e esteve, no ano de 2000, nos estados do Ceará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, visitando durante nove dias um total de 17 estabelecimentos prisionais entre presídios, penitenciárias e delegacias, constatou que no Rio Grande do Sul: *autoriza-se já há muitos anos que agentes e PM andem armados no interior dos presídios. Desde a criação da Força Tarefa, o problema se tornou mais agudo, pois até*

não provoque estranheza a maioria dos funcionários e é percebida por estes como “fazendo parte” e “necessária” para a contenção dos detentos, tem as suas conseqüências. Podemos observar tais conseqüências através de alguns chistes por parte dos funcionários, que revelam como os mesmos se sentem. Gustavo, soldado da Brigada Militar que trabalha no setor administrativo da PEJ, comenta:

Nós estamos puxando cadeia<sup>15</sup> junto com os presos. Só que nós estamos num regime semi-aberto, saímos para dormir em casa, mas temos que voltar no outro dia, se não somos punidos (risos).

Pedro, soldado da Brigada Militar que trabalha no grupo de ações móveis (GAM), encarregado das escoltas dos presos, transferências para outros presídios e movimentação interna afirma que “se aqui tivesse uma agência do Banrisul, não era preciso sair daqui nunca”<sup>16</sup>.

Com estes depoimentos, que quando proferidos assumem um tom de brincadeira os funcionários revelam sentirem-se presos, sufocados e oprimidos pela rotina e estrutura física do seu local de trabalho que se assemelha a uma *instituição total*<sup>17</sup>. A assistente social Lucia relembra assim o que fazia para relaxar nos momentos de “menos agitação”:

O bom é que tem aquele rio na frente (Rio Jacuí). Quando estava muito estressada, me sentava e ficava olhando para o rio e relaxava um pouco! (Referindo-se à visão que tinha quando se sentava em sua cadeira, posicionada de frente para uma janela gradeada com vista para o Rio Jacuí).

---

*metralhadoras passaram a ser utilizadas em área de circulação interna e no manejo com presos* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2000, p. 74).

<sup>15</sup> “Puxar cadeia” é uma expressão utilizada no sistema prisional como sinônimo para o período de tempo em que se está ou ficará preso.

<sup>16</sup> Os funcionários se referem à agência do Banrisul porque assim poderiam receber os seus salários no presídio e não precisariam “sair da cadeia”.

<sup>17</sup> Conforme Erving Goffman as *instituições totais* podem ser definidas como *um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada* (GOFFMAN, 2003, p. 11).

Este sentimento de estar preso expresso pelos funcionários é agravado pelo fato de que a maioria dos que trabalham na PEJ não moram em Charqueadas. Grande parte dos funcionários civis reside em Porto Alegre, e precisam viajar cerca de uma hora de ônibus entre a PEJ e a rodoviária de Porto Alegre. Por sua vez, os militares da Força Tarefa vêm de várias cidades, principalmente do interior do estado, e alguns passam longos períodos sem ir para casa. Os militares em média trabalham cinco dias seguidos e têm dois de folga. Aqueles que residem em cidades muito distantes preferem trabalhar mais dias e, assim acumular horas de folga e outros, por ser oneroso financeiramente e desgastante fisicamente, optam por não irem para casa freqüentemente. Os soldados, quando saem do seu turno de trabalho, residem no alojamento da Brigada Militar destinado à Força Tarefa, que fica à margem da RS 401, próximo à PEJ.

### **Para além do prédio administrativo**

Após o prédio administrativo tem-se o espaço destinado aos presos. São dois prédios de dois andares cada, muito semelhantes ao prédio administrativo e um conjunto composto de três prédios de apenas um andar cada, perfilados um ao lado do outro. Os prédios são paralelos entre si e divididos por um espaço denominado “pátio interno”. Cada prédio é identificado, respectivamente, pelas letras A, B e C. Estes são compostos de galerias que, por sua vez, são constituídas por inúmeras celas.

Entrei pela primeira vez em uma galeria da PEJ em 2001. Fui convidado, juntamente com alguns funcionários da Susepe, a percorrer as dependências do

presídio. Durante a visita os soldados encarregados da segurança forneceram coletes à prova de balas a cada um dos integrantes do grupo, alegando ser este um procedimento padrão. Os guardas que nos acompanhavam estavam armados com espingardas calibre doze e posicionavam-se imediatamente a nossa frente e atrás de nós, formando uma escolta. Entramos em uma galeria, que naquele momento estava vazia. Os presos estavam no pátio interno, durante o “horário de sol” – período de duas horas diárias no qual podem sair das galerias – e só foram comunicados minutos antes da nossa visita. Observei algumas das celas que, embora repletas de objetos – camas, colchões no chão, cadeiras, panelas, televisores, rádios –, com roupas estendidas nas grades, cheiro de mofo e bastante umidade, estavam organizadas e apresentavam uma funcionalidade na sua disposição. Desde então pude entrar outras vezes nas galerias – não somente da PEJ, mas também de inúmeros outros presídios do estado – e constatei, com maior ou menor variação, mas de uma forma geral as mesmas condições de moradia.

Convivendo vinte e duas horas do dia neste espaço físico reduzido, os presidiários passam a maior parte do tempo em suas celas ou transitando pelos corredores da galeria. Essa limitação na locomoção, aliada a insalubridade, falta de atividades laborais ou recreativas, atendimento precário à saúde, pouco contato com o mundo externo, as tensões entre os diversos grupos rivais e o ambiente hostil e agressivo do presídio têm seus desdobramentos e causa reflexos à saúde dos detentos. Conforme o sargento Daniel, que trabalha no setor de saúde da PEJ, os detentos que manifestam algum “problema psicológico” são prontamente encaminhados aos psicólogos e assistentes sociais do presídio.

Aqueles que necessitam de medicação – sintomas psicóticos, agressividade, depressão entre outros – são encaminhados ao Instituto Psiquiátrico Forense e após serem medicados retornam para a PEJ. No entanto não existem na PEJ registros estatísticos acerca da incidência de doenças psíquicas. Para saber se algum preso manifestou algum problema psicológico, segundo o sargento Daniel, seria necessário examinar os prontuários individuais dos detentos e mesmo assim seria difícil ter um controle exato porque muitos não são registrados.

Pode-se compreender a dificuldade de obter dados concretos acerca da incidência de doenças mentais no presídio devido à carência de recursos e alternativas de tratamento, de profissionais da área de saúde mental, a dificuldades de diagnóstico, ao preconceito tanto de presos como de funcionários, de forma geral, que entendem as doenças psicológicas como “frescura” e como definiu a psicóloga Marta, que há quatro anos trabalha no sistema prisional:

É muito difícil identificar. [...] são muitos presos e grande parte se quer conhecemos, ficam no fundo da cadeia. Quando chegam até nós é porque a situação está muito grave e os demais presos nos comunicam, ou ainda, quando ocorre alguma tentativa de suicídio.

No entanto com relação às doenças físicas há uma maior preocupação quanto ao seu registro. Esta preocupação deve-se a múltiplos fatores, entre os quais: o fato das doenças físicas serem mais “visíveis”; aos presos estarem constantemente solicitando atendimento médico, não somente porque se sintam doentes, mas também para se movimentarem no presídio ou conseguirem remédios que são utilizados, em alguns casos, para o tráfico interno; a atuação dos movimentos de direitos humanos e das campanhas de saúde pública que cresceram em volume e visibilidade a partir da segunda metade dos anos 1990; a

uma preocupação administrativa em registrar o fluxo de medicação para prestação de contas e assim manter o fornecimento de remédios; e também porque o controle de determinadas doenças gera repercussão favorável junto às entidades fiscalizadoras, pois se demonstra que há uma preocupação com o bem-estar do preso. Entre as doenças mais freqüentes entre os detentos, o sargento Daniel aponta as dermatites, alergias e tuberculose:

Devido à movimentação dos presos que entram e saem toda hora, não posso precisar o número exato, mas em 2004 detectamos 60 novos casos de tuberculose. [...] todos já medicados.

Além destas doenças a AIDS é outra epidemia. De acordo com as informações do setor de saúde da Susepe a AIDS atinge 20% dos presos do estado. A reportagem do jornal Zero Hora afirma que “um em cada quatro presos gaúchos mortos é vítima de doenças relacionadas à AIDS” (24/09/00, p. 50). Segundo o sargento Daniel a PEJ terminou o ano de 2004 com 119 casos de HIV detectados sendo que destes 59 pessoas já manifestaram a doença.

Sobre esta relação entre doenças físicas e psicológicas recordo que, no ano de 2003, estive em um presídio de regime semi-aberto, realizando atendimento psicológico com alguns detentos. Um dos funcionários encarregados do setor de saúde solicitou-me que atendesse a um preso que dizia estar com AIDS ou tuberculose. No entanto, avaliações clínicas já haviam constatado que nenhuma dessas possibilidades procedia. “Eu acho que é um caso para uma terapia, doutor” disse-me o funcionário com a intenção de que eu pudesse “acalmar o cara um pouco” porque já estava se tornando inconveniente com as suas reclamações e “choradeira”.

Evandro chegou, sentou na minha frente e começou a relatar os seus sintomas. Sentia muitas dores do lado direito das costas e às vezes não conseguia nem mexer o braço. As dores vinham desde a época em que estava na PEJ e, quando perguntei como era a sua rotina neste presídio, respondeu-me que ficava a maior parte do dia deitado em sua cama assistindo televisão. E disse, ainda, que quando a sua cela ficava muito cheia, não conseguiam sequer se mexer dentro dela e, nessas horas, “fingia” que estava dormindo, para evitar ter que falar com os demais detentos. Em determinado momento da conversa, Evandro começou a chorar e disse-me que não agüentava mais o ambiente carcerário, pois lá só se falava em morte e em vingança. O agente penitenciário que solicitou o atendimento estava parcialmente correto. Evandro também precisava de um acompanhamento psicológico, não para ser “acalmado”, mas para o processo depressivo que estava desenvolvendo. Além disso, depois de reencaminhá-lo ao setor médico para nova avaliação, as dores nas costas mostraram ser decorrentes de uma contratura muscular e não apenas fantasias e neuroses.

Como foram condenados pela Justiça a cumprirem pena privativa de liberdade em regime fechado e seu universo de relações e possibilidades de movimentação, em grande parte, está restrito às dimensões de suas celas e galerias, os presos organizam e gerenciam uma microssociedade com valores, normas, regras, direitos, deveres e punições próprias ao grupo. O sargento Sérgio, que trabalha há dois anos na Força Tarefa, comenta:

Aqui depois que estão todos nas galerias e se encerra o expediente e as movimentações é que começa a acontecer às

coisas. A cadeia das sete da noite as sete da manhã é deles. É aí que as coisas acontecem.

Embora no “horário de sol” pratiquem exercícios, conversem com os presos de outras galerias e consumam drogas, é na galeria e nas suas celas que encontram o seu principal espaço de sociabilidade. No pátio interno estão constantemente sendo observados por guardas armados que ficam nas guaritas no muro. Porém nas celas confraternizam, fazem suas refeições, resolvem suas desavenças, aplicam punições àqueles que desrespeitam as suas normas, arquitetam tentativas de fuga, consomem drogas, conversam e assistem televisão sem serem observados pelos guardas.

Cada cela é composta por camas de beliche e colchões colocados no chão. Devido à superlotação, alguns presos têm que dormir agachados próximos ao único lugar disponível: a latrina. A disposição de quem dormirá aonde é feita através de algumas regras: se todos pertencem ao mesmo grupo criminoso os melhores lugares são cedidos de acordo com a hierarquia que ocupam, se apenas alguns – ou ninguém – estão vinculados a um grupo criminoso os beliches são cedidos aquele que exerce a liderança na cela e aos seus companheiros, depois à preferência segue para os que estão a mais tempo naquela cela. Outra forma é comprar uma cama, através de favores, prestação de serviços ou mesmo com dinheiro<sup>18</sup>. Esta dinâmica está naturalizada e não é contestada entre os presos. Maurício, que está na PEJ há oito anos por ter cometido um latrocínio, fala:

---

<sup>18</sup> O valor de uma cama, pelas informações dos detentos e funcionários, custa em média R\$ 300. Entretanto a compra de uma cama não significa necessariamente a garantia de posse desta, pois mudanças na liderança da galeria ou da cela e a transferência do “comprador” para outra cela ou presídio podem inviabilizar o acordo anteriormente firmado.

Lá na minha cela é assim! Quando tá todo mundo dormindo ninguém usa o vaso que é para não acordar ninguém, tem que segurar até no outro dia de manhã. [...] Lá tem dois beliche, dorme um em cada. Daí tem as barraquinha embaixo do beliche que daí tem mais dois. Tem quatro dormindo no colchão no chão. Quem chega depois fica perto do vaso até sair alguém.

### **A galeria 4B**

A galeria onde estão os integrantes do grupo Estrela do Cárcere apresenta uma peculiaridade que a distingue das demais: esta não possui celas que dividem os apenados. A galeria é um imenso salão sem divisórias, pois este espaço era anteriormente um teatro dentro do presídio, onde eram realizados alguns cultos das mais variadas denominações religiosas e atividades lúdicas em momentos festivos – Natal, Dia das Crianças e outros.

No início dos anos 1990 este teatro foi desativado e sofreu algumas alterações – foram colocadas grades nas janelas e portas, além de reforço nas já existentes para oferecer um pouco mais de segurança e assim evitar possíveis tentativas de fuga – para abrigar detentos devido à superlotação carcerária. Entre os anos de 1991 e 1994, este espaço foi utilizado para algumas atividades do setor administrativo do presídio e para os ensaios de uma banda de pagode constituída por detentos<sup>19</sup>, além de servir de alojamento para os presos que exerciam atividades laborais, tais como: limpeza das salas de trabalho, preparação da comida dos funcionários, serviços de marcenaria e serralheria para

---

<sup>19</sup> Esta banda se apresentava para os demais detentos e seus familiares em dias de visitas e em momentos festivos tais como Dia das Crianças, Páscoa, cerimônias oficiais, aniversários, dentre outros.

manutenção do presídio<sup>20</sup>. O agente penitenciário Joaquim, que trabalhou na PEJ durante oito anos comenta, sobre esta época:

Tinha preso por tudo! Inclusive tinha alguns presos que trabalhavam no setor administrativo batendo máquina, fazendo ofício porque não tinha funcionário suficiente.

No ano de 1994 com a saída da maioria dos integrantes da banda – por término de pena ou por terem recebido benefícios para progressão de regime – esta foi dissolvida. Todas as atividades do setor administrativo foram transferidas para o prédio onde está até hoje, por este oferecer maior segurança, e o local passou a destinar-se somente para alojar os presos que trabalhavam junto aos funcionários. Em 2000 os detentos que ainda lá permaneciam foram alojados em outra galeria e o antigo espaço do teatro foi cedido aos integrantes do grupo religioso Estrela do Cárcere, e passou a ser chamado de 4B, ou seja, a quarta galeria do prédio B.

Os motivos apregoados pela Direção da PEJ para conceder uma galeria especificamente para o grupo evangélico Estrela do Cárcere são basicamente três: o presídio estava superlotado e precisava de mais espaço para abrigar o elevado número de detentos; os “irmãos” são considerados presos “calmos” e por não se envolverem em rebeliões colaborariam de certa forma, com a segurança; situado exatamente entre as galerias A e C, o antigo teatro possui uma localização estratégica, favorecendo para que se tenha um maior controle do presídio, porque nos casos de rebeliões esta esbarraria automaticamente na galeria dos “irmãos” e não se espalharia de forma sintomática e rápida por todo o presídio.

---

<sup>20</sup> Estes presos geralmente são considerados pelos demais detentos como “traidores” e precisam ser afastados da “massa carcerária”, a fim de protegê-los de possíveis represálias.

Com esta lógica a administração do presídio procurou contornar os problemas burocráticos e a falta de recursos financeiros da Susepe, que segundo alegam à adaptação de um espaço já existente – sem fazer muitos reparos – se torna menos dispendioso financeiramente e mais rápido do que construir um novo prédio. Diego, agente penitenciário há 19 anos e ex-diretor de presídio, sobre as dificuldades financeiras da Susepe, comenta:

Na Susepe tudo o que se deseja fazer é difícil! Tu queres levantar um muro é uma burocracia infernal. É preciso autorização de meio mundo, e depois que tu consegue não se tem verba! (risos) [...] a maioria das obras que tu vês por aí são os diretores que conseguem verba na comunidade e põem os presos para fazer!

Com a falta de investimentos financeiros, se observa freqüentemente que a opção para aumentar o número de vagas é adaptar espaços já existentes nos presídios, que geralmente eram usados para atividades sociais – bibliotecas, salão para atividades lúdicas, salas de entrevistas etc. Para citar outro exemplo desta prática, no ano de 2001 na Colônia Penal Agrícola de Charqueadas, foi diminuído na metade o espaço destinado à “valorização humana” – setor responsável pela organização de uma biblioteca de aproximadamente mil livros e utilizado para os trabalhos de artesanato dos presos, aulas para supletivo, reuniões dos Alcoólicos Anônimos, elaboração de um jornal trimestral com tiragem de 300 exemplares realizado pelos detentos e funcionários e para grupos coordenados pelos psicólogos e assistentes sociais daquela casa prisional – para transformá-lo em alojamento para os presos.

Mas apesar da adaptação de um espaço já existente se configurar como a alternativa mais viável administrativa e financeiramente será que as justificativas fornecidas pela Direção do presídio para a transferência dos integrantes do Estrela

do Cárcere encontram eco no cotidiano da PEJ? Vejamos o problema da superlotação carcerária. Com a transferência de galeria a resolução deste foi ilusória e temporária. Ilusória porque o presídio já estava funcionando acima da sua capacidade máxima, e temporária porque o número de presos cresce de forma muito mais acelerada que o número de vagas oferecidas.

Considerando que os “irmãos” possuem um histórico de não se envolverem em rebeliões, de serem “calmos” e de não dificultarem a ação da segurança do presídio, o acesso a esta galeria torna-se efetivamente mais “fácil” do que nas demais, configurando, assim, um posto de observação do restante do presídio em casos de emergência. Entretanto ao mesmo tempo em que a segurança tem um acesso mais imediato a galeria dos “irmãos” estes, por sua vez, também observam a movimentação dos funcionários.

Em uma conversa mais prolongada com Milton, um dos oficiais encarregados da segurança do presídio, apareceram algumas tensões que não constam nas justificativas iniciais da Direção para a transferência dos “irmãos”.

Próximo ao altar tem uma janela e ali fica uma cama. Desta janela dá para observar a movimentação da rede. Para que aquela cama ali, não tem necessidade. Mas assim eles podem observar a guarda. Já mandei tirar! [...] Estes tempos eles estavam no pátio fazendo as orações deles e a segurança percebeu que tinha uns dois ou três cuidando o muro, a movimentação dos guardas. Chamei o pastor e disse que se era para orar por que ficavam distraídos. Não dá para esquecer que eles estão presos e nem todo mundo está ali porque se converteu mesmo.

Quanto ao terceiro argumento que a presença dos “irmãos” na 4B evitaria um contágio nas demais galerias em casos de rebelião, é mais uma racionalização dos fatos, do que medida eficaz de contenção. Recordo que no ano de 2001 fui à PEJ para fazer entrevistas de avaliação para progressão de regime. Estava no

segundo andar do prédio administrativo quando começou uma “bateção”<sup>21</sup> em uma das galerias do prédio C, localizada no outro extremo do presídio. Embora estivéssemos afastados da origem do problema, o barulho produzido pelos gritos, panelas e grades sacudidas era ensurdecedor e o prédio administrativo vibrava como se a rebelião estivesse ocorrendo dentro dele. Como a estrutura dos prédios que compõem a PEJ é interligada, qualquer “bateção” que envolva uma galeria é sentida em todo o presídio.

Na PEJ, pelo que pude perceber nos depoimentos, tanto de funcionários como dos presos, a maioria das rebeliões é planejada com dias de antecedência. Exemplo disso é o que ocorreu no início de 2004, quando uma das galerias do prédio A foi “tomada”<sup>22</sup> por um grupo rival. Durante um mês inteiro, para não provocar suspeitas, alguns presos foram gradativamente solicitando transferência das galerias em que se encontravam para a galeria A, em um movimento planejado<sup>23</sup>. Quando estavam em número que consideravam suficiente, se apoderaram da galeria.

Outro aspecto que depõe contra o discurso de controle dos presos e à tentativa de evitar contágio nos casos de rebelião, é que as galerias ficam em prédios de dois andares e, logo acima da galeria ocupada pelos evangélicos, está à galeria 5B. Esta, atualmente, é composta prioritariamente por traficantes e

---

<sup>21</sup> A expressão “bateção” é utilizada por presos e funcionários para designar rebelião e confusão generalizada nas galerias.

<sup>22</sup> “Tomada” é uma expressão utilizada pelos detentos e funcionários quando se referem a uma galeria, ou cela que foi invadida e dominada por um grupo rival.

<sup>23</sup> Transferências dos presos entre as galerias são rotinas diárias. As transferências podem ser motivadas pelo setor de segurança do presídio como também podem ser solicitadas pelos próprios presos. Os motivos mais frequentes entre os presos para solicitarem transferência de uma galeria para outra são que estes não podem ficar em determinada galeria, pois possuem “desafetos” ou porque desejam ficar próximo a um familiar que também está preso.

assaltantes de banco, que na penitenciária são os criminosos que detêm o maior capital financeiro. Oficialmente, o volume de dinheiro que entra na galeria – o que passa pelo controle e autorização da segurança do presídio – não difere significativamente em relação às demais<sup>24</sup>. Porém estes presos, internamente e por meios que escapam ao total controle da segurança do presídio conseguem angariar dinheiro, drogas e negociar com os demais detentos. Sidnei, preso da 3C, condenado a seis anos de prisão por assalto, comenta: “A 5B é uma galeria rica! Eles têm muito dinheiro e drogas lá dentro!”. O sargento Tiago corrobora a afirmação de Sidnei:

A 5B não dá muito trabalho, eles resolvem tudo entre eles mesmos. Até porque não querem confusão, não querem aparecer. Eles fazem o que tem que fazer e não aparecem!

Marcelo, Oficial da Força Tarefa, demonstrou satisfação em conhecer esta dinâmica, pois reforça a sua convicção de que, mesmo os presos se autogerenciando a Força Tarefa, por saber disto, ainda tem o controle do presídio:

Na 5B têm uns três ou quatro líderes! Eles formam meio que um conselho e resolvem tudo entre eles. Eles não querem aparecer muito porque é ruim para eles. Eles têm muito dinheiro e drogas lá!

Não se justifica, portanto, o argumento dos funcionários do presídio que afirmam ter a 4B o papel de contenção de rebeliões, pois os prédios são interligados e pode-se ouvir as “bateções” por todo o complexo, grande parte das

---

<sup>24</sup> Para termos uma idéia do fluxo de dinheiro que entra no presídio, levado principalmente pelos familiares dos presos, segundo a Direção da PEJ durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 a 1A recebeu R\$ 5.581, a 2A R\$ 9.202, a 3A R\$ 2.384, a 4A R\$ 4.992, a 5A R\$ 650, a 1B R\$ 2.619, a 2B R\$ 2.650, a 3B R\$ 3.018, a 4B R\$ 3.124, a 5B R\$ 5.886, a 1C R\$ 2.796, a 3C R\$ 5.455, a 4C R\$ 6.604 e a 5C R\$ 4.145. Um ano depois durante dezembro de 2004 e janeiro de 2005 estas mesmas galerias receberam: 1A R\$ 10.807, 2A R\$ 11.063, a 3A R\$ 4.153, a 4A R\$ 10.409, a 1B R\$ 1.604, a 2B R\$ 2.608, a 3B R\$ 2.293, a 4B R\$ 5.552, a 5B R\$ 8.854 enquanto a 1C recebeu R\$ 6.429, a 3C R\$ 7.741, a 4C R\$ 11.293 e a 5C R\$ 10.113. Estes meses por estarem próximos as festividades de final de ano apresentam maior volume de entrada de dinheiro e demais materiais como roupas, comidas e calçados.

rebeliões são planejadas, e a galeria que concentra atualmente maior poder entre os detentos está situada no andar acima, anulando este suposto isolamento. Sendo assim, por mais que os “irmãos” sejam “calmos” e a sua localização venha de alguma forma, a colaborar com a segurança do presídio, este argumento não se mostra inteiramente suficiente para justificar a transferência do grupo Estrela do Cárcere para a galeria 4B.

### **Alternativas ao discurso oficial**

Neste ponto da discussão algumas perguntas são necessárias. Por que a preferência pelo grupo Estrela do Cárcere e não outro grupo religioso? Se era para alojar presos que não ofereciam muitos riscos para a segurança do presídio, por que não deixaram que os presos “trabalhadores” permanecessem neste local?

Uma das respostas a estas indagações pode ser o fato de que o Estrela do Cárcere é o grupo religioso mais bem organizado e numeroso entre as denominações religiosas no presídio. Possui uma escala hierárquica definida, lideranças reconhecidas e práticas religiosas – cultos, orações, batizados, entre outros – sistemáticas. Devido a esta organização e ao seu contínuo aumento no número de integrantes, com o tempo os “irmãos” passaram a causar transtornos para a segurança do presídio. Isto porque, antes de serem transferidos para a 4B, os integrantes do grupo estavam espalhados por diversas galerias e, quando realizavam seus cultos, tinha-se que promover uma grande movimentação de presos. Quanto mais o grupo crescia, mais lento e trabalhoso era para a segurança levar os presos das celas para o local do culto. Vasconcelos, soldado

da BM que me acompanhou em uma das visitas que fiz à PEJ comentou sobre o seu trabalho:

Para a segurança quanto menos o preso for movimentado e ficar na sua cela melhor. Ninguém corre risco. Cada movimentação aqui envolve no mínimo dois guardas. [...] Preso bom é aquele que não aparece, puxa a sua cadeia e não complica.

À medida que o grupo crescia, aumentavam os riscos de conflito com os demais detentos. As práticas religiosas dos “irmãos” – orações, cultos, estudos da Bíblia e canções – passaram a atrapalhar e incomodar os presos que não pertenciam ao Estrela do Cárcere. E, além disso, a ação dos funcionários no controle dos presos ficou prejudicada. Milton, um dos oficiais encarregados da administração da PEJ, citado anteriormente, comenta:

Antes de irem para a 4B ficavam espalhados e um grupo maior ficava junto com o Miguel (“pastor” do Estrela do Cárcere). Eles eram mais de trinta e ficavam nas primeiras celas próximas ao início da galeria, se acontecesse qualquer coisa tínhamos que atravessar toda a galeria até chegar no fundo. Só que teríamos uns trinta homens atrás de nós. Por mais que sejam crentes e teoricamente não entram em rebeliões, não podemos confiar totalmente. Isto aqui é um presídio e eles são presos. [...] Qualquer problema na galeria nós muitas vezes temos que agir utilizando a força. Nestas horas não tem como saber quem é crente, quem não tem nada haver com a confusão de quem está provocando o tumulto.

Com a transferência dos crentes, a Administração passou, de forma não tão sutil e bastante inteligível, um recado aos demais detentos. Sendo os “irmãos” notoriamente conhecidos pelo seu “bom comportamento” – ou seja, não se envolvem em problemas disciplinares e respeitam os funcionários do presídio –, a mensagem implícita nesta dinâmica é que, aqueles que se comportarem dentro das normas e regras do presídio, também poderão receber certos benefícios.

Outro aspecto que nos auxilia a compreender a transferência é o acordo entre a Direção do presídio e os detentos – acordo não oficial e tampouco verbalizado abertamente – de autogestão entre os presos. Os próprios detentos podem resolver as suas questões entre si, de preferência sem envolver a Direção do presídio, ou seja, que os problemas sejam resolvidos de forma rápida, sem o envolvimento de muitas pessoas e sem mortes. Assim, temos galerias totalmente gerenciadas internamente pelos próprios presos. A cedência da galeria para o Estrela do Cárcere acompanha esta dinâmica e faz com que este grupo possa gerenciar suas atividades com mais autonomia.

A crescente visibilidade dos “irmãos” nos meios de comunicação, a atenção de políticos vinculados às igrejas evangélicas, o apoio das lideranças da Igreja Assembléia de Deus também contribuíram para a concessão do espaço. O deputado estadual da bancada evangélica Edemar Vargas (PTB), em discurso no dia 28 de maio de 1997 na Assembléia gaúcha, faz referência ao culto ocorrido na PEJ quatro dias antes, quando 32 detentos foram batizados. Em seu discurso também agradece à Brigada Militar pela “presteza e pela boa vontade no acompanhamento do trabalho feito naquela penitenciária”.

O Jornal Correio do Povo, no dia 10 de maio de 1999, noticia a manchete “Detento da PEJ torna-se pastor” e traz o depoimento de um oficial da Brigada Militar encarregado da segurança na época.

A situação na PEJ é de segurança, ele (o “pastor” do grupo evangélico) está prestando um grande serviço, incentivando os demais presidiários a também se converterem.

Em reportagem do dia 24 de novembro de 2002, na página 42, o jornal Zero Hora com a manchete “A facção da fé”, noticia:

Enquanto outros condenados pregam a organização de facções criminosas, e rebeliões estouram nas cadeias, os presos crentes empunham a Bíblia entre as algemas e falam em Deus, arrependimento e paz.

Aliado a estes fatores está também à mudança, a partir de 1998, na política penitenciária gaúcha. Com as eleições e a troca da administração do governo estadual a Secretaria de Justiça e Segurança, em mais uma tentativa de contornar os problemas do sistema prisional, passou a imprimir uma série de modificações no gerenciamento e no tratamento dispensado aos detentos. O Direito Garantista e o conceito de Vulnerabilidade Penal ganharam maior destaque<sup>25</sup>. Entre as modificações está o término da revista íntima aos familiares dos detentos, uma atuação mais enfática dos Direitos Humanos na defesa dos presos e a alteração na perspectiva teórica que norteava o trabalho dos técnicos encarregados de promover o tratamento penal.

Até este momento a perspectiva teórica mais corrente era o enfoque clínico-etiológico que norteia a sua compreensão do preso em aspectos morais e patológicos e devido a isto o detento/paciente precisa ser tratado para poder ser reabilitado e reintegrar-se ao convívio em sociedade. Esse discurso de reabilitação encontra sua legitimação e principal diretriz de atuação na Lei de Execução Penal. Promulgada em 1982, a LEP – abreviação utilizada para a Lei de Execução Penal – preconiza que todo o preso ao ser condenado deverá passar por um processo de *individualização* que, por sua vez, proporrá um *tratamento penal*. Isto significa que todo o condenado pela Justiça, ao ingressar no Sistema Prisional, deverá passar por um *exame de personalidade* com o intuito de identificar as suas

---

<sup>25</sup> Discussões sobre o conceito de Vulnerabilidade Penal e o Direito Garantista podem ser conferidos em Zaffaroni (1997), Ferrajoli (2002), Guindani (2003), Carvalho (2003) e Wolff (2004).

características pessoais e, assim, indicar um *tratamento* mais adequado ao seu perfil, tipo de condenação e crime cometido. O objetivo final deste processo é *reintegrar* esta pessoa à sociedade.

Entretanto a partir de 1998, com apoio político do governo estadual o Departamento de Tratamento Penal da Susepe passou gradualmente a deslocar o enfoque clínico-etiológico para o de vulnerabilidade penal e não mais priorizar a reincerção, mas sim a inserção social. O que aparentemente pode transparecer apenas um jogo semântico tem na sua origem uma forte mudança conceitual. A inserção social procura compreender o preso dentro do seu universo de significações, contextualizando-o socialmente, não o encarando como um doente a ser tratado, mas sim como alguém que apresenta vulnerabilidades que podem ser econômicas, sociais, de acesso a direitos básicos como educação, moradia, trabalho entre outros que possam conduzi-lo a prática de delitos.

A Força Tarefa, também, passou a ser contestada sob a alegação que utilizavam um aparato militar excessivo, não tinham treinamento adequado para lidarem com a realidade prisional, que enquanto estavam nos presídios faltavam policiais nas ruas e que a sua manutenção gerava um gasto elevado aos cofres públicos. Ao mesmo tempo em que conviviam com essas críticas, a Força Tarefa enfrentava pressões do Poder Judiciário, dos movimentos de direitos humanos e dos próprios presos que, através dos seus advogados e do acesso aos meios de comunicação, tornam-se cada vez mais conscientes de seus direitos legais. Direitos estes que implicam, conforme determina o Título II, capítulo II da LEP (1997, p. 29-32), em assistência material – vestuário, alimentação, instalações higiênicas –, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. No caso das

penitenciárias, a LEP (1997, p. 47) estipula que as celas deverão ser individuais e com dimensões de seis metros quadrados.

Embora esta mudança nas diretrizes que norteavam o trabalho no sistema prisional, na prática, ambas as perspectivas, assim como a aplicação da própria Lei de Execução Penal esbarravam nos mesmos problemas de falta de recursos financeiros, número insuficiente de funcionários, superlotação carcerária, presídios com estrutura física inadequada, compartimentalização e falta de diálogo entre os setores de trabalho. Na inviabilidade de cumprir com todas as regras exigidas pela Lei de Execução Penal e como contrapartida as críticas recebidas por setores da Susepe criam-se, portanto, mecanismos para manter o presídio sob controle e os presos “calmos”, efetivando ações que palidamente se aproximam das preconizadas na LEP<sup>26</sup>. Por outro lado, mesmo sem ser cumprida em sua totalidade, as questões postas em discussão a partir da LEP e da nova diretriz no tratamento com os presos contribuíram sutilmente para a construção de uma visão menos estigmatizante do preso. Visão essa que favoreceu a formação, a constituição e o reconhecimento do Estrela do Cárcere como grupo.

Portanto, ao ceder o espaço do teatro ao Estrela do Cárcere a Brigada Militar, além de tentar resolver temporariamente o problema da superlotação, encontrar um lugar para os “irmãos” diminuindo a movimentação dos presos, evitar desavenças dos demais detentos com os “irmãos” devido aos seus constantes cultos, buscou também angariar a simpatia da comunidade política

---

<sup>26</sup> Ações estas que compreendem uma maior agilidade na realização de avaliações de Progressão de Regime e Livramento Condicional, ações assistencialistas junto aos familiares dos presos em dias festivos como Dia da Criança, Páscoa, Natal e grupos terapêuticos realizados por psicólogos, dentre outros.

local e dos órgãos de direitos humanos, por estar promovendo o bem-estar dos presos, permitindo o culto religioso e procurando desenvolver o chamado tratamento penal preconizado na Lei de Execução Penal (1997).

### **Ser um integrante do Estrela do Cárcere**

Depois de percorrer prédios, corredores e galerias pode-se compreender um pouco da realidade que permeia a vida na Penitenciária Estadual do Jacuí. Montado o cenário, cabe-nos partir, ou melhor, retornar ao ponto inicial deste capítulo, que é a compreensão do significado de ser um integrante do grupo Estrela do Cárcere.

Propagar a “Palavra de Deus”, ter uma conduta de vida “correta”, baseada nos princípios bíblicos, e ser “bom”. Isto é pertencer ao Estrela do Cárcere segundo entendimento dos próprios “irmãos”. Aceitar incondicionalmente esta definição é comprar sem recibo e nem direito à devolução o proselitismo religioso. Desconsiderá-la, porém, significaria fechar olhos e ouvidos à voz dos sujeitos em cena e ao discurso subliminar contido em suas falas. A autodefinição dos integrantes do grupo, mesmo propagada com convicção, não apresenta as nuances e tampouco abrange a complexidade do que é ser integrante do Estrela do Cárcere, mas fornece elementos para iniciarmos a discussão.

Partimos do ano de 2000 quando, após serem transferidos das celas que ocupavam para a galeria 4B, os presos do grupo evangélico imediatamente começaram a imprimir sua marca a este espaço físico. A galeria passou a espelhar o *ethos* do grupo. Embora o ambiente seja escuro, a construção mal conservada – com infiltrações de água pelas paredes e o cheiro constante de

comida e umidade –, ao entrar na galeria 4B percebe-se imediatamente a diferença desta para as demais.

Por não ser dividido em celas, o ambiente da 4B é um pouco mais iluminado em comparação às outras galerias. A organização do espaço físico é metódica, e todas as coisas – mesas, camas, instrumentos musicais e demais objetos – têm um lugar específico, cada “irmão” tem a sua própria cama e a limpeza é feita em regime de mutirão de forma constante e organizada – nas demais galerias existe a figura do faxineiro. Os desenhos e cartazes que ocupam as paredes das outras galerias e celas – mulheres nuas, armas, animais, símbolos de demônios, escritos pornográficos, poemas, figuras de santos católicos dentre outros – não têm lugar na 4B.

Os “irmãos” recepcionam suas visitas, ministram aulas bíblicas, fazem suas refeições, dormem, realizam cultos e orações observando-se mutuamente 24 horas por dia. O grande espaço aberto de estrutura panóptica, herança do tempo em que a 4B era um teatro, faz com que a privacidade seja comprometida e inibe qualquer tentativa individual de burlar as regras do grupo e sua ética puritana. A pressão exercida pelo grupo aos seus integrantes torna-se, portanto, mais proeminente, já que todos podem ser observados ininterruptamente, durante todos os instantes do dia. Na tentativa de evitar que os “irmãos” caiam em tentação dentro do presídio, à rotina do grupo – a exemplo, como descrevi anteriormente, da imposta pela Direção – é extremamente rigorosa e hierarquizada.

Para os “irmãos” a galeria 4B é um santuário protegido de toda e qualquer maldade, contrastando assim com as demais galerias do presídio. Fernando,

preso em 2001 por tentativa de homicídio, em 2002 converteu-se e passou a integrar o Estrela do Cárcere. Refere-se à 4B da seguinte forma:

Este lugar que a gente tá (a penitenciária) é só maldade. O que acontece aqui não dá para contar para ninguém. E a galeria dos irmãos é como uma ilha protegida pelo Poder de Deus.

O depoimento de Fernando, que apresenta a 4B como uma “ilha protegida da maldade” ganha força no discurso e no imaginário destes crentes pelo fato de serem o maior grupo religioso no presídio, e o único que conseguiu se estruturar e ter um espaço exclusivo. Entendem a conquista deste espaço e a maioria em número de fiéis com relação às demais denominações religiosas como sendo uma “graça recebida do Senhor” por se manterem “fiéis na fé”. Com isto também reforçam a sua noção de que “estão do lado de Deus” e de que são os únicos que respeitam e seguem a “Palavra do Senhor”. Conclui-se, então, que a 4B está protegida pelo “Poder de Deus” no âmbito espiritual e físico.

Este discurso dos “irmãos” acerca da “predileção de Deus” pelo Estrela do Cárcere em parte se explica pela ideologia auto-eletiva pentecostal, que se percebe como a única via de acesso à salvação. Mas também, podemos entender como reforço positivo dos líderes do grupo e da comunidade evangélica fora do presídio aos integrantes reclusos na perpetuação e manutenção de um comportamento condicionado as normas do grupo. Além disso, ao reclamarem para si o monopólio do discurso de salvação estão lançando mão de uma estratégia para competir por fiéis e restringir a ação das demais religiões dentro do presídio. Podemos entender, ainda, como uma alternativa simbólica que o acesso exclusivo à “Palavra de Deus” e às “graças recebidas” desencadeiam no imaginário destes crentes detentos e, que Oliveira (1975), no seu estudo sobre os

*Movimentos Carismáticos na América Latina*, denominou de *inversão simbólica*. Através da fé os crentes destituídos de bens materiais e que pertencem a grupos marginalizados na sociedade redimensionam sua posição de desconexão social no plano objetivo para uma *eleição divina para a salvação no plano simbólico* tornando a sua condição social aceitável (OLIVEIRA, 1975, p. 44).

Mas a despeito de se auto-elegerem o grupo religioso que está em maior sintonia com Deus, terem uma disciplina interna rígida que coíbe tentativas de transgressão as normas do grupo e serem numericamente a maior entre as denominações religiosas, os “irmãos” não são uma unanimidade e enfrentam desconfianças em relação à sinceridade da sua conversão tanto de funcionários quanto dos demais detentos. Esta desconfiança faz com que ajam como se estivessem sendo constantemente avaliados. As suspeitas de que a conversão não é sincera encontram confirmação sempre que um dos seus integrantes comete alguma infração dentro do presídio, ou retorna ao sistema prisional, após sair em liberdade, por ter cometido novas infrações ao Código Penal.

Como proteção às acusações que recebem dos funcionários e demais detentos de não terem se convertido realmente e, como justificativa para os atos daqueles “irmãos” – batizados ou não – que “sucumbem à tentação” e acabam cometendo alguma transgressão dentro ou fora do presídio, alegam que a medida da fé são “seus atos” e os que “sucumbem à tentação” na verdade nunca se converteram realmente. Os crentes que retornam à prática de crimes, ou até

mesmo por diversas razões abandonam o grupo religioso, estariam *convencidos*<sup>27</sup> e não convertidos. Os *convencidos* são aqueles que mesmo batizados e participantes das atividades da igreja, embora não percebam, ainda não aceitaram totalmente a “Palavra do Senhor”.

A justificativa de que pensavam que estavam convertidos e que após sucumbir ao “mal” e passar por dificuldades perceberam o verdadeiro sentido da “Palavra do Senhor” e se converteram realmente, não é usada somente por aqueles crentes que cometem alguma transgressão dentro do presídio ou depois que saem em liberdade, mas também por aqueles “irmãos” que já apresentavam uma trajetória religiosa de tradição evangélica antes de serem presos.

No Estrela do Cárcere tem-se inúmeras pessoas que antes de se envolverem em crimes, ou antes, de serem presas, não somente já nutriam uma simpatia pelas igrejas evangélicas como até mesmo às freqüentavam, ou tinham familiares que as freqüentavam, além de pessoas que exerciam funções dentro da sua comunidade religiosa. João, que está preso há dois anos e sete meses por assalto, comenta sobre sua trajetória religiosa:

Eu ia na Igreja Deus é Amor. Minha mãe e o meu pai são crentes também. Mas daí comecei a me envolver com drogas e me desviei. Mas meus pais nunca desistiram e sempre oravam por mim. Quando entrei aqui foi que percebi que tinha me afastado mesmo de Deus.

Augusto cumpre sua segunda condenação. A primeira vez em que esteve preso foi por tentativa de assalto e, após sair em liberdade condicional, retornou

---

<sup>27</sup> A expressão *convencidos* para explicar o comportamento daqueles que transgridem as normas do grupo religioso adotei do trabalho realizado por Scheliga (2003) sobre conversão religiosa em presídios do Estado do Paraná.

ao presídio, desta vez condenado por homicídio qualificado. Acerca da sua relação com a igreja, comenta:

Eu fui batizado na Universal, mas há muito tempo atrás. Sucumbi à tentação de ganhar dinheiro fácil, era muito novo, quando percebi já estava envolvido por tudo aquilo. Depois que vim preso cheguei a pensar que não tinha mais volta. Daí nessa última vez conheci os irmãos, acabei indo para a 4B e por incrível que pareça, aqui conheci o verdadeiro “Amor de Deus”.

Amaro, preso há seis anos na PEJ por assalto, também tem uma trajetória religiosa:

Eu era evangelista lá fora [...] as pregações que eu fazia lotavam a igreja [...] só que me desviei.

O próprio líder do Estrela do Cárcere diz que freqüentava a Igreja Assembléia de Deus antes de ser preso pela última vez. Sentia-se “muito bem” na igreja, mas ainda não tinha sido verdadeiramente tocado pelo “Amor de Deus”.

Eu estava foragido em São Paulo, foi quando conheci a minha esposa. Ela era da igreja e eu comecei a ir também. Mas ainda não tinha sido tocado. Me converti mesmo foi aqui na PEJ.

Ser um integrante do Estrela do Cárcere significa para os seus componentes redimensionar os seus próprios valores e aderir a uma ética puritana. Para os “irmãos”, os demais presos – inclusive os que freqüentam outros grupos religiosos – vivem em ambientes apertados e convivem em “meio ao mal”, ou seja, estão imersos em situações de promiscuidade sexual, violência, falam constantemente em vingança e em praticar novos delitos e estão, na maioria, desamparados socialmente, sem ajuda e perspectivas futuras fora do presídio. No entanto, ser um crente da 4B é estar entre pessoas de “bem” e em um ambiente diferenciado.

Este ambiente diferenciado e perspectivas futuras de inserção e ascensão social ao mesmo tempo que reforçam a convicção dos “irmãos” de que estão em acordo com a “Vontade de Deus”, os estimula a manterem-se fiéis às normas do grupo e a evangelizarem os demais detentos. A relação entre ganhos materiais e intensidade da fé, não é exclusivo ao Estrela do Cárcere, mas como já demonstrou Weber (2004) é constitutivo da lógica protestante. Ricardo Mariano ao discorrer sobre a “guerra espiritual” no universo pentecostal define da seguinte maneira a relação entre fé e ganhos materiais na Terra:

O rigorismo ascético e o apego sectário ao caminho da salvação passa a ter exaltação da riqueza, pelo estímulo ao desejo de fruição de bens materiais e pela bem-aventurança neste mundo. [...] A pobreza passa a ser falta de fé e insubmissão aos desígnios divinos. [...] Existe a promessa da salvação terrena (MARIANO, 2003, p. 22).

Os “irmãos”, além de evangelizar com a “Palavra de Deus” e através dos seus atos procuram, com as características de seu ambiente físico e com as relações que estabelecem com a comunidade evangélica fora do presídio, traçar um diferencial entre eles e os demais apenados. Vanderlei, condenado a 12 anos de prisão por assaltos a casas lotéricas, comenta:

Nós aqui estamos em meio ao mal. O pessoal só fala que a sociedade é injusta, que vão roubar, vão matar, que querem fugir, nada que preste. O clima é muito pesado na cadeia. Mas aqui na nossa galeria nós procuramos falar de coisas boas, ler a Palavra de Deus, todo mundo aqui se ajuda. E tem os irmãos que estão lá fora que sempre nos apóiam também!

O auxílio que recebem da Igreja quando saem do presídio representa uma chance real de mudar de vida. A perspectiva de receber ajuda depois do cumprimento da pena não só povoa os sonhos dos integrantes do grupo, como atrai novos adeptos na prisão. Um exemplo disto é o de Afonso que, preso por

estupro, se converteu na PEJ e passou a integrar o grupo Estrela do Cárcere. O encontrei no presídio de Torres, após ter solicitado transferência porque estava próximo a implementar lapso temporal para progressão de regime. O motivo alegado é que conhecia o pastor da comunidade evangélica local que prometeu ampará-lo quando saísse em liberdade. Quando o entrevistei estava trabalhando no setor da cozinha administrativa do presídio.

Eu conheço o pastor da igreja aqui. Ele me conhece e quando eu sair com a graça de Deus já tenho onde ficar e trabalho me esperando.

Outro aspecto relevante aos integrantes do Estrela do Cárcere é que apesar de professarem o abandono à prática de crimes, declararem que “não pertencem mais ao mundo” e que “nasceram novamente em Jesus Cristo” utilizam a sua trajetória de prática de delitos como recurso discursivo para evangelizar e inclusive para relacionar-se com os demais presos. O crime que cometeram muito antes de ser esquecido, é sim lembrado e ressignificado como prova do “Poder de Deus” em suas vidas. Além disso, dependendo da gravidade do seu crime o “irmão”, como veremos mais adiante, utiliza-o para obter status perante os detentos que não fazem parte do grupo.

O discurso, que prega a morte incondicional do criminoso que foram, é utilizado prioritariamente frente aos funcionários do presídio, principalmente os responsáveis pelas avaliações para progressão de regime e livramento condicional. Mas, dentro do grupo e junto aos demais detentos os crimes que cometeram antes da conversão são utilizados para evangelizar, adquirir status e respeito. Dependendo da situação em que se encontram, os “irmãos” acionam ora o discurso de não estabelecer contato com nada que diga respeito à prática de

crimes, ora de que devem ser respeitados pelos demais detentos por também terem cometido crimes.

Em seu discurso vemos ainda que alguns não garantem que não vão cometer novos delitos quando em liberdade. Asseguram que estão convertidos e que não querem mais saber do “mal”. Porém, afirmam que o “mal” é astuto e pode influenciá-los em um momento de distração. Este discurso não significa fragilidade nas suas convicções religiosas, pelo contrário, é constitutivo do seu imaginário religioso e os estimula a estarem mais atentos as “artimanhas do mal”. Podemos entendê-lo, ainda, como uma forma dos “irmãos” não colocarem em dúvida a seriedade do compromisso que assumiram com Deus, e por outro lado, garantirem que se “sucumbirem as tentações” e forem presos novamente poderão utilizar o mesmo discurso de conversão e retornar ao grupo Estrela do Cárcere.

Desta forma a autodefinição dos integrantes do Estrela do Cárcere, segundo a qual pertencer ao grupo implica em ser “bom”, entregar-se totalmente aos desígnios de Deus, evangelizar e aderir à ética puritana é válida. No entanto ser parte do Estrela do Cárcere significa também pertencer a uma maioria, a um grupo hierárquico com práticas rigidamente seguidas, estar em um ambiente diferenciado e protegido dos demais presos, ter possibilidades concretas de ascensão e inclusão social, poder ressignificar e reescrever a sua história de vida, transitar entre dois universos de relações – o religioso e o criminoso –, e ter as suas ações constantemente avaliadas.

## Sobre Honra e Hierarquia

Tem que ter hierarquia, sem hierarquia o pessoal não respeita na cadeia. (Jéferson, presbítero do Estrela do Cárcere).

Se observarmos, de uma forma geral, perceberemos que na PEJ é a administração do presídio que estabelece as normas e regras de como os detentos devem se comportar. No entanto, uma visão um pouco mais acurada constata que esta relação não é tão estanque e definida quanto parece. Mesmo com todo o aparato de segurança, com o controle da rotina diária e ao ingressarem na PEJ, os presos passam pela entrevista de “triagem”<sup>28</sup>, quando entram nas galerias se deparam com um *mundo à parte* onde novas formas de relacionamento, regras e hierarquias são estabelecidas pelos próprios detentos.

Os funcionários encarregados da administração e segurança, por mais que percebam este reordenamento das regras, não interferem diretamente nessa dinâmica, deixando que os próprios presos procurem o equilíbrio nas suas relações. Existem dois códigos que regulam o comportamento dos presos: um formal imposto pela Direção do presídio, e outro implícito e consensual, consequência das relações estabelecidas entre os próprios presos. A afirmação

---

<sup>28</sup> As triagens são realizadas quando o preso ingressa no presídio. Neste momento lhe são passadas, por um funcionário do setor de segurança, as normas e regras do presídio, seus direitos e deveres, e é preenchido um questionário pelo setor técnico com os seus dados sócio-econômicos. Por ser um presídio com alta rotatividade, ter um contingente carcerário elevado e uma equipe técnica reduzida os questionários com os dados sócio-econômicos nem sempre são atualizados ou realizados quando o preso ingressa no presídio. Por vezes, um detento pode passar meses desde sua entrada na PEJ até fazer a entrevista, ou mesmo nunca realizá-la.

do soldado Osvaldo, que ingressou na Força Tarefa em 2002 e atualmente atua no setor de segurança da PEJ, ilustra um pouco esse funcionamento. Enquanto conversávamos sobre sua rotina de trabalho, disse-me: “lá dentro, depois das sete da noite [...] até as sete da manhã do outro dia, é quando as coisas acontecem no presídio. Tem menos funcionários e lá impera a lei deles”.

Outro integrante da Força Tarefa, o Oficial Roberto, já trabalhou em outras penitenciárias administradas pela Brigada Militar. Ele afirma que o comportamento dos presos, em todos os presídios onde esteve, é igual.

Eles (os presos) dormem quase o dia todo, porque à noite eles ficam acordados. Têm menos movimento de segurança, menos funcionários. É quando a cadeia para eles começa a funcionar.

Nas falas de Osvaldo e Roberto, podemos perceber que além da relação espacial – nas galerias os presos definem as regras e fora delas obedecem às normas da Direção –, também existe uma relação temporal na dinâmica entre detentos e funcionários. Durante o dia existe o domínio da *lei do Estado* e, à noite, o domínio da *lei dos presos*.

Nas galerias, são os próprios presos que definem quem dormirá em camas ou no chão, quem trabalhará e em qual setor, quem pode ou não pode residir em determinada cela ou galeria. Para isso, existe em cada galeria um preso com a função de “plantão” ou “prefeito”, que é o responsável por organizá-la, e conta com seus auxiliares para garantir a sua segurança e o cumprimento das suas ordens.

Embora já existissem lideranças entre os presos nas galerias, foi somente na segunda metade dos anos 1990, com a administração da Brigada Militar que a figura do “plantão” foi reconhecida e recebeu legitimidade como uma função de trabalho com direito a remissão da pena por tempo de serviço. Isto foi uma

tentativa da Força Tarefa de instituir entre os presos um regime hierárquico disciplinar semelhante ao da própria Brigada Militar, de conceder benefícios aos detentos e permitir que eles próprios regulem a correlação de forças nas galerias e assim mantê-los sobre controle e, também, para identificar os líderes dos presos. Os “plantões” são escolhidos pelos próprios detentos e geralmente são pessoas que estão vinculadas a algum grupo criminoso e que obtiveram “sucesso na vida do crime” conseguindo, assim, adquirir *capital simbólico*<sup>29</sup> que lhe confere status e poder nos presídios. Entretanto o “plantão” nem sempre é o líder da galeria. Em alguns casos este é apenas um representante dos reais líderes. Contudo mesmo não sendo o principal na cadeia de comando, este tem status e pode, na ausência do verdadeiro líder – por ter sido transferido de presídio, por estar em cela separada cumprindo alguma punição administrativa, dentre outros – exercer a liderança. Outro aspecto que pude perceber é que o “plantão” não necessariamente precisa integrar um grupo criminoso fora dos presídios, porém para exercer a liderança em uma galeria precisa, quando ingressa no sistema prisional, vincular-se a uma facção criminosa.

Durante a pesquisa conversei com Mauro, encaminhado por indicação dos guardas que realizavam a escolta dos presos para as minhas entrevistas. Disseram-me que seria interessante conversar com Mauro e que este poderia contribuir na pesquisa por estar preso há 28 anos e conhecer muitas histórias do sistema prisional. Ex-integrante de um grupo criminoso do Estado do Rio Grande do Sul, teve seu primeiro ingresso na Fundação Estadual para o Bem Estar do

---

<sup>29</sup> Bourdieu (2002, p. 145) define *capital simbólico* como uma forma de distinção, que é conhecida e reconhecida como algo óbvio, são diferenças reconhecidas em um agente que lhe conferem uma hierarquia simbólica. Pode também ser percebida como prestígio, reputação, fama etc.

Menor (Febem) aos 13 anos de idade, por furto, e atualmente cumpre pena por cinco assaltos a banco, três homicídios e formação de quadrilha. Sobre as relações de poder entre os detentos, disse:

Sabe eu fui preso há muitos anos atrás e naquela época a única forma de se manter homem (não ser estuprado) aqui dentro era ou sendo amigo de alguém, ou ter feito um crime muito grande que os outros te respeitassem ou então matar uns dois ou três aqui dentro. Hoje em dia tu já pode puxar a tua cadeia mais sossegado, mas aqueles que vêm grandão da rua têm seus privilégios.

O tipo de crime cometido – e suas múltiplas combinações possíveis – é um dos aspectos que conferem ao seu autor o reconhecimento no universo criminoso como alguém que obteve “sucesso na vida do crime”. Os crimes que alcançam maior respeito e reverência entre os detentos são os assaltos a banco e o seqüestro. Esse respeito advém principalmente de três fatores: por renderem lucro financeiro, pela dificuldade e periculosidade de execução, bem como por exigirem um grau de sofisticação no seu planejamento. No outro extremo está o artigo 155, que é tipificado no Código Penal Brasileiro como furto e chamado pelos presos de “descuido” – considerado um delito pequeno, que não requer habilidades específicas ou valentia e pode ser praticado por qualquer um e que, portanto, não traz status ao praticante.

Entre estes pólos têm-se os traficantes de drogas, latrocidas, assaltantes, estelionatários, homicidas, dentre outros<sup>30</sup>. Os crimes sexuais, por sua vez, não

---

<sup>30</sup> Por exemplo, aquelas pessoas que foram condenadas por homicídio, porém mataram alguém de forma acidental ou para honrar agressões a algum familiar ou os dependentes químicos que foram presos com drogas para consumo e enquadrados no artigo 12 do Código Penal Brasileiro (tráfico de drogas) não são considerados entre os próprios presos como “bandidos”, mas pessoas que “não são do crime” e cometeram desvios na vida. Mesmo assim estes encontraram espaço nos grupos criminosos da PEJ se desejarem ingressar na “vida do crime”. Nos presídios de regime semi-aberto e aberto encontram-se os chamados “Parmalat” (referência a uma marca de produtos laticínios), que foram presos por não pagar a pensão familiar. Estes ficam

incluo junto a esses, pois como pude perceber os seus autores fazem parte de uma outra categoria de criminoso. Os que cometem crimes sexuais estão alijados de uma relação horizontal com os demais e destituídos de qualquer possibilidade de ascensão hierárquica. O crime dos artigos 213 e 214 do Código Penal, estupro e atentado violento ao pudor respectivamente, são especialmente rejeitados se forem cometidos contra crianças<sup>31</sup>.

Esta escala é um modelo que construí como recurso para melhor visualizarmos os valores atribuídos aos diferentes tipos de crimes, no entanto, ela não é determinista e hermética, pois obedece a um conjunto de variáveis objetivas e subjetivas que torna impraticável entendê-la linearmente. A hierarquia estabelecida entre os detentos e estes com os funcionários da PEJ apresenta diferentes níveis de relações e não se manifesta de forma uniforme e unilateral. Conforme sugeriu Louis Dumont (1997), ao estudar o sistema de castas da Índia antiga, para pensarmos as relações hierárquicas não podemos compreendê-las somente como uma cadeia de ordens superpostas, ou relação entre seres de dignidade decrescente ou uma monolítica árvore taxonômica. Ou seja, a hierarquia tem que ser apreendida dentro do seu contexto, pois quando afirmamos que *este é superior em relação àquele* precisamos saber em que nível de relação estamos falando, quais valores estão envolvidos, pois se a situação for diferente, o superior e o inferior podem alternar de posição.

---

aproximadamente um mês presos e também não são considerados criminosos pelos demais detentos.

<sup>31</sup> Entre os próprios condenados por violência sexual existe uma graduação de status e prestígio, onde aqueles que estupram seus próprios filhos estão em posição inferior. O estupro, mesmo sendo um crime rejeitado entre os presos, dependendo das circunstâncias em que ocorre, é tolerado. Um exemplo são os estupros de policiais em rebeliões nos presídios ou assaltos em que estes são feitos de reféns.

Como pude perceber entre os detentos da PEJ a valoração do crime cometido não está condicionada somente a tipificação do Código Penal, mas também à visibilidade que este recebe na sociedade ou à repercussão obtida entre os criminosos. Outro aspecto importante na constituição do status pessoal é a forma como esta pessoa foi presa e a conduta dela dentro do presídio. Aqueles que ao serem presos não delatam seus companheiros, não fazem acordos com a polícia, resistem à prisão e, mais ainda, provocam o ferimento ou mesmo a morte de policiais, são respeitados. Outra maneira de manter, ampliar ou construir seu status e ascender hierarquicamente na relação com os demais detentos é mostrar-se impiedoso dentro do próprio presídio.

O caso de André, condenado por ter cometido nove assaltos à mão armada, sete estupros e quatro homicídios, ilustra esta dinâmica. Mesmo realizando crimes – assalto e homicídio – que lhe valeriam prestígio entre os detentos, estes foram desconsiderados, uma vez que estuprou adolescentes e, além disso, tentou incriminar outras pessoas ao ser preso. Apesar de ser um homem de 1,83 de altura, forte fisicamente, e alguns de seus crimes terem sido noticiados nos meios de comunicação, André não escapou à punição imposta nos presídios àqueles que cometem crimes sexuais<sup>32</sup>. Sendo assim, ainda que contasse com o aparato de segurança do presídio para a sua proteção, foi violentado vários dias seguidos, tendo a sua comida misturada com toda a sorte de dejetos. Aqui temos um paradoxo idiossincrático, pois por mais repudiado que

---

<sup>32</sup> Quando conheci André, estava usando um vestido feminino, cabelos longos e os pêlos do corpo, inclusive as sobrancelhas, estavam completamente raspados. Assumir o papel de travesti nos presídios muitas vezes é uma estratégia daqueles detentos condenados por crimes sexuais. Uma vez travestido este homem poderá escolher com quem fará sexo e inclusive cobrar para isto. A moeda de troca, além do dinheiro, podem ser cigarros, material de higiene, roupas, drogas ou proteção pessoal.

seja o crime de violência sexual, o delito é permitido quando cometido contra alguém que o tenha praticado<sup>33</sup>. Humberto, que foi preso em 2001, aos 21 anos, cumpre pena por assalto à mão armada e tentativa de homicídio, é auxiliar de “plantão” de galeria. Sobre a forma com que são tratados os condenados por crimes sexuais que ingressam na sua galeria, comenta:

Aqui não tem esta de ser machão, fortão ou bom de briga. Quero ver o cara resistir a dois, três, quatro dias sem dormir e comendo pouco. Uma hora dorme e o pessoal pega ele. Daí é até pior resistir.

Neste ambiente, onde o mais forte<sup>34</sup> detêm o poder, a honra é a unidade fundamental que norteia as relações entre os presos – incluindo os religiosos – da Penitenciária Estadual do Jacuí. A honra se estabelece como um parâmetro das relações micro-políticas tanto entre os detentos como entre estes e os funcionários do presídio<sup>35</sup>. Sem honra não se ascende hierarquicamente, não se adquire prestígio, e a notoriedade dos crimes cometidos isoladamente de nada vale. A honra, entre os presos da PEJ, apresenta características semelhantes à definição proposta por Pitt-Rivers como sendo algo que:

---

<sup>33</sup> Violentar sexualmente um esturador, dentro do presídio é encarado pelos presos como uma prática comum. Os próprios funcionários encarregados da segurança – como percebi no depoimento de alguns detentos e funcionários – em alguns casos identificam propositalmente os presos condenados pelo artigo 213 e 214 quando os conduzem às galerias.

<sup>34</sup> A força aqui não necessariamente está relacionada ao aspecto físico. A força está associada também ao tipo de ligação que esta pessoa estabelece no “mundo do crime”, assim como com a capacidade individual de manipular os demais detentos.

<sup>35</sup> Pode parecer incongruente, para alguns, que indivíduos que estão à margem da sociedade e destituídos de sua cidadania por terem cometido crimes possam basear as suas relações através de códigos de honra bastante definidos. No entanto Peristiany (1968) ao discutir os conceitos de honra e vergonha nas sociedades Mediterrâneas, afirma que estes são: a *preocupação constante de indivíduos radicados em sociedades excluídas, de pequena escala, onde as relações pessoais, face a face (opostas às relações anônimas), são de importância capital, e nas que a personalidade social dos atores é tão significativa quanto seu ofício.* (PERISTIANY, 1968, p. 13. tradução nossa). Outros estudos que analisam a honra em comunidades periféricas, grupos minoritários ou marginalizados podem ser conferidos: CAMPBELL (1968, p. 127-156); ZALUAR (1983); HASSEN (1996, p. 131-140); BARREIRA (1998); FONSECA (2000).

[...] proporciona um nexos entre os ideais de uma sociedade e a reprodução destes mesmos ideais no indivíduo, pela aspiração deste de personificá-la. (Pitt-Rivers, 1968, p. 22, tradução nossa).

Na PEJ, nas relações entre os detentos, os que burlam o código de honra são severamente punidos e, dependendo do caso, desrespeitá-lo significa uma sentença de morte. A honra é um atributo individual, adquirido numa relação pessoal e através do tempo e não está vinculada a pertencimentos a grupos ou restrita ao tipo de delito cometido. A honra está em não trair os “códigos da cadeia”, que implica em ter hombridade – revidar as agressões sofridas –, manter a palavra até as últimas conseqüências, não delatar os demais presos e resolver todas as questões internamente na galeria.

Um exemplo disto é o caso de Jaime que, no ano de 2000, foi preso por tentativa de assalto à mão armada e, na sua segunda semana na PEJ, envolveu-se em uma briga durante uma partida de futebol, realizada no “horário de sol”. Conforme o próprio Jaime relata, um dos integrantes do time adversário passou a agredi-lo com faltas sucessivas em clara intenção de provocar uma vendeta. Em uma destas faltas, Jaime, ainda no chão, passou a agredir seu oponente e parou somente quando este estava desmaiado. O líder da galeria mandou-o subir imediatamente para a sua cela. Jaime comenta que pensou que estaria morto antes do anoitecer. Mas foi para a cela sem reclamar ou pedir ajuda para os guardas do presídio. Cerca de 40 minutos depois, o “plantão” da galeria, juntamente com outros oito homens, foi até a cela de Jaime. Segundo relata, ao vê-los entrar na cela, foi logo dizendo que era pai de família, trabalhador e que cometeu assalto e não negava, mas não era “vagabundo” e não iria aceitar desaforo de qualquer um. Portanto, se eles quisessem bater nele até o fariam,

mas como estava com a razão naquele caso não ia “apanhar” sem reagir. O “plantão” nada fez e, duas semanas mais tarde, convidou-o para ser auxiliar de “plantão”. A condição, conforme Jaime, era que quando o “plantão” mandasse fazer alguma coisa teria que fazer, e em troca teria dinheiro, celular, drogas e sua família seria “sustentada na rua”. Assim, Jaime passou a cobrar dívidas dentro do presídio, atividade que manteve até ser transferido para o regime semi-aberto:

Eu brigo bem sabe, luto boxe desde os meus quatorze anos. [...] Eu batia mesmo, o vagabundo estava devendo dinheiro e só enrolava eu ia lá na cela dele e batia mesmo, e se alguém se metesse apanhava junto [...] não vou dizer que me arrependi porque lá dentro a coisa é bem diferente.

Outro exemplo é o de Altair que, há vinte anos, com alguns períodos curtos de liberdade, vem sucessivamente sendo preso por assalto e furto. Quando conversamos estava bastante agitado e revoltado por estar de volta à PEJ. Depois de ter agredido um funcionário da Susepe e foragido de um presídio semi-aberto, foi recapturado e por determinação do juiz da Vara de Execuções Criminais teve sua prisão alterada para o regime fechado. Sobre sua primeira passagem pela PEJ, afirma:

Eu quando entrei aqui matei um cara pela primeira vez. Ele queria me cume (estuprá-lo), ficava me enchendo, me cercando. Até que um dia peguei um pedaço de pau afiei a ponta. Esperei anoitecer, quando ele veio tentar alguma coisa, enchi ele de buraco, daí também matei o amigo dele. Olha, pode perguntar para qualquer um, eu sou um cara calmo, me dou bem com o pessoal todo, aconselho a gurizada da minha cela. Não sou de briga, mas se eu tivesse deixado aqueles caras me cume eu não teria respeito aqui dentro. [...] Aqui dentro tem que tá sempre se vigiando. Se falou, vai ter que segurar. Aqui todo mundo sabe de todo mundo e não dá para ficar com fama de traíra ou de frouxo se não tu não encontra lugar para ficar aqui!

Como podemos perceber na PEJ existem inúmeros *campos* de relações – entre os quais o militar, o religioso, o político e o que chamarei aqui de penitenciário – e cada qual possui um *habitus*<sup>36</sup> específico, porém estes não são isolados, mas estabelecem uma relação sistêmica de mútua influência. Em decorrência disso e sempre tendo o conceito de honra como norteador, as posições hierárquicas assumidas dentro da PEJ apresentam um caráter relacional com o contexto<sup>37</sup>, que podem promover alternâncias nas relações face-a-face, sem necessariamente encontrar correspondência nas posições formalmente assumidas.

### **Os “irmãos” e os demais detentos**

A constituição da honra para o grupo Estrela do Cárcere nos apresenta uma dialética. Ao mesmo tempo em que os “irmãos” procuram personificar os ideais e valores cristãos em busca de inserção e ascensão dentro da comunidade

---

<sup>36</sup> Os conceitos de *Campo* e *Habitus* são categorias analíticas propostas por Pierre Bourdieu para compreendermos as dinâmicas sociais. Campo seria um espaço simbólico estruturado onde são travadas disputas entre os diversos agentes que o compõem na busca por delimitar e legitimar determinados grupos de valores e práticas sociais (BOURDIEU, 1987). O Habitus é um mediador nas relações entre indivíduo/sociedade e um *sistema de disposições socialmente constituídos que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes* (BOURDIEU, 1987, p. 191) ou ainda um *sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados* (BOURDIEU apud MICELI, 1987, XLI).

<sup>37</sup> Esta dinâmica nas posições hierárquicas, é semelhante ao que Louis Dumont, em *Homo Hierarquicus*, descreveu como sendo o *englobamento do contrário*, ou seja, *a relação que é muito geralmente aquela que existe entre o todo (ou um conjunto) e um elemento deste todo (ou desse conjunto): o elemento faz parte desse todo, é-lhe nesse sentido consubstancial ou idêntico, e ao mesmo tempo dele se distingue ou se opõe a ele* (DUMONT, 1997, p. 370). No caso da PEJ os elementos, para utilizar a expressão de Dumont, transitam entre diversos conjuntos, não necessariamente querendo integrá-los, mas referenciando-se a partir do seu próprio universo de significações que projetam para atribuir valores ao outro.

religiosa, também transitam pelos códigos e valores do universo carcerário para obter respeito entre os demais presos. Por transitarem entre esses dois universos de significações, muitas vezes conflitantes e aparentemente opostos entre si, os “irmãos” enfrentam a desconfiança dos demais presos acerca de sua real conversão. Porém, é a manutenção e a persistência em um comportamento que obedece tanto aos preceitos da Igreja quanto aos dos demais presos que atesta a verdadeira conversão. Diariamente, os “irmãos” têm que provar que se converteram não somente com “boas obras” e “testemunho da Palavra de Deus”, mas também obedecendo aos códigos de conduta dos presos.

A história de Miguel, líder do Estrela do Cárcere, personifica esta dualidade. Mesmo tendo em seu histórico crimes como assaltos a banco, homicídios, latrocínios, seqüestros, assim como inúmeras fugas do sistema penitenciário, que lhe valeram uma condenação inicial de 300 anos de detenção, após a sua conversão também sofreu pressões por parte dos demais detentos.

No início foi difícil porque o pessoal não acreditou muito na minha conversão. Eu era um líder aqui e estava sempre envolvido em uma tentativa de fuga, em algum tipo de bateção. Agitava muito e depois de convertido eu não fiz mais nada. O pessoal achou que eu estava me acovardando, que iria entregar todo mundo, dizer para a polícia tudo o que eu sabia. Podia ser morto a qualquer momento. Só que Deus é forte, eu perseverei e eles perceberam que a minha conversão era verdadeira.

Miguel, ao “persistir na fé” e, ao mesmo tempo respeitar o código de honra entre os presos, conseguiu construir e consolidar o seu *capital simbólico* como sendo um “homem de Deus” no universo carcerário. Primeiramente como um homem perigoso, brutal e líder criminoso e depois como alguém que, mesmo se afastando da prática de delitos, não entregou seus companheiros e não negociou

favores com as autoridades do presídio. No entanto, como o próprio Miguel afirma, no início o medo de ser eliminado como “queima de arquivo” acompanhava o seu dia-a-dia. Este medo em ser eliminado é próprio daqueles presos que “sabem demais” e por algum motivo tentam afastar-se dos seus companheiros de delitos. Podemos observar isto no depoimento do já citado Mauro, ex-integrante de uma organização criminosa do Rio Grande do Sul:

Entrei no início dos anos 80 (no grupo criminoso), ajudei a organizar tudo. Faz uns quatro anos que saí, tô muito velho para esse tipo de coisa. Agora olha pra mim, um homem com a idade que eu tô, com a história que eu tenho, logo que eu saí (do grupo criminoso) tomei muito tapa na cara de guri e não podia fazer nada. Eles só queriam um motivo. Estavam me testando e eu segurei firme, não entreguei ninguém.

O fato de Miguel, após a conversão, não ter se envolvido em novos delitos, não ter delatado às autoridades seus parceiros nem as lideranças do crime nos presídios, não ter servido de informante para a Direção do presídio acerca das tentativas de fugas, execuções e irregularidades cometidas tanto pelos presos como pelos funcionários lhe valeram pontos na constituição do seu personagem de “homem de Deus” junto ao universo carcerário.

Marcos, “plantão” desde março de 2004, quando liderou a “tomada” de uma galeria de um grupo rival, onde, morreu um detento e outros nove ficaram feridos, afirma:

O pastor é um cara conhecido no mundo do crime. Ele aprontou muito. O pessoal respeita, até porque ele não deixava nada barato e nem pode mesmo né! [...] Quando saiu, foi sozinho, limpo.

Este respeito adquirido pelo “pastor” Miguel ocasionou uma nova forma de relacionamento entre os presos e os integrantes do Estrela do Cárcere. Embora alguns “plantões” não reconheçam em Miguel uma liderança entre os presos e não

aceitem os “irmãos” em suas galerias, outros estabelecem uma relação cordial e chegam a solicitar ao “pastor” que este envie para as suas galerias alguns “irmãos” para evangelizar<sup>38</sup>. Com a presença dos “irmãos” na galeria, o “plantão” também procura impressionar a Direção do presídio, em uma demonstração de que deseja manter a galeria em tranqüilidade, pois segundo as palavras do “plantão” Marcos, citado acima, os “irmãos” servem de “conselheiros, professores e até mesmo psicólogos” dos detentos<sup>39</sup>.

A negociação para a presença dos “irmãos” em outras galerias é feita diretamente, entre os “plantões” e o “pastor”. O “plantão” tem que garantir a segurança dos “irmãos” e uma cela exclusiva para que estes possam ficar juntos. O número varia entre quatro e 20 “irmãos” por galeria, dependendo do espaço disponível na cela em que irão se alojar.

Quando assumiu como “plantão” de galeria, uma das primeiras providências de Marcos foi solicitar ao “pastor” que enviasse alguns “irmãos” para o local.

Falei com ele pela grade do pátio mesmo. Pedi para enviar alguns irmãos para lá. A galeria tava meio agitada e os irmãos lá dão uma acalmada no pessoal. [...] sabe como é o pessoal só fala em crime

<sup>38</sup> Os motivos para um “plantão” não aceitar os “irmãos” na galeria que coordena são os mais diversos. Para justificar a não presença dos “irmãos” do Estrela do Cárcere na sua galeria o “plantão” Jerônimo disse-me que já tem “irmãos” de outra denominação religiosa e não “precisa de mais”. Outro “plantão”, um jovem de 27 anos e condenado a 62 anos de prisão por assaltos a banco e latrocínio, comentou que não acredita em religião e que não gosta dos crentes porque estes são “mentirosos” e estão utilizando a igreja para se proteger e se “esconder na cadeia”.

<sup>39</sup> Existe uma “norma” entre os presos que os líderes para perpetuarem o seu status no sistema carcerário precisam constantemente estar organizando tentativas de fugas, punindo severamente os que não respeitam as suas ordens, disputando poder com grupos rivais e não aceitando ordens dos guardas. Então mais do que manter sua galeria “tranqüila” os “plantões” utilizam a presença dos evangélicos estrategicamente para mostrarem a Direção do presídio que “não querem problemas na galeria” e assim poder agir com menos pressão e vigilância da segurança. Outro aspecto é que no presídio existem algumas pessoas com distúrbios mentais, fobias e outros problemas psicológicos que os “irmãos” com a “assessória espiritual” tentam resolver, permitindo que o “plantão” se preocupe com outras questões – administrar as relações entre os presos, arquitetar tentativas de fuga, rebeliões dentre outros – na gerência da galeria. Abordo mais detalhadamente a exigência dos presos em relação a alguns comportamentos dos “plantões” no capítulo *Desavenças, Transgressões e Punições*.

o dia todo, porque vai matar, vai fazer e acontecer e com os irmãos pelo menos se tem a chance de falar outras coisas [...] eles lêem a bíblia, tocam violão, cantam e dá uma acalmada [...] antes tinha só uns seis irmãos, logo que entrei passou a ser uns 15 e agora tô vendo lugar para mais uns quatro ou cinco.

A segurança destes “irmãos” é sobretudo valorizada, pois o único que pode autorizar qualquer tipo de punição para os “irmãos” é o próprio “pastor”. Todo e qualquer problema é comunicado imediatamente ao “pastor”, que prontamente decide o que fazer. Se um dos “irmãos” for ferido sem a autorização prévia do “pastor” podem ocorrer incidentes diplomáticos, como a negativa do grupo evangélico em enviar novos “irmãos” para aquela galeria, o “plantão” ter a sua autoridade questionada e a respectiva galeria ser taxada como um local onde as pessoas não têm palavra/honra. Além disso, grupos rivais, que até então não tinham relação com os “irmãos”, podem pedir apoio dos evangélicos e reforçarem seu prestígio junto à Direção, bem como represálias da própria administração do presídio – transferências de presos para outros presídios e suspender por alguns dias o “horário de sol”.

Porém, estes cuidados com a segurança e a proibição de agressão física sem autorização prévia não incluem proteção de agressões verbais, que são permitidas. Os “irmãos” enfrentam provocações e insultos por parte de alguns detentos e, nos corredores das galerias, ouvem piadas depreciativas, recebem propostas para a utilização de drogas, de práticas sexuais, de envolvimento em delitos, dentre outros. Estas provocações também servem como um teste para estes crentes, que inicialmente são observados com desconfiança pelos detentos. A fala de Eduardo, auxiliar do “plantão” Marcos e condenado a 26 anos de prisão por homicídio e latrocínio, ilustra esta desconfiança:

A gente fica de olho porque sempre tem os malandros que tão ali só para se proteger. A gente sabe porque eles ficam de papo com a vagabundagem, e tão na igreja só porque tem problema aqui dentro com os outros presos.

Quando um dos “irmãos” reage agressivamente às provocações, aceita participar de algum ato ilícito ou é identificado como pessoa *non grata* na galeria - estupradores, ex-policiais, informantes da polícia, etc. – é imediatamente transferido para a galeria dos “irmãos” novamente.

Estes tempos um deu uma recunha (reconheceu) num irmão que tava lá. Ele era ex-policial e agora tava preso. Não sei se o cara se converteu mesmo ou não, mas já demos um jeito de retirá-lo para evitar confusão. (Marcos, plantão de galeria).

Da mesma forma, Claudiomiro, “plantão” de uma outra galeria que conta com a presença dos “irmãos”, afirma:

Eu tenho alguns irmãos na minha galeria. Eles fazem as orações deles, ficam na deles. [...] agora eu aceito todo mundo lá, menos duque (estupradores), estes não dá.

Mesmo com a presença dos “irmãos” nas galerias, as disputas de poder e os crimes cometidos nestas não cessaram. Quando ocorre qualquer tipo de desavença entre os detentos, a recomendação do “pastor” para os “irmãos” é justamente ficarem dentro das suas celas orando. Estes “irmãos” que presenciaram atos de violência dentro do presídio mantêm-se calados, estabelecem o discurso de que estavam em suas celas e não sabem o que aconteceu. Rafael, obreiro do Estrela do Cárcere, vivenciou uma situação de conflito entre os apenados quando estava em uma “missão de evangelização” em uma galeria, e comenta:

Quando acontece algum problema eles não entram na nossa cela, eles sabem que nós não temos nada a ver com as brigas deles, daí não nos perturbam.

Anderson, diácono do Estrela do Cárcere, vivenciou uma situação semelhante à de Rafael, afirma:

É difícil sabe, ouvir os gemidos e toda a confusão, mas se tentarmos fazer alguma coisa na hora não adianta nada. A gente tenta quando percebe que vai acontecer alguma coisa é falar com as pessoas antes, mas na hora fica todo mundo descontrolado e ninguém ouve nada. [...] a gente fica orando muito o tempo todo para que as coisas se resolvam bem.

Sendo assim, a honra junto aos demais detentos é adquirida pelos integrantes do grupo Estrela do Cárcere com o tempo e em uma relação pessoal. Ser considerado um homem detentor de honra não está condicionado ao fato deste ser um crente ou não, mas sim na postura que este exerce dentro do presídio. O “irmão”, ao mesmo tempo em que tem que demonstrar que está convertido, não se envolvendo em novos crimes – pois este é o seu discurso –, tem também que obedecer ao código de honra dos presos.

Sobre a constante avaliação a qual os “irmãos” estão submetidos diariamente pelos demais detentos o “pastor” do grupo comenta:

Aqui nós só somos respeitados pelo nosso trabalho. [...] aqui o que se diz tem que fazer porque se não se perde o respeito, por isso que aqui estamos 24 horas, dando testemunho da obra de Deus em nossas vidas.

No entanto mesmo sendo considerado um homem que possui honra e adquirindo prestígio, o “irmão” não possui uma ascendência hierárquica sobre os demais presos. O prestígio adquirido junto aos detentos, o reconhecimento como um homem honrado e a hierarquia que ocupam internamente no grupo religioso os habilitam a serem interlocutores perante as lideranças dos presos, porém nunca alcançam correspondência hierárquica com esses.

### Os “irmãos” e os funcionários

Naquele sábado cheguei ao presídio por volta das 14 horas. Era um dia quente do mês de fevereiro, com a umidade do ar bastante alta, o que dificultava a respiração. Desci do ônibus na RS 401 e caminhei os mil metros de estrada de terra que separam o ponto de ônibus da Penitenciária Estadual do Jacuí.

Ao chegar no portão de entrada do presídio fui recebido por dois soldados da Brigada Militar. Depois de identificar-me, como pesquisador do Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, recebi autorização para ingressar no presídio<sup>40</sup>. Passei por cinco portões de ferro até a sala em que realizaria as entrevistas. A sala era pequena, com aproximadamente seis metros quadrados, não muito diferente em dimensões de algumas celas do presídio, decorada com dois *pôsteres*, sendo um de instruções para a prevenção de DST/AIDS e outro de uma campanha de anos anteriores de combate ao tabagismo. Na sala havia ainda duas cadeiras e uma mesa. Um dos guardas, responsável pela segurança e movimentação interna dos presos, solicitou que o aguardasse enquanto ele chamaria o “pastor” do Estrela do Cárcere na galeria 4B. Enquanto esperava coloquei a mesa em uma das extremidades da sala e dispus as cadeiras uma de frente para a outra na tentativa de afastar-me do formato de uma entrevista de avaliação, a qual os detentos são freqüentemente submetidos<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Os guardas estavam a minha espera. Já sabiam que eu estava freqüentando o presídio e curiosos perguntavam sobre o tema do meu trabalho, falavam da importância de se fazer pesquisas nos presídios e que estavam à disposição para ajudar-me no que fosse preciso. No entanto todas às vezes o mesmo ritual de identificação era seguido.

<sup>41</sup> Entrevistas de avaliação destinadas a Progressão de Regime, Livramento Condicional, Indultos, triagens, acompanhamentos psicológicos e entrevistas dos assistentes sociais, da Promotoria Pública e do setor de segurança da PEJ.

Após cerca de 20 minutos de espera, que ao invés de me impacientar serviram para que eu relaxasse da fatigante caminhada que realizei, o “pastor” chegou conversando animada e descontraidamente com os dois soldados que o escoltavam. Entrou na sala com um sorriso largo, trajando o seu inseparável e impecável conjunto de terno e gravata e com a aparência de quem havia tomado banho recentemente. Cumprimentou-me, despediu-se dos guardas que o conduziram até a minha presença e, após um gesto meu, convidando-o a sentar-se, acomodou-se na cadeira a minha frente.

Conversamos por cerca de cinco minutos, quando o “pastor” interrompeu a nossa conversa pedindo licença e gritando para fora da sala: “sargento, sargento um minutinho, por favor,”. Nisso aproximou-se um homem de meia idade e travaram o seguinte diálogo:

- Boa tarde sargento, desculpa incomodá-lo.

- Pois não, pastor. Com licença (dirigindo-se a mim e entrando na sala em que estávamos).

- Sargento eu tenho aqui um relógio de um irmão (retirou o relógio do bolso) que nós mandamos consertar, mas está estragado novamente. O senhor poderia levá-lo ali na frente para que um irmão possa vir pegá-lo depois para o conserto.

- Claro que sim! Mas o que ele tem?

- Não sabemos, mas talvez seja até mesmo pilha fraca (nisto retirou algumas notas de reais do bolso e entregou ao sargento). Acho que isto é o suficiente para o conserto.

Com este fragmento de diálogo podemos observar um pouco do prestígio que o “pastor” desfruta junto a alguns funcionários do presídio. O mesmo é tratado com cordialidade, respeito e estabelece uma relação amistosa que possibilita até

mesmo realizar pequenos negócios junto aos funcionários. Serviços oferecidos aos detentos em dias e horários determinados, como o envio de cartas ao Correio, pagamento de contas, compra de objetos, entre outros, estão acessíveis ao “pastor” a qualquer tempo.

Embora haja tratamento cordial e a possibilidade de negociações, os guardas têm o discurso de que “preso é preso e nenhum é de confiança” e, como estes estão à margem da lei por terem cometido crimes e estão presos têm que obedecer indistintamente às ordens impostas pelo “Estado”. Porém, reconhecem a capacidade de organização interna dos próprios detentos e realizam algumas negociações com as lideranças destes.

A administração do presídio, ainda que tenha a percepção desta realidade e a respeite, não a admite abertamente. Por mais que tentem controlar as negociações internas entre os guardas e detentos não conseguem, e não se empenham de forma efetiva, pois percebem estas negociações como algo que facilita o andamento regular das normas e regras do presídio. Porém, estas negociações não podem comprometer a segurança do presídio, envolver atos ilícitos – tráfico de entorpecentes, recebimento de subornos, entre outros – ferindo a ética da instituição e tampouco se tornarem práticas visíveis a ponto de serem notadas claramente por todos.

Esta flexibilidade nas relações apresenta nuances que alternam conforme o nível da relação do funcionário com os presos. Quanto mais o funcionário for graduado e ou distante do convívio diário com os detentos, mais enfraquecida aparentemente fica a possibilidade de acontecerem negociações. Um exemplo dessa dinâmica aparece na primeira vez em que estive na PEJ para conversar

com o “pastor” do grupo evangélico. Após apresentar à Direção do presídio os objetivos da minha pesquisa e receber a autorização para realizá-la, solicitei que pudesse conversar com o “pastor” do grupo. Fui conduzido até a sala onde entrevistaria o “pastor” por um oficial da Brigada Militar, que questionou:

Tu vai pedir autorização para o pastor para entrevistá-lo?

Com a minha resposta afirmativa deu um sorriso e respondeu: Mas para quê? Onde já se viu, ele tá preso, vai participar sim, é só chamar que ele vem!

Respondi que era importante a aceitação do pastor em participar da pesquisa voluntariamente, pois como já tinha esclarecido para a Direção do presídio a participação voluntária dos integrantes do grupo era uma questão importante para a pesquisa. Outro ponto, não menos importante, era que se o pastor como líder do grupo aceitasse participar da pesquisa, os demais integrantes do Estrela do Cárcere também se sentiriam mais a vontade em participar.

O oficial de forma silenciosa balançou a cabeça em sinal de aprovação e balbuciou: é verdade.

No entanto, a negociação entre os guardas e os presos não é uniforme para todos os detentos. O preso, para estabelecer uma relação de cordialidade e troca de favores com os funcionários, tem que demonstrar submissão às ordens dos guardas e tratá-los com respeito. Este fragmento do diário de campo, mesmo não ocorrido na PEJ, ilustra esta relação. No ano de 2004 estava na Penitenciária Modulada de Osório – que também é administrada pela Brigada Militar –, realizando atendimento psicológico com alguns detentos. Em determinado momento presenciei a seguinte situação envolvendo os guardas e dois detentos.

Estava na sala, em que realizei as entrevistas para progressão de regime com dois presos, organizando os meus papéis e tomando um café. Ouvi no corredor próximo a sala em que estava alguém dizendo que não tinha culpa, que não tinha feito nada e que não queria ir. Fiquei intrigado e fui olhar o que estava acontecendo. Quatro soldados da Brigada Militar estavam conversando com um

preso algemado com os braços para trás. Este preso tinha sido expulso pelo “plantão” da galeria em que estava porque não tinha “se adaptado às regras da galeria”. O preso estava bastante agitado e ansioso. Os guardas chamaram o “plantão” de uma outra galeria para conversarem juntos. Este “plantão” chegou sem algemas e conversando com outros dois guardas. Os guardas que estavam conversando com o preso algemado perguntaram se este poderia ficar na sua galeria. O “plantão” falou que não sabia, que a sua galeria estava cheia e isso poderia trazer problemas. Um dos guardas, aparentemente o que estava conduzindo toda a negociação, pediu para que este “plantão” “quebrar este galho”. O “plantão” pensou um pouco e perguntou para o outro preso qual era o seu delito. Este respondeu que era furto de carro. O “plantão” repetiu a pergunta e disse se ele tinha certeza que era furto, porque se alguém desse uma “recunha” nele a coisa poderia ficar pior. Perguntou também se este pertencia a algum grupo dentro dos presídios. O interrogatório do “plantão” durou mais alguns minutos (creio que aproximadamente cinco minutos) sempre observados pelos guardas. O “plantão” disse para os guardas que este preso era um “vagabundo” e que não queria ele na sua galeria. Os guardas insistiram porque não tinham outro lugar para colocá-lo. O “plantão”, por fim, acabou permitindo que o outro preso fosse morar na sua galeria e disse. “vou deixar ele lá sargento. Vou dar esta força. Mas qualquer problema ele sai na hora”.

Um dos motivos para estas negociações é que os soldados que convivem diariamente com os presos precisam ter uma “boa relação” com as lideranças dos detentos para manter sob controle a “ordem no presídio”. Dentro desta ótica, o pastor do Estrela do Cárcere também participa das negociações. Por mais que procure afastar a sua imagem de líder entre os presos não consegue totalmente, pois coordena um dos maiores e mais bem organizados grupos dentro da penitenciária.

Na conversa com Vanderson, oficial da Brigada Militar que trabalha no setor de segurança da PEJ, disse-me:

Não adianta querer ser muito rígido em algumas coisas! Pode parecer um absurdo, mas temos que negociar com eles. Claro que concedendo pouco, fazer de um jeito que eles pensem que estão tirando vantagens, mas na verdade estão fazendo o que a gente quer! Só quem trabalha lá com eles é que sabe como é difícil

controlar, e como repreender um soldado porque indicou um preso para uma liga (setor de trabalho), ou porque colocou um preso na frente dos outros na lista para o setor técnico, entende? Quem está lá sabe o que tem que fazer!

Assis, soldado da Brigada Militar, trabalha na Força Tarefa há um ano e seis meses, sobre os “irmãos”, afirma:

Se eles soubessem a força que eles têm aqui dentro, ninguém segurava. [...] imagina, são uns duzentos homens, [...] só na força não dá.

O líder do Estrela do Cárcere com um orgulho indisfarçável na voz comenta:

Alguns meses atrás eu passei umas semanas na Pasc (Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas) porque precisava ficar sozinho para me concentrar nos estudos. Estava me preparando para o supletivo. [...] o pessoal me ajuda e sabe que eu falo a verdade e queria estudar mesmo, por isso não complicam muito.

Seguindo esta linha de raciocínio o soldado Edson, evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus que trabalha na PEJ desde 2003, vai mais além:

A gente lida todo dia com eles (os presos) e, o pastor tá sempre pronto para nos ajudar [...] se parar para pensar, quem é que mantém a cadeia tranqüila? O pastor controla aquela gente toda na galeria dele! [...] Com ele nós não temos problema. Obedece todas as normas, nunca precisamos nos preocupar.

Esta relação entre funcionários do presídio, “irmãos” e demais detentos está intrinsecamente vinculada a questões de hierarquia. Porém, a hierarquia não necessariamente relacionada ao poder entre o *guarda que manda e o preso que obedece*. Os funcionários da PEJ e os detentos que lá estão integram um subsistema complexo de relações que transcendem a forma hierárquica vertical vivenciada pela Brigada Militar.

Os detentos muitas vezes sentem-se *melhores* ou *superiores* em relação aos funcionários o que lhes confere uma autoridade sobre estes. Por exemplo, os funcionários podem ter maior ou menor ascensão de acordo com o seu prestígio junto aos presos. Prestígio esse relacionado a questões de honra. Aqueles funcionários que abusam da força desnecessariamente, não mantêm a sua palavra nas negociações e demonstram medo em conversar isoladamente com os presos são considerados *inferiores* dentro da hierarquia que leva em conta a hombridade e a honra. Conforme Sykes (1969) ao analisar a relação entre o crime e a sociedade aqueles que trabalham em estabelecimentos prisionais também estão sujeitos à hierarquia de valores dos presos, porque:

Num amplo sentido, o guarda é dependente dos reclusos para o desempenho satisfatório de seus deveres e, como muitas figuras de autoridade, o guarda é avaliado em termos de conduta dos homens que ele controla. (SYKES, 1969, p. 89-90).

O preso Gerson, condenado a onze anos, oito meses e vinte dias por homicídio e assalto, ao falar dos funcionários evidencia esta relação:

Na real, aqui não dá para falar com todo mundo! Tem uns advogado aqui que são de borracha (expressão para designar aqueles funcionários que prometem algo e não cumprem), falam, te ouvem e não fazem nada! [...] Tem uns guardas que eu nem chego perto, só porque tão com farda se acham mais homem, mas não entram na nossa galeria (risos)! Agora tem uns que são gente fina, podem até não conseguir nada para nós, mas dizem! Não ficam prometendo ou com conversa mole! Estes coitado aí ganham mal e às vezes vivem até pior que a gente lá fora! [...] eu tenho alguns PAD (Processo Administrativo Disciplinar) por desacato a autoridade, mas é que eles acham que podem gritar alto e mandar em nós assim no más!

Os funcionários, aparentemente indiferentes à percepção dos presos em relação a eles, na sua maioria sustentam o discurso de que “preso é preso” e “nenhum é de confiança”. A idéia mais corrente entre estes funcionários é de que

a maior parte dos que se dizem evangélicos estão buscando um melhor lugar para “puxar a cadeia”<sup>42</sup>. Guilherme, soldado da Força Tarefa comenta:

Aqui tem muito cabeça de lata, muito chinelo<sup>43</sup>! Tem aqueles que acho que não eram para estar aqui, porque aqui é a escola do crime, vão acabar saindo daqui pior do que entraram! Mas tem muito TASP<sup>44</sup>, principalmente os líderes daqui, são tudo TASP! O Miguel é um baita TASP e estes caras nunca vão se regenerar, até usam o discurso de que se arrependeram e tudo mais, mas é só para tirar vantagens!

No entanto, esta afirmação, mesmo entre aqueles que a proferem, não é homogênea e motivada apenas pelo preconceito. Percebi que esta desconfiança, mais do que posicionar a sua opinião em relação aos “irmãos”, serve também como estratégia para mantê-los sob controle e como diferenciação entre funcionários e os detentos de uma forma geral. Em um ambiente de desconfiança, os “irmãos” estão constantemente tendo que provar a sua real conversão. Nesta busca por aprovação, os “irmãos” ficam cada vez mais “dóceis” e “passivos”. Enquanto a diferenciação, esta ocorre, pois funcionários e presos, por mais que estejam separados por grades e muros, convivem cotidianamente no mesmo ambiente. Os funcionários buscam através da oposição marcar a diferença entre ambos e evitar, assim, uma possível identificação com os presos. Esta oposição tende a não estimular o estreitamento das relações entre funcionários e detentos e

---

<sup>42</sup> Expressão utilizada por todos no presídio – funcionários e detentos - para designar o período em que o preso está ou ficará na prisão.

<sup>43</sup> “Cabeça de lata” é uma expressão utilizada tanto por funcionários como pelos detentos para designar aqueles presos que são manipulados pelos demais. “Chinelo” designa os presos sem honra, ou que cometeram crimes considerados “menores”.

<sup>44</sup> TASP é abreviação amplamente utilizada no sistema prisional gaúcho para designar o Transtorno de Personalidade Anti-Social. Entre as suas características, segundo a Classificação Internacional de Doenças Mentais (CID-10) estão: indiferença insensível pelos sentimentos alheios; desrespeito por normas, regras e obrigações sociais; incapacidade de manter relacionamentos, embora não haja dificuldades em estabelecê-los; baixa tolerância à frustração; baixo limiar para a descarga de agressão; incapacidade de experimentar culpa e de aprender com a experiência; racionalização e projeção da culpa dos seus atos em terceiros (1993, p. 199 - 200).

evita assim, como definiu Goffman (2003, p. 75) *o perigo de que o internado pareça humano; se for preciso impor tratamento considerado 'cruel', as pessoas da equipe dirigente sofrerão com isso.*

Goffman (2003) vai mais além, ao afirmar que:

A tradução do comportamento do internado para termos moralistas, adequados a perspectiva oficial da instituição, necessariamente conterà algumas pressuposições amplas quanto ao caráter dos seres humanos. [...] abrange as possibilidades “más” e “boas” de conduta do internado, as formas apresentadas pela indisciplina, o valor institucional de privilégios e castigos, bem como a diferença essencial entre a equipe dirigente e os internados (GOFFMAN, 2003, p. 81).

Embora digam não acreditar na sincera conversão da maioria dos evangélicos, por outro lado os funcionários estimulam e vêem como positiva a presença de grupos religiosos, e mais especificamente do Estrela do Cárcere, no presídio. O Oficial José respondeu-me, quando questionei de forma abrangente o que pensava dos “irmãos”:

A maioria é vagabundo, se tu olhares é quase tudo reincidente. É que lá (na galeria 4B) é melhor, eles ganham roupa, comida, têm a proteção dos outros. Mas para mim são melhores estes, do que ficarem por ai só falando bobagem. A cadeia fica mais calma.

O Oficial Felipe, em outra oportunidade, relatou-me, embora mais comedido em suas afirmações, no mesmo sentido de José:

Não sei se eles são realmente crentes ou não, só saberemos quando eles saírem. Lá fora, com toda a pressão e sem a segurança que se tem aqui, é que se pode saber se é verdadeiro ou não. Mas aqui, para nós, é algo muito bom, porque são fáceis de lidar, são calmos.

Esta relação entre a Direção do presídio e os crentes do Estrela do Cárcere evidencia uma tensão que se apresenta de forma silenciosa. O grupo evangélico entende que já conquistou um local exclusivo e próprio a eles no presídio. Esse

espaço foi adquirido pelo “Poder de Deus”, através das suas demonstrações de “bom testemunho da Palavra do Senhor”. Com a manutenção desta galeria, reforçam diariamente que são bons cristãos e que este local, que acreditam ter sido adquirido pelo “Poder Divino”, está garantido pelo mesmo “Poder”. Apesar desse discurso, percebem que a sua permanência na 4B além de estar condicionada a uma série de comportamentos esperados, também é utilizada pela administração do presídio como uma moeda de negociação com os demais presos e uma forma de demonstrar que se preocupam com a liberdade religiosa e com o tratamento penal.

Em contrapartida, a Direção da PEJ profere o discurso de que podem retirar os “irmãos” da 4B a qualquer instante. Mas reconhecem, ainda que timidamente, que o grupo evangélico possui uma força de mobilização dos presos que, no momento, nenhum outro agente possui. E que a transferência destes presos para outras galerias poderia acarretar em problemas administrativos e disciplinares.

Sendo assim, para os “irmãos” – e de forma geral para todos os detentos da PEJ –, os guardas têm maior ou menor ascensão hierárquica sobre eles não pelo cargo que ocupam na Força Tarefa, mas sim numa relação pessoal que envolve a honra. O funcionário para ser respeitado tem que ser reconhecido como um *homem de palavra*, alguém que não é “covarde” e que não utiliza a força da instituição militar para agredir os presos. A ascensão hierárquica neste caso não é institucional, mas moral e ética.

Os presos, “irmãos” ou não, para os funcionários não têm uma ascensão hierarquia sobre estes, porém podem ser respeitados e tratados com cordialidade. Os “irmãos”, para obterem este respeito, embora as desconfianças não

desapareçam, precisam diariamente reafirmar que não estão envolvidos em negociações com os demais detentos, e manter o comportamento esperado pelos funcionários que é ser “calmo”, “conciliador” e “simpático”.

### **Entre os integrantes do Estrela do Cárcere**

No Estrela do Cárcere o discurso é de que todos têm os mesmos direitos e iguais possibilidades de ascensão na hierarquia do grupo. A divisão hierárquica obedece à ordem instituída na Igreja Assembléia de Deus, onde encontramos, em ordem crescente, os novos convertidos, os obreiros, os diáconos, os presbíteros, os evangelistas, os pastores e os missionários. Contudo, o Estrela do Cárcere não tem a figura do pastor e tampouco a do missionário. A hierarquia do grupo atualmente apresenta entre os seus 145 integrantes quatro diáconos, três presbíteros e um evangelista.

Os novos convertidos são aqueles que se converteram recentemente ou têm uma postura de conhecer a “Palavra de Deus”. Este “irmão” passa a freqüentar o grupo religioso recebendo os ensinamentos bíblicos e as diretrizes do grupo. Com o decorrer do tempo e “perseverança na fé”, este novo crente é batizado e passa a desempenhar a função de obreiro. Os obreiros são todos os batizados, do mais recente “irmão” ao pastor, que desenvolvem alguma atividade de evangelização dentro do grupo. Posteriormente, sempre tendo o “bom testemunho” e o comprometimento com a ideologia do grupo, este obreiro pode ascender à condição de diácono e, com a autorização do líder, pode dirigir os cultos, fazer pregações e coordenar grupos de estudos, dentre outras atividades. Os presbíteros, um nível acima, realizam todas as atividades de um diácono,

porém ocupam uma posição hierárquica que os permite coordenar o grupo na ausência do líder. No Estrela do Cárcere, o evangelista é a pessoa que coordena o grupo e tem autoridade para determinar as diretrizes e ações do mesmo, e é encarregado de escolher quem irá desempenhar determinadas tarefas e eleger os diáconos e presbíteros.

O líder do grupo, embora ocupe a posição hierárquica de evangelista desempenha, com o aval da Igreja, as funções de pastor. Este ainda não recebeu oficialmente o título de pastor principalmente porque, para alguém ser nomeado é preciso “estar em retidão”, para usar as palavras do pastor Celso – responsável há mais de 32 anos pelo trabalho da Assembléia de Deus com os presidiários da região metropolitana de Porto Alegre –, com as “Leis de Deus” e com as “Leis dos Homens”<sup>45</sup>. Os detentos, mesmo tendo encontrado a “Palavra de Deus”, ainda precisam saldar a sua “dívida com a lei dos homens”.

A obediência incondicional à hierarquia do grupo é sobremodo valorizada<sup>46</sup>. Para ascender nessa hierarquia, o “irmão” precisa não só ter “bom testemunho” e “boas obras”, realizadas dentro do grupo, mas também ter o respeito dos demais detentos<sup>47</sup>. Além disso, precisa conquistar a confiança do “pastor”, obedecer

---

<sup>45</sup> Na Assembléia de Deus é o Ministério de Pastores e Presbíteros quem nomeia os pastores e demais cargos na hierarquia da Igreja. Mas no Estrela do Cárcere, até o ano de 2002, era o líder do grupo quem centralizava as indicações para os cargos e as apresentava ao Ministério, que se limitava a aprová-los. Com a transferência do Estrela do Cárcere para uma comunidade de Porto Alegre, como veremos mais adiante, esta relação sofreu mudanças.

<sup>46</sup> Esta obediência não necessariamente significa concordância com as diretrizes impostas pelo “pastor”. Alguns crentes mantêm uma postura de subserviência e obediência às normas do grupo como estratégia para se manterem na 4B ou até mesmo com receio de serem punidos. As formas de punições foram descritas mais detalhadamente no capítulo *Desavenças, Transgressões e Punições*.

<sup>47</sup> O respeito dos demais detentos, como já demonstrei anteriormente, é adquirido pelo tipo de crime que cometeu, observância ao código de honra entre os detentos e cumprimento das normas e regras do Estrela do Cárcere.

incondicionalmente as suas ordens e não ameaçar o seu *carisma*<sup>48</sup> junto aos demais integrantes. Desta forma, a relação entre o “pastor”, os diáconos e os presbíteros assemelha-se na sua organização à dos “plantões” com seus auxiliares. Os presbíteros e diáconos assessoram o líder na gerência do grupo, porém não têm autonomia nas suas ações.

O líder, além de ter indicado as pessoas para ocuparem os cargos, é o principal responsável pela manutenção da autoridade destes. É ele quem estabelece as normas, regras, tem a total gerência sobre as atividades e exerce sua autoridade com extremo rigor. As ordens do “pastor” são seguidas na íntegra, e nem mesmo os pastores que compõem a comunidade evangélica fora dos muros do presídio conseguem controlar as atividades do grupo. O pastor Genésio, vice-presidente da Assembléia de Deus em Porto Alegre, comenta sobre o “pastor” Miguel:

O Miguel deve ter lá as normas dele. [...] quem determina o comportamento e as coisas que eles fazem lá dentro é o Miguel. [...] as roupas é uma lei dele lá dentro, as roupas, os ternos nós não exigimos nada.

Os integrantes do Estrela do Cárcere referem-se ao líder do grupo com respeito, percebem-no como um exemplo a ser seguido e enaltecem a forma como esse se relaciona com as demais pessoas. Repetidamente enfatizam que o “pastor” é “um homem de Deus”, “respeita a todos indistintamente” e que “obedece às normas de segurança do presídio” para justificar o fato deste transitar de forma

---

<sup>48</sup> Adoto o conceito de Weber quando afirma que *carisma* significa: *uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a torna como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder” (WEBER, 1991, p. 158-159).*

aparentemente tranqüila nas mais variadas esferas de relações – com os funcionários e demais presos – dentro do presídio.

César, obreiro do Estrela do Cárcere, foi condenado a sete anos de reclusão por furto de automóveis. Depois de ser beneficiado com a passagem para o regime semi-aberto fugiu e, após oito meses, foi recapturado e levado a PEJ. Segundo ele, durante o período em que esteve foragido, converteu-se à Igreja Deus É Amor influenciado pela família, que já freqüentava essa comunidade evangélica. Durante nossa conversa, César contou um pouco da sua história de vida e, sobre o “pastor” Miguel, comentou:

O pastor é um homem de Deus. Todo mundo respeita ele aqui, sabe? Ele pode andar em qualquer lugar aqui dentro que o pessoal respeita.

O obreiro Vilson converteu-se na PEJ quando cumpria pena por assalto a mão armada. Em liberdade, voltou a praticar o mesmo delito e retornou à PEJ. Como César, Vilson exalta as características do “pastor”:

Não tem ninguém que não conheça o pastor. Ele respeita todo mundo, trata todo mundo igual, sabe. Ele tá sempre pronto a ajudar, seja o problema que for. É um homem de Deus e todo mundo sabe disso. Ninguém pode dizer nada contra o pastor ele não tem problema com ninguém e nem disciplinar

Entretanto, esta imagem do líder como um homem “santo” e que respeita a todos é contestada por alguns ex-integrantes do grupo. Condenado a nove anos e três meses de prisão por assalto à mão armada, Fabrício está preso desde 1998. Após converter-se, em 2001, morou na galeria do Estrela do Cárcere por oito meses, mas não se “adaptou”. Embora afirmando ainda ser crente, saiu do grupo e parou de freqüentar os cultos do Estrela do Cárcere. Em 2004, recebeu

benefício de progressão de regime e está em um presídio semi-aberto. Sobre a rotina da galeria 4B, Fabrício fala:

Eu me converti, daí fui morar com os “irmãos” na 4B! Só que aquilo lá não é para mim. É muita pressão, tu não tem liberdade, tem gente que é desrespeitada! Olha para mim, não sou mais nenhuma criança, sou um homem de 40 anos de idade e lá eu era tratado como criança! Daí saí, agora estou no semi-aberto, tem uns irmãos aqui que a gente canta, toca violão.

Vagner, outro ex-integrante, foi preso por tráfico de drogas, converteu-se na PEJ após ouvir as pregações dos “irmãos” em “missão de evangelização” na galeria em que estava, e ingressou no Estrela do Cárcere em 2002. Ao referir-se aos motivos que o levaram a sair do grupo depois de um ano, relata:

Eu sei que o presídio não é fácil, tem muita gente que só quer fazer o mal. Mas eu saí do grupo porque vi gente apanhando lá dentro, não que não merecesse, mas que bom testemunho é esse? Daí preferi sair porque era eu que não concordava com aquilo entende, daí sai!

Marques, antes de cometer o latrocínio que acarretou em sua atual prisão, ainda em liberdade, converteu-se e foi “batizado nas águas” na Igreja Assembléia de Deus. Após ser preso, ingressou no Estrela do Cárcere. Mesmo permanecendo no grupo, mostra insatisfação com relação à forma como este é conduzido e desabafa:

Lá tu não pode trabalhar porque não tem trabalho para todo mundo! Mas o Miguel é o plantão da galeria, ele tem remissão. Muitos lá nem sabem disso. Porque não coloca outro também? Lá tem outros caras com penas grandes também!<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Marques está falando dos trabalhos oferecidos pela administração do presídio. A LEP permite que a cada três dias trabalhados pelo preso seja diminuído um dia do total da sua condenação. Na PEJ, o tempo de condenação é um dos fatores que contribuem para que o preso seja escolhido entre os seus pares para exercer uma atividade laboral. Os que apresentam condenações muito longas têm a preferência para ocuparem as vagas de trabalho, pois assim poderão através da redução da pena atingir o lapso temporal para progressão de regime.

A postura autoritária, centralizadora e paternalista do líder do grupo é encarada por muitos crentes como necessária, já que convivem diariamente em um ambiente hostil. Porém, somente o “pastor” pode agir desta forma. Assumir posturas de independência, de rebeldia ou de autoritarismo só é permitido ou aceito pelos “irmãos” se receber o aval explícito do líder do grupo. Sem a anuência do líder a autoridade dos diáconos e presbíteros fica enfraquecida. Sobre o autoritarismo e a rigidez no controle do respeito às regras do grupo, Oscar, que, após converter-se na PEJ, aprendeu a tocar violão e passou a animar os cultos, comenta:

O pastor é linha dura sabe. Um dia táva tocando, tirando umas músicas. Alguém gritou que táva liberado o pátio. Táva junto o diácono que disse para eu não ir, achei que não tinha nada a ver, saí correndo e deixei tudo lá para arrumar depois. O diácono falou para o pastor e ele mandou me chamar de volta (risos), me proibiu de ir para o pátio por um tempo e ainda fiquei sem tocar nos cultos mais de um mês até ele permitir que eu voltasse.

O prestígio e a fama adquiridos pelo “pastor” na época em que cometia crimes e depois, como um “homem de Deus”, assim como o respaldo que tem dos líderes da comunidade evangélica fora do presídio, reforça a sua autoridade e liderança junto aos integrantes do grupo Estrela do Cárcere.

Entretanto, atualmente o grupo está vivenciando um momento importante na sua dinâmica. O “pastor” Miguel, depois de conseguir, através dos seus advogados, reduzir o total da sua condenação de 300 para 182 anos, cinco meses e dez dias, está tentando um benefício de progressão de regime. Com a eminência de sair para um presídio de regime semi-aberto, o “pastor” está preparando os seus sucessores – diáconos e presbíteros – na liderança do grupo. Para tal está gradativamente incumbindo-os de mais tarefas e responsabilidades.

Muito embora, no momento, o aval do “pastor” já fosse o bastante para garantir-lhes o cargo, este não perde uma oportunidade para falar dos seus obreiros com o intuito de fortalecer o *capital simbólico* dos mesmos. Uma das formas de tornar os seus candidatos à sucessão conhecidos e respeitados entre os demais detentos é justamente enviá-los em “missão de evangelização” para outras galerias. Nestas galerias, estes “irmãos” têm de coordenar um grupo de crentes e todas as suas atividades, têm que negociar com os detentos daquela galeria e resolver possíveis conflitos, sempre com a supervisão do “pastor”.

Porém, um problema se coloca nesta dinâmica, pois a maioria dos possíveis sucessores do “pastor” também estão próximos de atingirem o lapso temporal para progressão de regime, o que poderá acarretar em uma descentralização do poder, onde os novos líderes coordenem o grupo por períodos curtos. Outro obstáculo apresentado é que alguns destes homens já saíram para presídios de regime semi-aberto e retornaram para o regime fechado por infringirem normas e regras. Um exemplo é do presbítero Jéferson, um dos fundadores do Estrela do Cárcere, condenado a 45 anos e cinco meses de prisão. Jéferson comenta sobre o seu retorno a PEJ:

Eu no ano passado saí para o IPEP (Instituto Penal Escola Profissionalizante de regime semi-aberto) quando cheguei lá o pessoal já me conhecia e me colocaram como plantão de um dos alojamentos. Mas daí encontraram drogas no alojamento e como eu era quem devia cuidar de tudo assumi a responsabilidade. Regrediram o meu regime e voltei. O Pastor me destituiu do cargo por quase um ano e só agora é que retornei a ser presbítero, só que tem tarefas que ainda não posso fazer.

Este retorno de Jéferson para a PEJ com um novo delito, por mais que afirme não ter sido culpado, enfraqueceu o seu prestígio junto aos “irmãos” e aos

demais detentos. O presbítero afirma que “Deus sabe o que faz” e na hora certa irá lhe “recompensar”, mas, no momento:

Eu como era muito respeitado aqui e acabei caindo de novo, mereço ser um exemplo. [...] mesmo não sendo culpado não reclamo. Não podia ter deixado que isto acontecesse. Mas Deus sabe o que faz. Os irmãos me acolheram e me respeitam, mas vou ter que ganhar a confiança deles de novo.

A possível saída do “pastor” ao mesmo tempo em que causa contentamento a todos, pelo exemplo de vida a ser seguido, também causa preocupação pelo receio do grupo ficar acéfalo. O já citado obreiro César comenta da seguinte forma a possibilidade do “pastor” receber o benefício de progressão de regime:

O pastor Miguel é como um pai para nós. Ele cuida da gente. Pune quando tem que punir é um homem justo. Não sei como vai ficar sem ele.

O poder e a autoridade no Estrela do Cárcere estão centralizados na figura do seu líder e, para ascender hierarquicamente no grupo, o “irmão” precisa estabelecer uma relação de obediência, não ameaçar a autoridade do “pastor” e demonstrar respeito às normas do grupo. Além disso, precisa ser reconhecido como um homem honrado e aceito no convívio com os demais detentos da PEJ e ter a sua fé atestada pelo “bom testemunho” diário da “Força do Espírito Santo” em sua vida.

### **Os “irmãos” e os integrantes da Igreja que estão “fora” da prisão**

O grupo Estrela do Cárcere, após seis meses da sua criação, em 1991, até o ano de 2002, esteve vinculado à comunidade evangélica Assembléia de Deus do município de Charqueadas. A comunidade de Charqueadas prestava auxílio aos “irmãos” nos dias de cultos, fornecia bíblias, roupas, alimentos e os recebia

quando esses saiam do presídio. No entanto, após um desentendimento entre o líder do Estrela do Cárcere e o pastor da comunidade de Charqueadas, estes vínculos foram rompidos<sup>50</sup>. Segundo os integrantes do Estrela do Cárcere o desentendimento foi motivado pelo fato de a comunidade da Assembléia de Deus, em Charqueadas, não estar conseguindo “dar conta das suas obrigações” para com o grupo. Após este desentendimento, no ano de 2002, o grupo Estrela do Cárcere passou a integrar a comunidade da Assembléia de Deus de Porto Alegre. O presbítero Jéferson comenta sobre o fato: “eles não estavam cumprindo com algumas obrigações, daí nós achamos melhor nos transferir para Porto Alegre”.

O pastor Genésio, vice-presidente da Assembléia de Deus, em Porto Alegre, comenta diplomaticamente o episódio.

O pessoal de Charqueadas estava com algumas dificuldades. Daí o Miguel solicitou a transferência para a igreja em Porto Alegre, porque aqui nós temos mais recursos. [...] a alteração foi solicitada pelos próprios presos.

Estas “obrigações” da comunidade evangélica que está *fora* dos presídios consistem, como já referimos anteriormente, em fornecer principalmente roupas, alimentos, material de higiene, bíblias e demais itens que por ventura fossem solicitados pelos integrantes do grupo. A arrecadação do material fornecido ao Estrela do Cárcere envolve toda a comunidade evangélica e mobiliza um trabalho constante por parte dos “irmãos” que não estão presos. O cumprimento deste acordo faz com que as relações entre ambos se mantenham em harmonia.

---

<sup>50</sup> Quando falam deste episódio procuram evitar detalhes, mas enfatizam a idéia que a transferência foi pacífica e não causou nenhum constrangimento. Como prova da relação amistosa que ainda mantêm, os “irmãos” do Estrela do Cárcere afirmam que os crentes da comunidade de Charqueadas continuam freqüentando os cultos do grupo na PEJ.

Em conversa com o pastor Celso na igreja que coordena, ao lado do presídio Central de Porto Alegre, este em determinado momento conduziu-me a uma sala que fica nos fundos do salão principal onde são realizados os cultos e disse-me:

Olha aqui (mostrando colunas de mais de um metro e meio de altura feitas com alimento não perecível) nós temos feijão, arroz massa e uma porção de outras coisas. Isto aqui vai todo mês para PEJ, só para a PEJ. A gente arruma com doações dos irmãos, mas não é fácil, viu!

Porém, os de *fora* não se limitam a fornecer materiais e utensílios para os detentos, mas também prestam auxílio quando estes saem do presídio. Conforme o pastor Celso:

Nós fornecemos estrutura fora do presídio para que eles possam se recuperar [...] nós (a Assembléia de Deus) temos obras sociais, clínicas para aidéticos, para drogados.

Os “irmãos”, após saírem da prisão, são recebidos e acolhidos pela comunidade evangélica local. Passam a freqüentar os cultos, a conviver o dia-a-dia da congregação e em alguns casos a residir nas casas dos crentes que os recebem. Quando este “irmão” que sai do presídio precisa de emprego ou vai residir em outro município, o pastor Celso pessoalmente fornece “uma carta de recomendação”.

A recepção dos “irmãos”, quando saem em liberdade, pela comunidade evangélica é feita sem julgamentos – pelo menos não é verbalizado abertamente – se este crente é convertido verdadeiramente ou não, mas não atestam à conversão deste imediatamente e esperam que a convivência na comunidade religiosa e o seu testemunho “fale por ele”.

Esta relação de assistência e suporte aos “irmãos” que saem do presídio fica explícita na história do pastor Silvano, que auxilia o pastor Celso no trabalho com os presidiários.

Eu estive preso no Central um bom tempo. Já levei muito tiro por causa da vida do crime (mostrou-me por baixo da sua blusa as marcas dos tiros). Os meus antigos parceiros, hoje, estão todos mortos, porque é este o destino de quem vai para o crime. Conheci a palavra de Deus no próprio presídio. Quando sai fui acolhido pelo pastor Celso. Passei a trabalhar na igreja, me casei com a filha dele e hoje estou aqui evangelizando com ele.

Outro exemplo é o do já citado Afonso, que após se converter na PEJ foi para o presídio de Torres e estava, quando conversamos, aguardando a liberação judicial para o Livramento Condicional e, assim, poder trabalhar com o pastor da comunidade evangélica local.

No início vou trabalhar com o pastor, ajudando ele na igreja. Mas eu sei trabalhar com serralheria e já trabalhei em obras (construção civil) também. [...] vou trabalhar na igreja.

A assistência da Igreja aos detentos tanto dentro dos presídios como fora deles é encarada por aqueles que entrevistei como uma “missão”. Os “irmãos” que estão fora do presídio prestam assistência a diversos presídios e o pastor Celso comenta:

Eu já fiz pregações no Presídio Central para mais de cem homens. Muita gente tem medo e não vão até lá! Entro no meio deles e nunca tive problema nenhum. Quando o Espírito Santo toca o coração deles, pode ser um só, o trabalho valeu a pena.

O discurso dos que estão fora da prisão é de que os que estão presos precisam de apoio. O senso comum entre os de fora é que as pessoas entram na “vida do crime” porque não têm o suporte necessário da sociedade e da sua própria família, ficando vulneráveis às tentações e à influência do “mal”. O pastor

Silvano, endossado pelo pastor Celso diz que: “muitos dos que estão presos não tiveram apoio moral do próprio pai [...] nós fornecemos estrutura fora dos presídios”.

O pastor Genésio fala que a Igreja é uma forma de “ressocializar” o preso por que fornece outros valores e formas de relacionamento:

O mundo do crime é de libertinagem, de extravagância, da ‘liberdade’ e a Assembléia de Deus chama a responsabilidade, tem normas rígidas. Mas, o mais forte é o Espírito Santo. O Espírito Santo atuando na vida deles. [...] Muitos quando saem encontram na Igreja um apoio. A sociedade é responsável, muitas vezes, pela volta deles no crime. A Igreja os abraça, se projetam na Igreja.

No entanto, a relação não é apenas assistencialista da parte de quem está fora para com os que estão presos. Ocorrem tensões e disputas de poder. Os pastores que estão fora da prisão deixam sempre claro que Miguel não é pastor, mas sim evangelista, e que eles é que possuem o controle do grupo, porque representam a Direção da Igreja. O pastor Celso comenta sobre isto:

Não sei como conseguiram nomear alguns presos (a função de diáconos e presbíteros)! Isto foi quando eles estavam em Charqueadas. Mas agora eu não nomeio ninguém. Nos meus mais de trinta anos trabalhando nos presídios, comecei ainda era lá na Usina (referencia ao antigo Cadeião), nunca nomeei ninguém! [...] Por mim o Miguel não seria evangelista e todos lá seriam somente obreiros. Porque para ser diácono ou qualquer outra função tem que estar em retidão com a Justiça de Deus e dos homens e eles não estão em retidão com as leis dos homens ainda! [...] não que não mereçam, mas é que neste momento eu não concederia por uma questão de obedecer às normas da Igreja.

O pastor Genésio por sua vez, refere:

O Miguel não é pastor! Ele foi incumbindo das funções de um pastor para poder organizar o grupo. [...] Estas coisas que eles fazem lá, nada é imposição nossa, fazem até mesmo para poderem se aproximar de nós, ficarem parecidos com a gente. Isto não tem nada de mais.

Para os crentes que estão fora da prisão, os que estão na prisão, por mais que testemunhem a “Palavra de Deus” dentro dos presídios, ainda têm que provar a sua conversão quando em liberdade. Não que a conversão seja contestada, mas precisa ser provada pela “persistência na fé”, pelo abandono do convívio e dos valores do universo criminoso, pelas “boas obras”, e pela inserção em uma comunidade evangélica após saírem do presídio e não reincidência no crime.

O Estrela do Cárcere é atualmente a principal vitrine do trabalho da Assembléia de Deus nos presídios gaúchos. O nível de organização, número de integrantes e de testemunhos da “obra do Espírito Santo” dentro dos presídios – e não somente na PEJ – não foi até o momento alcançado por nenhum outro grupo ou denominação religiosa. Embora estas características, para os crentes que não estão presos o sucesso do Estrela do Cárcere em se constituir como um grupo de destaque é explicado primeiramente pela “Força do Espírito Santo”, seguido do apoio que a Igreja dispensa aos detentos durante e depois da sua prisão.

No Instituto Penal de Canoas conversei com o “irmão” Demétrio que há 13 anos visita semanalmente os presídios da região realizando um trabalho de evangelização dos presidiários. Neste estabelecimento prisional, o grupo não ultrapassa a seis participantes, sendo nenhum batizado. Sobre o Estrela do Cárcere afirma:

Conheço sim, mas nunca fui lá! Lá já tem uma equipe (referência ao trabalho do pastor Celso) credenciada para fazer o trabalho! Não sei como eles estão! [...] não adianta o homem tentar, nós somos só um instrumento de Deus! É através do Espírito Santo que o trabalho é possível, só Ele é que consegue tocar no coração!

O obreiro Dalton que integra a Assembléia de Deus há 12 anos e frequenta alguns cultos realizados na PEJ nos finais de semana, comenta:

Antes deste trabalho de assistência aos presos eu nunca tinha entrado num presídio. O trabalho lá na PEJ é fantástico, verdadeira obra de Deus. A Igreja se preocupa muito com o bem-estar deles e faz um trabalho já há muitos anos nos presídios.

Com esta argumentação parecem ignorar que por mais que existam grupos da Assembléia de Deus em diversos presídios gaúchos, que outras Igrejas prestam assessória espiritual e material aos detentos, somente o Estrela do Cárcere é que conseguiu se organizar, crescer e ter visibilidade tanto dentro como fora do sistema prisional. Isto revela a tentativa, não totalmente consciente, da comunidade evangélica que está fora dos presídios de minimizar os méritos pessoais dos integrantes do Estrela do Cárcere, assim como do seu líder, e atribuir todo o sucesso do grupo – número de integrantes, organização interna, obtenção de uma galeria exclusiva – ao âmbito institucional e espiritual, valorizando o “Poder de Deus” e o trabalho dos que estão fora do presídio. No discurso dos “irmãos” que não estão presos, o Estrela do Cárcere somente conseguiu se estabelecer graças ao trabalho institucional da Assembléia de Deus, que está amparada e guiada pelo “Poder do Espírito Santo”.

Retornando às circunstâncias que envolveram a transferência para a comunidade de Porto Alegre, podemos ver claramente as tensões entre os de *dentro* e os de *fora*. O motivo mais aparente na fala dos integrantes do Estrela do Cárcere é que os “irmãos” de Charqueadas não estavam conseguindo cumprir com as obrigações de fornecer roupas, bíblias, material escolar e outros. No

entanto, outros aspectos, talvez menos evidentes, porém igualmente determinantes nesta transferência, merecem atenção.

Com a transferência para Porto Alegre o grupo saiu da influência direta de uma comunidade periférica, com poucos recursos financeiros, para a influência da comunidade central. Esta mudança de uma congregação para outra tem reflexos simbólicos nos “irmãos” presos. Estes, devido a sua condição de apenados, estão marginalizados e, ao integrar uma comunidade como a de Porto Alegre, sentem-se mais valorizados. Rodrigo, obreiro “batizado nas águas”, em novembro de 2004, comenta sobre a repercussão desta transferência.

Para nós é tudo igual sabe. Tanto faz ser daqui de Charqueadas como de Porto Alegre. Mas a maioria de nós é de Porto Alegre. Fica mais fácil para as nossas famílias ir falar com os pastores. Quando a gente sai já estamos na nossa igreja. [...] lá é bem maior, o pessoal é mais organizado. O senhor já foi em um culto? É muita gente e todos se ajudam, cantam, não tem como não se sentir bem!

A transferência reforçou, também, a autoridade do seu líder internamente. Ao reivindicar que os materiais fossem fornecidos e estar disposto a romper ligações com a comunidade evangélica local, passou a ser encarado como alguém que protege os interesses do seu grupo e que tem força para negociar com os líderes da Igreja.

Se por um lado a transferência em determinados aspectos beneficiou os “irmãos” da PEJ, por outro, devido à postura mais conservadora dos pastores que assessoram os presos nos presídios da comunidade de Porto Alegre, impediu que outros integrantes do grupo fossem elevados na hierarquia da Igreja enquanto estiverem presos. Porém uma vez saldada a sua “dívida com a justiça dos homens” estes apresentam os mesmos direitos que os demais membros da

comunidade evangélica. O obreiro Malaquias que integra a comunidade da Assembléia de Deus em Porto Alegre comenta sobre os depoimentos dos “irmãos” que saem da prisão.

Eles dão um testemunho maravilhoso da Oba de Deus. Quando eles começam a falar o que passaram até encontrar a Palavra de Deus, tens que ver, ninguém fala nada, todo mundo presta atenção. As coisas que estes homens sofreram e mesmo assim lá no fundo, lá nas trevas Deus os resgatou. É um depoimento que as pessoas comentam durante dias depois do culto e não tem como não se comover.

Ao que parece, como podemos observar na fala de Malaquias, o fato dos “irmãos” do Estrela do Cárcere ao saírem da prisão terem saldado a sua dívida com “a Lei dos Homens” acaba por favorecer a sua inserção na comunidade evangélica. Após passarem por inúmeras “provações”, honrarem o seu compromisso com Deus – afastando-se do universo criminoso – através do “batismo nas águas” e resistirem às “tentações do demônio” representam no imaginário da comunidade evangélica a personificação do “Poder do Espírito Santo” na vida dos Homens. E em liberdade, como não “devem mais nada”, podem se dedicar totalmente as “coisas de Deus” e inclusive alcançar funções de destaque na hierarquia da Igreja.

## **A Inserção ao Universo da Leitura e Escrita através dos Ensinos Bíblicos**

Na Penitenciária Estadual do Jacuí as aulas de alfabetização, séries iniciais e demais níveis de escolaridade são ministradas pelos professores do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (Neeja). Os professores do Neeja estão vinculados a Secretaria Estadual de Educação e atuam na PEJ e em outros presídios gaúchos desde 2003<sup>51</sup>, devido à parceria dessa Secretaria com a Susepe. O Neeja é um órgão reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura e, além de ministrar aulas regularmente e ter autonomia para conferir no final do ano um certificado aos alunos aprovados, também prepara os presos para o supletivo.

O presídio que deseja aderir ao Neeja precisa fornecer uma sala adequada para a realização das aulas, outra para a organização das atividades, além de garantir a segurança dos professores. A professora Vânia, que integra a equipe do Neeja na PEJ, comenta:

O Neeja é uma escola. Funciona como uma escola. Por isso precisa de um espaço adequado. Mas, infelizmente, nem todos os presídios podem fornecer isso. A PEJ nesse sentido está muito bem, embora sempre falte uma ou outra coisa. Mas, dentro da carência de recursos do sistema (prisional), a PEJ está bem. [...] o material didático, giz e material escolar para os alunos, o próprio Neeja conta com recursos destinados para isto.

Em números absolutos<sup>52</sup> em 2004 havia 20.255 detentos no sistema prisional gaúcho, entre os quais: 1539 foram identificados como sendo

---

<sup>51</sup> Embora o NEEJA tenha se estruturado formalmente a partir de 2003, alguns dos seus professores, cedidos pela Secretaria de Educação, já atuavam nos presídios gaúchos.

<sup>52</sup> Os números sobre a escolaridade dos detentos foram obtidos em novembro de 2004, porém são referentes ao primeiro semestre do mesmo ano. Isto porque, conforme informações do Setor de

analfabetos; 16207 cursaram o Ensino Fundamental, sendo 8466 entre a 1ª e 4ª séries e 7741 entre 5ª e 8ª séries; 1358 possuem o Ensino Médio incompleto e 941 completaram o Ensino Médio; 135 ingressaram, mas não concluíram o Ensino Superior e 75 possuem um diploma universitário.

Estes números, no entanto apresentam alguns complicadores para compreendermos de forma mais precisa o nível de escolaridade dentro dos presídios. Isto porque os dados são coletados nas entrevistas de triagens a partir das informações dos próprios presos acerca da sua escolaridade e compilados de forma abrangente. Uma das dificuldades desse tipo de levantamento é a imprecisão das informações que o preso fornece. Alguns detentos informam que cursaram até a 5ª série, mas apenas concluíram a 4ª série do ensino fundamental; outros dizem que freqüentaram o primeiro ano do ensino médio, mas interromperam a freqüência nos primeiros dias de aula; há aqueles que afirmam ter concluído o ensino fundamental, mas não se matricularam ou então não iniciaram as aulas ou pararam de estudar na metade da oitava série, entre outros exemplos<sup>53</sup>.

Aliado a isto, a falta de uma padronização para todos os presídios do questionário de triagem e a utilização recorrente de informações de prontuários antigos que não são atualizados também dificultam a análise dos dados. A assistente social Jussara e a psicóloga Vanessa que trabalham em presídios de Porto Alegre e do Complexo de Charqueadas respectivamente comentam que as

---

Educação da Susepe, os indicadores do nível de escolaridade dos presos não tinham sido atualizados.

<sup>53</sup> A imprecisão das informações fornecidas pelos presos deve-se em parte a forma como elas são coletadas. Nas entrevistas geralmente é perguntado ao detento até que série este estudou, sem, no entanto, questionar se este concluiu ou não, com que idade parou de estudar, se repetiu de série e quantas vezes.

estatísticas da Susepe não são “plenamente confiáveis” porque são feitas por aproximação, uma vez que não se têm um controle sistemático e preciso sobre a escolaridade, renda familiar e demais informações pessoais dos presos. Segundo a assistente social Jussara:

Quem faz este levantamento são as próprias casas prisionais. E às vezes o levantamento é feito às pressas para preencher algum questionário que a Susepe pede. [...] não duvido que algumas vezes estes números são manipulados para passar a imagem de que está tudo bem.

A psicóloga Vanessa ao falar sobre o controle das informações pessoais dos presos, diz:

Para tu teres uma idéia da dificuldade do controle sobre as informações pessoais dos presos, o tempo de pena que é informatizado, tem até um programa de computador que calcula tudo sozinho e tem advogados aqui da Susepe só para cuidar disso, às vezes, e não é nem uma e nem duas vezes, presos que deveriam estar em regime semi-aberto, ou até mesmo em liberdade continuam presos no fechado. Agora imagina a escolaridade dos presos que é feito nas entrevistas de triagem e o controle é manual através dos prontuários, não tem como ter um controle exato.

Na PEJ, além das dificuldades mencionadas acima existem outros complicadores na mensuração do nível de escolaridade. Conforme as informações tanto da professora Vânia como dos demais funcionários, a PEJ por ser um presídio “muito grande” e ter uma rotatividade dos presos devido às constantes “saídas e entradas” torna-se difícil o mapeamento rigoroso dessas informações. Vamos a outros números sobre escolaridade, em 2000 a II Caravana de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados constatou que entre os 1.241 detentos da PEJ:

[...] 12% são analfabetos; 9,3% não possuem escolarização, mas sabem ler e escrever; 73% dos presos possuem escolarização primária incompleta e apenas 5% do total chegou a freqüentar

alguma série do segundo grau (CAMÂMARA DOS DEPUTADOS, 2000, p. 73).

Apesar do índice alto de 12% de analfabetismo relatado em 2000 pela II Caravana de Direitos Humanos e o acréscimo de 23,34% da população carcerária da PEJ, segundo a professora Vânia, no ano de 2004, dos “inúmeros” casos de pessoas que queriam estudar e se diziam ou eram “classificadas” nas triagens como analfabetas, ou seja, não sabiam ler e escrever, apenas três poderiam ser consideradas analfabetas absolutas. As demais sabiam ler algumas palavras, mas não sabiam escrever, ou sabiam escrever o seu nome e reconhecer e distinguir números, letras e sílabas.

Esta possível diminuição no número de analfabetos e a diferença observada pela professora Vânia entre o nível de escolaridade anotado nos prontuários e o domínio da leitura e escrita pode ser compreendida pela falta de sintonia entre metodologia adotada na coleta das informações que se concentrou apenas nas informações fornecidas pelos próprios presos sobre a sua escolaridade formal e não considerou os conhecimentos e habilidades adquiridas. O fato de ter freqüentado determinado nível escolar não significa necessariamente a aprendizagem das técnicas e dos conteúdos correspondentes ao grau atingido e, por outro lado, o detento através de outros caminhos pode ter ultrapassado os conhecimentos que poderemos supor que ele possua ao analisarmos apenas o seu histórico escolar. Pensando nos diferentes níveis de domínio e nas múltiplas formas de utilização da habilidade da leitura e escrita o Indicador Nacional de

Alfabetismo Funcional (Inaf)<sup>54</sup>, definiu três níveis de *alfabetismo*<sup>55</sup>. O primeiro nível, como descreveu Ribeiro (2004), compreende os que conseguem identificar informações explícitas em textos muito curtos, cuja configuração auxilia ao reconhecimento do conteúdo, como por exemplo, localizar em um cartaz a data de início da campanha de vacinação ou a idade em que a vacina pode ser tomada. No nível dois estão os que conseguem identificar informações em textos curtos e de extensão média, mesmo que a informação não apareça explicitamente. O terceiro nível envolve a identificação de textos mais longos, podendo o leitor orientar-se por subtítulos, localizar mais de uma informação e relacionar textos diferentes.

Podemos observar a não correspondência direta entre escolaridade e domínio da leitura e escrita no caso de Mercilo, no seu prontuário de identificação consta que este cursou até a terceira série do ensino fundamental. Após ser condenado a 38 anos de prisão por assaltos e homicídio, aprendeu a fazer na própria PEJ petições judiciais utilizando a linguagem jurídica e adquiriu fluência nas habilidades de leitura e escrita. Outro exemplo são os “irmãos” que são identificados nas triagens como analfabetos, mas, no entanto, como veremos a

---

<sup>54</sup> O Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf) é uma iniciativa do Instituto Paulo Montenegro – Ação Social do IBOPE e da ONG Ação Educativa. O Objetivo do Inaf é oferecer à sociedade brasileira um conjunto de informações sobre habilidades e práticas relacionadas à leitura, escrita e matemática da população brasileira, de modo a fomentar o debate público e subsidiar a formulação de políticas de educação e cultura (RIBEIRO, 2004, p. 9).

<sup>55</sup> Existe entre os educadores brasileiros uma discussão em torno do conceito de alfabetismo que tanto pode estar separado como associado à letramento. Letramento seria um domínio mais amplo dos códigos formais de comunicação escrita que, conforme Soares (2004) envolveria as múltiplas habilidades que possibilitam o exercício efetivo e competente da escrita, como a capacidade de ler e escrever para atingir diferentes objetivos, habilidade de interpretar e produzir diferentes tipos de gêneros de textos, utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações, escrever ou ler de acordo com as circunstâncias, os objetivos e o interlocutor, entre outros. Sobre o conceito de letramento e alfabetismo conferir ainda Kleiman (1995), Tfouni (2002), Soares (2004b), Britto (2004).

seguir, desenvolveram a habilidade da leitura e escrita dentro do próprio grupo Estrela do Cárcere.

Além destes exemplos outro aspecto importante na relativização dos números oficiais sobre o índice de analfabetismo na PEJ, se dá em parte por estas pessoas, na sua maioria, advirem da região urbana, principalmente da zona metropolitana da capital do estado, e terem freqüentado em algum momento a escola, bem como por estarem inseridas em uma sociedade que utiliza a escrita em larga escala para se comunicar<sup>56</sup>. Podemos, assim, colocar em dúvida o nível de alfabetização dessas pessoas e questionar a qualidade da sua escolaridade, porém não podemos desconsiderar que elas têm contato com o universo da escrita. Considerando que a leitura e a escrita são uma tecnologia<sup>57</sup> e, como tal, se apresentam como uma habilidade a ser apreendida que dependendo do contexto possuem diferentes níveis de manifestações e de exigência do seu domínio os números apresentados tanto pela Susepe como pela II Caravana de Direitos Humanos embora demonstrem de forma abrangente o nível de escolaridade dos detentos, não nos permitem ter uma visão clara sobre as suas capacidades de comunicarem-se através do recurso da leitura/escrita.

---

<sup>56</sup> Márcia Abreu ao comentar os números do Inaf, sobre a incidência de materiais que utilizam a escrita na sociedade brasileira afirma: *olhando para dentro da casa dos brasileiros [...] 98% dos casos, ou seja, a quase totalidade dos entrevistados possuía materiais escritos em suas residências. [...] esses números revelam a forte presença da escrita na sociedade atual, fazendo com que mesmo os que não podem ler estejam em contato constante com materiais escritos (ABREU, 2004, p. 35).*

<sup>57</sup> Entre os pesquisadores que abordam o conceito de escrita/leitura como sendo uma tecnologia a ser apreendida estão Havelock (1996) e Ong (1998). Para estes autores o domínio da escrita representou um salto qualitativo e está fortemente associado ao conceito evolutivo de desenvolvimento e complexificação das sociedades. No entanto as minhas observações me conduzem a pensar – para o grupo pesquisado – o domínio da leitura/escrita não como um nível superior em relação à oralidade, mas sim como algo contingente e suscetível às exigências histórico-sociais em que as pessoas estão inseridas. Estudos neste mesmo sentido podem ser conferidos em Graff (1987) e Street (1995).

Na tentativa de compreender a baixa escolaridade e o “analfabetismo” destes homens, busquei orientar-me através das suas narrativas de vida. Pude perceber que há um discurso padrão, pois, mesmo alegando motivos diversos para explicar a interrupção de sua trajetória escolar, esses sempre são externos ao seu desejo. Nas entrevistas encontrei alguns argumentos recorrentes, tais como: no decorrer das suas histórias de vida tiveram pouco estímulo familiar para freqüentar os bancos escolares; muitos são oriundos de famílias cujos membros também têm pouca escolaridade; alguns por saírem de casa ainda na infância para fugir de maus tratos passaram a morar nas ruas; outros abandonaram os estudos para ajudar nas finanças familiares; outros ainda, devido às constantes mudanças de residência dos seus pais, não conseguiram concluir os estudos ou matricular-se nas escolas. Os seguintes depoimentos ilustram esses argumentos.

Jurandir, condenado a cumprir 36 anos e dez meses de prisão por assaltos e latrocínio, comenta sobre a sua história escolar:

Eu era da roça sabe! Lá a gente trabalhava duro, comecei aos oito anos ajudando o meu pai! A escola ficava longe e trabalhava o dia inteiro daí não tinha como estudar. Com 11 anos nós viemos para Porto Alegre, mas daí não consegui estudar também, porque tinha que ajudar em casa. [...] Eu rodei duas vezes na segunda série e daí saí.

Varela, obreiro do Estrela do Cárcere desde 2003, tem o término previsto para a sua condenação em 2017, foi preso por tráfico de drogas, assalto e furto.

Eu estudei até a terceira série! [...] Parei com 14 anos de idade. [...] Mas eu nunca rodei de ano por nota sabe! Eu saía do colégio porque a minha mãe se mudava muito e daí saí!

Amarildo, 34 anos, preso por roubo de carga de caminhão, comenta:

Eu estudei até a segunda série, mas não terminei. [...] Eu briguei com o meu padrasto e daí fui embora, fui morar com um tio, depois fiquei na Febem e depois fui pra rua. Tive que trabalhar e ficou muito difícil estudar.

Vieira foi preso em 2001 aos 26 anos. Sua condenação é de 11 anos por estupro. Converteu-se no presídio e passou a integrar o grupo Estrela do Cárcere.

Sobre sua trajetória escolar, disse-me:

Nós somos seis irmãos, sou o mais velho. Meus pais se separaram eu tinha nove anos e táva na primeira série, daí larguei pra trabalhar e ajudar a minha mãe.

Conversando com Belizário, condenado a nove anos de prisão por assaltos, após ficar quatro meses em um presídio semi-aberto, retornou para a PEJ por ter cometido um novo assalto em uma das suas saídas temporárias. Sobre a época em que freqüentava a escola, contou-me:

Eu estudei até a sexta série. Mas acabei saindo por causa de confusão com uns caras da vila. Eles queriam me pegar porque andei saindo com uma guria que namorava um deles.

A partir desta resposta questionei se ele havia concluído a sexta série, Belizário disse que não, mas ressaltou que tinha ido até o final, só não fez as últimas provas por causa da “confusão”. Perguntei se ele achava que passaria na escola aquele ano, caso tivesse feito as provas finais, o que respondeu “não sei, eu tava mal em umas matérias, mas acho que dava sim”. Continuei a conversa perguntando a idade que tinha quando parou de estudar: “eu tinha 19 anos na época”. Com esta resposta comentei que com 19 anos, a maioria das pessoas já concluiu o ensino médio, o que então aconteceu para que ele continuasse na sexta série? A sua resposta após um sorriso foi:

É que eu já tinha rodado duas vezes na quarta série, e outras na quinta e na sexta série. [...] eu parava porque a gente se mudava

muito [...] eu tava parado, não tava estudando mais, tinha voltado aquele ano pro colégio.

Os fatores familiares, se encarados isoladamente, não explicam totalmente a baixa escolaridade. Entretanto, ao observarmos além das relações familiares e contextualizarmos o ambiente social em que estas pessoas viveram, constataremos que no universo de relações e para as atividades que estes homens desenvolviam a escolaridade não era um condicionante. As atividades laborais que desempenhavam, quando em liberdade, compreendiam o que podemos denominar de mercado informal, trabalhando como auxiliares de pedreiro, capinagem, camelôs, papeleiros e em serviços gerais, geralmente sem vínculo empregatício formal e sem fixar-se por períodos prolongados em uma determinada atividade – serviços temporários que duravam alguns meses. O que mais contava para conseguirem um emprego eram as suas relações de amizade e indicações pessoais.

Outro aspecto que contribuiu para o “analfabetismo” e o abandono da escola é o fato de alguns destes homens apresentarem uma inserção precoce ao “mundo do crime”. Sendo assim, a prática do crime, por ocupar quase todo o seu tempo, por não requerer um currículo acadêmico para integrar-se e ascender hierarquicamente e por fornecer dividendos imediatos – que possibilitavam, entre outros fatores, a sua própria subsistência –, a frequência na escola passou a não ter muito significado. Dessa forma, o retorno que a escolaridade poderia fornecer não fazia parte das perspectivas e da realidade imediata desses homens.

O já citado presbítero Jéferson resume da seguinte forma a sua experiência com a escola e os motivos que influenciaram na sua desistência em freqüentar as aulas:

Eu fazia bico, né! Trabalhava aqui e ali, entre um assalto e outro. As pessoas me conheciam! Daí ia deixando pra mais tarde, mais tarde e nunca estudava. Sabia escrever o meu nome e contar dinheiro né (risos), até porque fui camelô um tempo, mas só também.

Miranda, aos dezesseis anos de idade, depois de ter cometido um furto, passou três meses na Febem. Com dezoito anos de idade voltou a ser preso por furto e, atualmente, está com 35 anos e na sua terceira prisão por assalto e tráfico de drogas. Consta na ficha de identificação de Miranda que o mesmo é “analfabeto”. Ele lembra da época em que freqüentava a escola da seguinte forma:

Eu fiz até a quarta série! (perguntei se havia concluído a quarta série) Não, não passei de ano. [...] Sei escrever o meu nome e ler. [...] Saí do colégio porque tinha que estudar de noite, mas daí sempre tinha um som pra ir (festas) e daí faltava muito! [...] Eu era suspenso também porque brigava muito, aquela coisa de amizades né! Fui pra Febem e caí duas vezes na delegacia por briga (ficava detido por algumas horas e era liberado)! Depois não deu mais porque vim preso, né!

A dificuldade das escolas em lidar com aqueles alunos que não conseguem se adaptar a rotina da sala de aula ou que demonstram comportamentos associados à rebeldia e indisciplina também é um fator que encontrei para o abandono as aulas. Romário tem 19 anos e passará os próximos nove meses preso por ter praticado alguns furtos e um assalto a mão armada. Comenta que cursou alguns meses da sexta série do ensino fundamental e parou de estudar porque era frequentemente expulso das escolas que freqüentou.

Não sei o que acontecia, não conseguia ficar na aula, não conseguia prestar atenção. [...] as vezes eu brigava com os

professores, uma vez eu cheguei a botar fogo no banheiro junto com uns amigos. [...] Uma vez uma doutora no colégio disse que eu até era inteligente e o meu problema era que eu não conseguia me concentrar nas aulas.

Joel aos 23 anos passou a praticar assaltos e seqüestros relâmpagos na cidade de Porto Alegre e Canoas, quando completou 25 anos foi preso e condenado a 19 anos de prisão. Ele comenta que estudou até a quarta-série do ensino fundamental, alega que foi expulso de várias escolas, por ser “muito agitado”:

Até que gostava de ir nas aulas, mas eu era sempre expulso do colégio. Eu era uma peste, infernizava a vida dos professores. [...] eu tomava gardenal quando era criança, tinha umas convulsão, sabe.

Portanto, como podemos observar, os detentos apresentam inúmeros motivos para o abandono escolar e a conseqüente baixa escolaridade. Na penitenciária encontramos, mesmo entre aqueles que foram classificados como “analfabetos”, indivíduos que adquiriram um grau de escolaridade incipiente e uma alfabetização precária para os padrões letrados da nossa sociedade, mas que não desconheciam o processo da escrita/leitura, bem como as utilizavam em determinados níveis.

### **O estudo no presídio**

A equipe do Neeja na PEJ é composta por duas professoras. Como conseqüência da escassez de professores, entre os 1.619 presos, apenas 83 alunos freqüentaram as aulas regularmente ao longo de 2004, ficando na lista de espera por uma vaga cerca de 290 presos. Entre os 83 detentos que conseguiram freqüentar as aulas, 26, divididos em duas turmas, estavam vinculados às séries

de alfabetização, com aulas duas vezes por semana. Os outros 57 alunos freqüentavam o grupo que aprendia os conteúdos da terceira até a quinta série do ensino fundamental, tendo aulas quatro vezes por semana. A professora Vânia explica as razões da diferença na carga horária das turmas:

Nós somos duas professoras. A professora que dá aulas de alfabetização tem só vinte horas no Estado. Eu tenho quarenta horas, mas não dou aulas na quarta-feira porque é dia de visitas dos presos.

Um dos atrativos para quem estuda é o benefício recebido, onde a cada três dias de aula é reduzido um dia do total da sua condenação. Embora a educação nos presídios seja assegurada pelo artigo 18 da LEP a remissão da pena não é garantida, mas no Rio Grande do Sul o judiciário vem concedendo este benefício mediante um parecer oficial emitido pelas direções das casas prisionais atestando o vínculo regular do detento às aulas ministradas.

Para que o detento estude na PEJ, ele próprio deve inscrever-se e aguardar em uma lista de espera até ser chamado. A listagem inicia nas galerias, onde o “plantão” reúne os nomes daqueles interessados em estudar, uma vez concluída esta etapa, os nomes são encaminhados para o setor de segurança, que a partir da ordem de inscrição seleciona quem freqüentará as aulas. A seleção dos alunos segue esse caminho, segundo a professora Vânia, por que:

Os presos sabem quem quer estudar ou não, daí eles mesmos já fazem uma seleção interna. Porque tem uns que se inscrevem e podem tirar o lugar de outras, mas na verdade não estão realmente a fim de estudar. [...] A segurança depois é quem monta as turmas por que ela conhece os presos e sabe quem pode ficar com quem, quem oferece muito perigo. Aqui tem muitas facções e elas não podem se misturar.

Além de observar a ordem de inscrição e os cuidados para não colocar em um mesmo ambiente, detentos que possuem desentendimentos entre si, ou que pertencem a facções adversárias a seleção dos alunos considera se o postulante a vaga possui algum processo administrativo disciplinar, se representa algum risco a segurança do presídio e se este já participou anteriormente das aulas e qual foi o seu rendimento. Aqueles presos que já freqüentaram as aulas, mas a abandonaram sem nenhum motivo aparente, ou que causaram algum tipo de problema para a segurança são colocados no final da lista.

A combinação entre número reduzido de professores, poucas vagas e a seleção feita em última instância pelo setor de segurança do presídio, são argumentos utilizados por alguns presos para justificar o seu “desinteresse” em inscrever-se para as aulas. Uma fala recorrente entre os presos é que no presídio somente estuda quem os “guardas querem” e, portanto não adianta se inscrever se não tiver “um padrinho”. Adroaldo cursou até a 3ª série do ensino fundamental e sobre as dificuldades para conseguir uma vaga, afirma: “eu quero estudar, já me inscrevi mais de uma vez, mas ninguém me chama, só dizem que não tem vaga”.

Um outro motivo, alegado pelos presos, que dificulta a sua presença nas aulas são as transferências de presídio, como podemos observar na fala de Patrício que freqüentou a turma de séries iniciais na PEJ em 2003, mas não conseguiu concluir o curso:

Eu estudei uma vez, mas daí me transferiram sem nenhum motivo para Ijuí. Fiquei lá um tempão. Quando voltei não sabia mais nada. Não dá para estudar assim!

O auxiliar de “plantão” Dinei refere que “lá na minha galeria coloco todo mundo na lista, sem problema”, mas destaca que entre os que se candidatam a

uma vaga para estudar existem aqueles que “não querem nada com nada [...] os guardas fazem a seleção, eu que não vou fazer o trabalho deles”. Sobre a seleção dos alunos e o possível “favorecimento” de alguns presos, o soldado Roberi que trabalha na PEJ há um ano e seis meses, comenta:

Não é favorecimento. O que acontece é que a gente tá todos os dias com eles e a gente sabe quem é quem. Tem preso malandro que entra na lista só para entrar e depois desiste ou causa problema, tirando a vaga de um que realmente quer estudar. [...] tem uns presos aqui que a gente vê que só querem terminar a pena deles e ir embora sem problema. Estes algumas vezes a gente até passa um pouco na frente dos outros. Mas não é assim a toda hora e com todo mundo também.

Alguns funcionários, no entanto, encontram outras razões para as reclamações de “apadrinhamento” e o possível desinteresse dos presos em freqüentar as aulas. Dentre os motivos arrolados estão às expressões de que os presos são “vagabundos”, “não pensam no futuro” e “pau que nasce torto morre torto”. Rui, soldado da Brigada Militar que trabalha no grupo de ação móvel, sobre a baixa escolaridade de alguns presos e a não freqüência as aulas, disse-me:

O que se vê aqui é que a maioria tem o quê? Até a quarta série só. Aí tu vais falar com eles e é aquela choradeira, dizem que pararam porque tinham que ajudar em casa, tinham que trabalhar. Mas quantas pessoas trabalham e estudam ao mesmo tempo. São na verdade uns malandros. Por que na mesma família uns conseguem e outros não?

O soldado Fabiano trabalha na PEJ desde 2003 e afirma que muitos dos que dizem que querem estudar o fazem apenas porque querem que isto conste em seu prontuário para causar uma “boa impressão” nos técnicos que realizam os exames de progressão de regime.

A maioria deles sequer pensa no futuro. Eles vêm presos e o mundo deles é ficar fumando maconha, não se preocupam com o depois. Por mais que ganhem dinheiro estão sempre sem, assim como entra sai. Não pensam no depois! [...] quando chega perto

do CTC eles se inscrevem nas aulas, mas não vão para as aulas.

Ferreira, que a 12 anos trabalha na Brigada Militar e a cinco integra a Força Tarefa, por sua vez, justifica que os presos preferem se candidatar a uma vaga nos setores de trabalho a estudar no presídio porque assim poderão “realizar os seus tráficos” e se movimentar dentro da prisão. Opinião esta não partilhada pelo soldado Pernambuco, que credita a “preferência” dos presos pelo trabalho ao estudo na PEJ, ao fato de que assim estes terão garantido sem precisar depender da “boa vontade do juiz” a sua redução de pena, além de “ganharem um dinheirinho”. Entre as funções desenvolvidas pelos detentos conforme informações do setor administrativo da PEJ estão<sup>58</sup>:

<b>FUNÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
Alfaiate	01	Hidráulico	01
Artes	03	Jurid/cultura	13
Artesão	04	Lavanderia	01
Aux. Plantão	28	M. cela	48
Auxiliar	01	M. esporte	04
Barbeiro	10	M. faxina	06
Bibliotecário	02	M. panela	07
Cantineiro	12	Marcenaria	05
Carteiro	10	Mec. manutenção	01
Conf. Rede	01	Monitor aula	01
Cozinha geral	48	Obras	09
Desentupidor	01	Oficina arte	02
Eletricista	01	Padiola	04
Faxina ato	01	panela	104
Faxina canil	01	Pintura	02
Faxina externa	06	Plantão de chaves	19
Faxina galeria	04	Plantão	14
Faxina geral	05	Rede	13
Faxina pátio	04	Sapataria	01
Faxina sala de aula	01	Serralheiro	01

<sup>58</sup> As funções de trabalho e a remuneração atribuída a cada uma são controladas pela administração da PEJ de acordo com as necessidades do presídio. Estas atividades laborais podem ser extintas, modificadas, ou outras funções podem ser criadas, não havendo nenhuma obrigatoriedade formal quanto a existência, número de pessoas e quem deverá exercer as funções.

Faxina	117	Servente	02
Faxineiro	01	Tipógrafo	01
Gráfica	03	////////////////	////////////////
Total geral			524

Para desenvolverem estas atividades laborais os presos ganham entre R\$ 12 a no máximo R\$ 40<sup>59</sup> por mês e não recebem um treinamento específico para a função desejada. Aqueles que desenvolvem tarefas que requerem um maior conhecimento técnico como hidráulica e eletricista, por exemplo, são os denominados “traidores” por ajudarem na manutenção do presídio e geralmente já exerciam estas atividades quando em liberdade. Como já demonstrei nos capítulos anteriores o presídio está dividido entre dois poderes principais que organizam as relações entre os presos: a Direção e os “plantões”. Nas galerias quem escolhe se este ou aquele preso irá trabalhar são os “plantões” que consideram o tempo de condenação e a lealdade às lideranças e utilizam os setores de trabalho como seus domínios, onde presos de outros grupos não poderão entrar. Por outro lado àqueles presos escolhidos pela Direção para trabalhar e que não possuem o aval prévio dos líderes de galeria, são considerados “traidores” e “homens de confiança da guarda” pelos demais presos.

Vercilo, foi condenado por tentativa de homicídio após uma briga com o vizinho que “roubou” uma parte do seu terreno na vila onde morava e trabalhou na PEJ por dois anos até ser transferido para um presídio de regime semi-aberto, comenta sobre o seu trabalho.

<sup>59</sup> Conforme o artigo 41, item II, da Lei de Execução Penal (1997) o preso tem direito ao trabalho e a sua conseqüente remuneração, que deverá ser destinada à assistência da família do preso, a algumas despesas pessoais no presídio, a indenização dos danos causados pelo crime quando determinado judicialmente, e ao ressarcimento do Estado pelas despesas com a manutenção do preso. O restante do valor deverá ser depositado em uma caderneta de poupança, denominada pecúlio, ao qual o preso poderá ter acesso quando em liberdade.

Nunca fui de me misturar com ninguém, sempre fiquei na minha. Quando eu tava na PEJ eu fazia a conservação da rede, tapava buraco, consertava uma coisa ou outra. Para mim foi bom porque ficava afastado dos outros presos, daquele ambiente pesado que é o presídio e fazia uma coisa que eu sabia fazer, porque sou pedreiro e marceneiro de profissão, sempre trabalhei com isto.

O cozinheiro Roni, disse-me que dentro da PEJ os setores de trabalho são divididos entre os grupos criminosos e os “traidores” que trabalham para os guardas do presídio:

Para falar a verdade lá na cozinha onde eu trabalho tem um grupo que manda e decide quem vai trabalhar com eles ou não. Até para não dar confusão, né. Não dá para misturar todo mundo. [...] tem os caras que trabalham para a guarda, mas aí é outra coisa, eles ficam protegidos e a gente não se mistura.

Esta mesma lógica que orienta as relações de forças entre os detentos e delimita as ações destes com relação as suas possibilidades de exercer uma atividade laboral dentro do presídio também reflete na opção e candidatura a uma vaga para estudar. A inscrição dentro das galerias a uma vaga nas salas de aula não é totalmente aberta quanto poderemos supor através da fala do auxiliar de “plantão” Dinei. Alguns presos não se inscrevem a uma vaga para estudar porque os próprios líderes da galeria não permitem. Este veto ao estudo por parte dos “plantões” pode ser motivado por várias razões entre elas está o tipo de crime que o preso cometeu – crimes sexuais, por exemplo, cujos autores são estigmatizados e marginalizados na relação entre os próprios detentos –, ou ainda porque estão sendo punidos por alguma transgressão as normas da galeria. Além disto, também pode ocorrer que aqueles presos que tem um tempo de condenação considerado “pequeno” sejam preteridos em relação aos detentos que são mais

próximos ao “plantão” ou que possuem um tempo maior de condenação para que obtenham a redução da pena.

Considerando todos estes fatores talvez a pergunta mais adequada não seja porque os presos manifestam “pouco interesse” em estudar na PEJ, mas sim porque os presos deveriam se interessar em estudar no presídio? Um contraponto a esta situação de busca por uma função de trabalho, falta de professores e alto índice de “analfabetismo” ocorre no interior da galeria 4B. Os “irmãos” possuem uma dinâmica própria de trabalho e aqueles detentos que possuem pouco domínio das habilidades de leitura e escrita, quando ingressam no grupo religioso, passam a freqüentar regularmente as aulas ministradas pelos próprios integrantes do Estrela do Cárcere.

Entretanto, por não estarem vinculados à atividade formal de estudos fornecida pelo presídio, estes homens não recebem o benefício da redução da pena. Os “irmãos” geralmente não se vinculam à atividade formal de educação no presídio e, quando o fazem, segundo a professora Vânia, é por períodos curtos de tempo. De acordo com o “irmão” Matias, que integra o Estrela do Cárcere há dois anos, entre as razões para que estes não freqüentem as aulas está:

Nós estamos constantemente em missão de evangelização. Saímos das nossas galerias e vamos para as outras. Daí temos que nos dedicar exclusivamente à Obra de Deus. Por isso que muitos “irmãos” largam o estudo ou nem se inscrevem.

No entanto outros fatores contribuem para que os “irmãos” não freqüentem as aulas oferecidas no presídio. A professora Vânia, através de uma parceria com o Canal Futura, desenvolveu um projeto de ensino usando programas de

televisão. O que poderia ser um atrativo acabou por restringir ainda mais o acesso dos “irmãos” às aulas. A professora Vânia comenta:

Tinha, eu acho que quatro “irmãos” nesta turma. Um dia eles não apareceram. E mandaram um bilhete dizendo que não viriam mais às aulas porque não podiam assistir à televisão.

O “pastor” do grupo proibiu que os “irmãos” freqüentassem as aulas para não se contaminarem com as tentações do demônio que poderiam advir através das aulas pela televisão. Quando soube dessa situação pensei que uma solução possível e imediata ao impasse seria não usar televisão ou rádio nas aulas para os “irmãos”. Só que com este meu questionamento apareceram outras questões. A orientação religiosa dos professores do Neeja também contribuiu como um empecilho para a freqüência dos “irmãos” as aulas. A professora Vânia certa vez forneceu um material de leitura que foi considerado entre os “irmãos” como sendo de pensamentos espíritas. Sobre esse episódio, ela comenta:

Eu sou espírita. Mas isto não significa nada porque eu estou dando aulas e não querendo convencer alguém a seguir o espiritismo. [...] uma vez distribuí um material na aula, mas que não tinha nada a ver com religião, mas os “irmãos” acharam que era material espírita. Daí pararam de freqüentar as aulas.

Porém esta proibição não é dogmática e tão pouco perene. Segundo a professora Vânia, às vezes os “irmãos” retornam – em número reduzido – a freqüentar as aulas, mas ainda não conseguem permanecer por muito tempo.

O pastor aos poucos eu acho que está entendendo. Uma vez ele me convidou para ir num batizado que teve aqui e eu disse que viria e vim mesmo. Aos poucos ele vai cedendo, mas ainda por qualquer coisa ele retira os “irmãos” das aulas.

### **A iniciação ao universo da leitura dentro do Estrela do Cárcere**

Saber ler e escrever não é um condicionante para ingressar ou permanecer no Estrela do Cárcere, mas é um termômetro entre os “irmãos” para observar se o “novo crente” está comprometido com as diretrizes do grupo e com a sua própria conversão. Isto porque os “irmãos” conferem na “fé em Deus”, que age através do “Espírito Santo em suas vidas”, a sua principal força para lidarem com as situações que vivenciam cotidianamente. Essa fé precisa ser “alimentada” diariamente pela “Palavra Viva de Deus” contida na Bíblia, e por isto todos os integrantes do grupo possuem o seu próprio “Livro Sagrado” e são estimulados a lerem e compartilharem as suas leituras com os demais “irmãos”.

No entanto o que fazer com aqueles “irmãos” que não sabem, ou que possuem um domínio incipiente da habilidade de leitura e escrita? A resposta a esta pergunta é categórica, estes devem freqüentar aulas de alfabetização. Essas aulas não são atividades facultativas e são ministradas com rigorismo de horário e de tarefas a serem cumpridas. O “irmão” que não aprende a ler e escrever ou que não consegue aprimorar a sua capacidade de leitura mesmo após ter freqüentado as aulas de alfabetização pode permanecer no grupo, porém a “força da sua fé” passa a ser questionada pelos demais integrantes.

Sobre a importância dispensada ao estudo em uma das conversas com o “pastor” do grupo, este afirmou enfaticamente:

Para mudar, o presídio tem que obrigar o preso a estudar, fazer cursos profissionalizantes, trabalhar e complementar com o evangelho. Quem não quiser ao invés de reduzir a pena iria aumentar.

Com esta ótica o líder do Estrela do Cárcere instituiu uma dinâmica no grupo que age como um fator coercitivo aos que possuem pouco ou nenhum domínio da leitura e escrita. Além da obrigatoriedade em freqüentar as aulas de alfabetização outro estímulo para a aprendizagem da leitura é o ambiente indutor na 4B. Todos os “irmãos” possuem a sua própria Bíblia, fornecida pela comunidade evangélica que está fora do presídio, e são instruídos a ler e a compartilhar as suas reflexões individuais com o grupo. Também são formados grupos de estudos acerca de passagens bíblicas, leituras durante os cultos, bem como os novos crentes passam a receber cartas de pessoas da comunidade evangélica de fora da prisão, estimulando-os e congratulando-os pela conversão.

Os novos crentes, ao aprimorarem a capacidade de leitura e escrita, demonstram que estão encarando com seriedade as diretrizes do grupo e a sua própria conversão. Tal postura os insere em uma rede de sociabilidade tanto no Estrela do Cárcere como fora da prisão. Com a habilidade da leitura podem ascender na organização do grupo e desenvolver algumas tarefas como ler cartas para os demais detentos, auxiliar outros presos a aprender a ler, realizar leituras da Bíblia durante os cultos e coordenar grupos de orações. Desenvolvendo essas atividades colocam-se em evidência e passam a ser observados não somente pelos líderes do grupo religioso, mas também pela comunidade evangélica que está fora dos presídios e que, em muitos casos, pode garantir-lhes uma possibilidade de emprego ao saírem da prisão<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> O “irmão” ao sair do presídio, muitas vezes, passa a trabalhar junto às comunidades evangélicas, que procuram inseri-los no mercado de trabalho. Exemplos disso são os já citados pastor Clóvis e o “irmão” Alberto, que entrevistei no Presídio Estadual de Torres.

Mesmo que a pressão do grupo para a aprendizagem da leitura e escrita venha a ser um fator marcante, os seus integrantes não a percebem dessa forma. A aprendizagem destas habilidades é vista pelos “irmãos” como um desejo inerente dos novos crentes desencadeado pela “comunhão com Deus”. Desvinculam os fatores sociais e creditam o desejo de aprender apenas ao âmbito individual. Entendem a aquisição destas habilidades como algo benéfico, pois, assim, poderão ler e estudar os “Ensinamentos” contidos na Bíblia, estabelecendo um contato direto com a “Palavra de Deus”.

O diácono Diogo, que aprendeu a ler e escrever na prisão através da Bíblia, afirma sobre a importância de saber ler:

Eu aprendi a ler e a escrever aqui na prisão, depois que me converti. [...] eu fiz supletivo e já tenho a 5ª série completa! [...] O que é que nos sustenta na fé todo dia? É a Palavra de Deus e nós temos a chance de ler ela todo dia, através da Bíblia!

A estratégia de ensino da leitura e da escrita utilizada pelos “irmãos” está baseada no método sintético e utiliza como material didático os escritos bíblicos, livros e revistas evangélicas. Os ensinamentos iniciam pelo aprendizado das letras isoladamente, ou seja, o reconhecimento visual de cada letra e seu som. Posteriormente, aprendem à união de sílabas, a formação de palavras, até estruturar frases completas.

O estímulo inicial e o principal motivador de quem ensina e de quem está aprendendo é a aquisição da capacidade de leitura. A escrita nesse primeiro momento, embora não seja descartada, não é tão valorizada. A prioridade entre os que ensinam e os que aprendem a ler não é o ensino formal, que visa um diploma escolar, mas sim tornar o iniciado uma pessoa capaz de ler e estudar a Bíblia

tanto em grupo como individualmente, sem precisar do auxílio de nenhuma outra pessoa. Essa dinâmica vai ao encontro do que Rolim (1985) afirma sobre os crentes que freqüentam os cultos da Assembléia de Deus:

Ser letrado ou não ter instrução, não é exigência. O que conta mesmo é a Fé, cuja mensagem cada um procura transmitir. De costume, a pregação não é doutrinária. É antes uma fala simples, repisando sempre o poder de Deus, descambando freqüentemente para o moralismo (ROLIM, 1985, p. 43-44).

A valorização da oratória por parte dos “irmãos” do Estrela do Cárcere, também pode nos ajudar a compreender a prioridade na aprendizagem da leitura em detrimento da escrita. Pretende-se fazer do “irmão” iniciado nas letras um orador eloqüente, para que assim possa pregar a “Palavra Sagrada” contida nos escritos bíblicos às demais pessoas. A oratória é importante não somente para o Estrela do Cárcere, mas é um fenômeno, segundo Oliveira (1975), característico das igrejas pentecostais:

Pouco importa quem as profere, se o pastor mais qualificado, o crente recém convertido, o analfabeto e o ignorante, ou mesmo o visitante de outra igreja que assiste o culto. [...] Os grandes oradores pentecostais não são aqueles que rezam encadeando logicamente as idéias, mas aqueles que rezam com tanta convicção que são capazes de mobilizar emocionalmente o seu público, provocando nele as exclamações de louvor a Deus (OLIVEIRA, 1975, p. 41).

A ênfase na habilidade da leitura pode ser observada na didática utilizada, onde os que estão aprendendo são estimulados a ler em voz alta ao invés de repetir de forma escrita às lições que receberam. A leitura em voz alta, como afirma Ong (1994), tende a agrupar e formar unidades entre as pessoas. No Estrela do Cárcere a leitura além de promover esta sensação de unidade também

tem uma função de controle ao atestar que o “irmão” realmente está lendo a Bíblia e, conforme o diácono Diogo, “não esta só fingindo e pensando em bobagens”.

Mesmo após a aquisição da capacidade da escrita organizam e expressam o seu pensamento notadamente de forma oral. Um dos reflexos deste tipo de organização e exposição do pensamento aparece quando alguns dos “irmãos” resolvem prestar provas para o supletivo do ensino fundamental, onde a maior dificuldade está nos testes de matemática e redação. Levando em conta as dificuldades próprias dessas matérias, os integrantes do grupo religioso apresentam um outro complicador, que é justamente o hábito de elaborar e expor suas idéias no plano da oralidade. Quando exigidos a sistematizar os seus pensamentos de forma escrita, encontram barreiras, pois não estão acostumados a expressarem-se usando esse recurso. Isto não significa que estes não saibam transpor as idéias da oralidade para a escrita ou que possuam pouca capacidade de objetivação ou abstração, mas sim que não estão habituados a recorrer com freqüência à escrita para sintetizar os seus pensamentos. O problema envolve menos os coeficientes de inteligência e capacidades lógicas, e mais a qualidade do domínio e a familiaridade com outras formas de registro e exposição do pensamento<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> Um dos aspectos interessantes neste processo de transposição do pensamento para a escrita, por mais simples que possa parecer para as pessoas que utilizam à escrita no seu dia-a-dia, é o ato de segurar a caneta ou lápis. Alguns “irmãos” mesmo tendo uma escolaridade que teoricamente lhes permita dominar a escrita – quarta ou quinta série do ensino fundamental – quando solicitados a escrever o fazem lentamente e desenhando as palavras. Uma das formas de entendermos a não automatização da performance da escrita é que o domínio das técnicas de escrita aprendidas nas salas de aula, que incluem o gesto de segurar um lápis e movimentá-lo sobre uma página, não foram bem assimilados durante o período escolar, situação esta agravada pela pouca prática da utilização da comunicação escrita.

O “pastor” do grupo, ao falar das provas de supletivo que fez no final do ano de 2003, comenta:

Faço contas de matemática só na cabeça, faço qualquer conta, mas na caneta não consigo nem armar a conta. Mas vou me preparar para o ano que vem só faltam três matérias.

O diácono Francisco, integrante do Estrela do Cárcere desde 1998, quando foi preso já tinha a sexta série do ensino fundamental incompleta. Após quase 10 anos sem freqüentar as aulas, comenta com desânimo sobre a sua tentativa de fazer supletivo: “eu tentei uma vez fazer as provas do supletivo, mas achei difícil [...] eu tinha estudado, mas na hora não sabia nem por onde começar a escrever”.

O recurso utilizado não apenas para despertar o interesse, mas para fazer concretamente com que os novos crentes aprendam a ler, é justamente aliar o hábito da leitura à necessidade de ler a Bíblia revestindo a aprendizagem da habilidade da leitura de um significado religioso. O mesmo não acontece com a aquisição de níveis mais complexos de escolaridade e o aprimoramento da capacidade de escrita. Mesmo que nos seus depoimentos seja recorrente a valorização da educação escolar, que afirmem categoricamente que se pudessem voltar atrás não teriam parado de estudar, que desejam para seus filhos uma vida diferente a que tiveram, inclusive com mais “estudo” e, ainda, apesar da insistência do “pastor” sobre a importância de estudar<sup>62</sup> a maioria dos “irmãos” – e que fique claro, maioria não significa todos – com quem conversei reiteram que para eles, agora que já são adultos, o “tempo já passou”. Além disso, como definiu o obreiro Vicário que estudou até a quarta-série do ensino fundamental:

---

<sup>62</sup> O “pastor” não somente insiste na importância de estudar e obter um diploma escolar, como vem, ao longo dos anos, estudando e realizando as provas de supletivo do ensino médio.

O que eu tinha para aprender já aprendi na prática, fazendo, trabalhando pesado mesmo [...] eu cursei a universidade da vida e isto nenhuma universidade poderá me ensinar.

A falta de locais adequados para a prática do estudo fora da sala de aula, as questões de poder na dinâmica entre os próprios presos e destes com os funcionários, a falta de perspectivas de curto e médio prazo de alguns para saírem da prisão, as dificuldades institucionais e a diferença entre número de vagas x número de alunos, bem como a inadequação de muitos “irmãos” ao formato standard de ensino/aprendizagem escolar e em certa medida a reprodução de comportamentos adquiridos, ao longo das suas vidas, de desistência da escola frente o exercício de outras atividades e à possibilidade de reprovação são questões relevantes para pensarmos a dualidade entre discurso e prática dos “irmãos” com relação a freqüência a escola na PEJ. Em conjunto a isto, e talvez o motivo mais contundente, seja que a escolaridade formal, ainda, não alcançou para a totalidade dos “irmãos” uma significação concreta de utilidade, pois a escolaridade e o domínio da escrita que possuem – que podem ser considerados incipientes se comparado com aquelas pessoas que tem na palavra escrita a base do seu trabalho – permite-lhes interagir no universo de relações que estabelecem.

### **Outros fatores indutores para a leitura**

Os integrantes do Estrela do Cárcere preocupam-se em estabelecer e manter, tanto entre seus membros como com os de fora do grupo, uma imagem positiva acerca de si. Para esses homens essa imagem positiva consiste em um conjunto de ações e comportamentos que são rigidamente cumpridos. Todos mantêm os cabelos cuidadosamente curtos, não usam barba, andam somente de

sapatos, vestem terno e gravata e possuem a sua própria Bíblia. No relacionamento com os funcionários e demais detentos, procuram manter uma postura conciliadora. Não se envolvem explicitamente em conflitos, expressam-se pausadamente, sem utilizar “palavrões”, e passam a desenvolver um vocabulário mais amplo. Para eles, essa postura também é uma forma de incluir-se socialmente, de diferenciar-se dos demais apenados e identificar-se com seus pares da Igreja que estão fora dos presídios. A aquisição da leitura – e da escrita em menor escala – entra, nesse sentido, como algo que vem reforçar a sua autoimagem de homens que, pela influência do poder do “Espírito Santo” em suas vidas, estão cumprindo o compromisso firmado com Deus através do “batismo nas águas”.

O obreiro Buarque, condenado a nove anos e sete meses por atentado violento ao pudor, onde violentou uma menina de cinco anos de idade, afirma:

Se tu olhares aqui (na PEJ) tu sabe quem é crente ou não. Muda o comportamento. Tem uma diferença no olhar, no respeito ao outro. Eu quando vim preso estava completamente perdido, pensei até em me matar. Mas Deus me encontrou aqui dentro e através do “pastor” me alcançou. [...] hoje inclusive sei ler qualquer coisa até bula de remédio (risos) quando entrei aqui sabia mal e mal o meu nome.

Os “irmãos”, ao ingressarem no grupo evangélico, antes mesmo do “batismo nas águas”, são estimulados pelos integrantes mais antigos do grupo e pelos “irmãos” que estão fora do presídio a reavaliar os seus próprios valores. Como a Bíblia contém os “Ensinamentos de Deus” a habilidade da leitura, que poderia não ser algo relevante, passa a ocupar um lugar de destaque em suas vidas. Gradativamente, começam a afastar-se do modo de vida que tinham antes da conversão e encontram a oportunidade de reescrever sua própria história. Se

antes da conversão viviam em dissonância com a “Vontade de Deus” – praticando delitos, consumindo drogas, tendo atitudes agressivas e não se importando com os ensinamentos de Cristo –, após a conversão devem reverter totalmente essas atitudes. E uma dessas alterações de comportamento é justamente aprimorar a habilidade da leitura.

Outro fator relevante é a importância que conferem à demonstração da fé por meio das suas obras, ou seja, como propagar a “Palavra de Deus”, se não podem ler os escritos bíblicos? A Bíblia para estes homens passa a ser o centro das relações, pois além de ser a “Palavra Sagrada”, serve em alguns momentos como livro de auto-ajuda e livro de pregação. Quanto mais usada a Bíblia – com passagens sublinhadas, com marcadores de texto e desgastada pelo tempo – mais quem a possui será percebido entre os integrantes do grupo como uma pessoa que está em comunhão com os ensinamentos de Cristo. A Bíblia, além de ser a “Palavra viva de Deus”, constitui-se como um símbolo contra a maldade e como uma marca de distinção para os “irmãos” em relação ao modo de vida que levavam antes da conversão. O obreiro Julio comenta sobre o poder da Bíblia em sua vida:

Eu tenho fé que vou sair daqui um dia! Mas mesmo assim eu me sinto livre! O Espírito Santo é libertador! [...] antes eu andava armado, brigava por qualquer coisa. Agora também estou armado (risos) só que ao invés de revólver eu tenho uma coisa muito mais forte que é a Palavra de Deus (nisso levantou a mão direita e mostrou-me a sua Bíblia).

Manoel, obreiro do Estrela do Cárcere, em 2005 completará um sexto do tempo da sua condenação, o que permitirá que possa progredir para um regime de prisão semi-aberta. Sobre a Bíblia e a importância desta em sua vida afirma:

A gente tá sempre lendo e aprendendo com a Bíblia, ela nunca se esgota. Pode ler setenta vezes sete a mesma passagem e sempre vai se aprender com ela [...]. Sabe, ela é ate mesmo um livro de auto-ajuda, mas para quem não é crente. Para quem é crente ela é muito mais que só isso, muda a vida.

Igor, que é presbítero do Estrela do Cárcere e exerce, entre outras atividades, a de professor no grupo, comenta:

A Bíblia é para ser usada, não é um acessório, tem que tá usada, rabiscada mesmo.

O fato de que todos, independentemente do crime e de sua história pregressa a conversão, têm possibilidades reais de serem aceitos e integrarem à comunidade evangélica, que pode lhes garantir um outro espaço na sociedade – diferente do que ocupavam quando estavam envolvidos com o crime – quando estiverem em liberdade, constitui-se como mais um estímulo no processo de aprendizagem da leitura. Aqueles que podem ler e que possuem algum domínio da escrita têm chances de desenvolver inúmeras atividades dentro do grupo, que vão desde ler as passagens da Bíblia nos cultos a se tornarem “professores” e ensinarem outros detentos a ler. À medida que desenvolvem estas atividades vão adquirindo *capital simbólico* e passam a receber a confiança dos líderes da Igreja que estão fora do presídio.

Sendo assim, os dados da pesquisa levam-nos a concluir que os “irmãos analfabetos” ou com pouco domínio da leitura desenvolvem o interesse pela aprendizagem fluente da leitura devido à combinação de fatores não uniformes e que variam de intensidade de um sujeito para o outro, entre os quais: o desejo em conhecer diretamente a “Palavra de Deus”, a pressão exercida pelo grupo, o receio de ter a sua fé questionada, a motivação pessoal em adquirir

conhecimento, a possibilidade de reescrever a sua própria história e o desejo de inclusão social e de ascensão na hierarquia do grupo religioso.

### **Os “irmãos professores”**

Na Penitenciária encontramos alguns presos que, por terem habilidade de escrita e leitura mais aprimorada, acabam desenvolvendo atividades ligadas à escrita dentro do presídio. Conversei com Mateus, preso que já publicou três livros – onde narra a sua iniciação e trajetória no universo criminal – e está escrevendo o seu quarto. Trabalha na biblioteca do presídio, organizando o empréstimo de livros para os demais presos.

Tem um dos meus livros, o primeiro, está sendo traduzido para o inglês e até o final do ano (2004) acho que vai ser lançado nos Estados Unidos. [...] Eu indico livros de acordo com o que eles mais gostam de ler<sup>63</sup> e fico lá na biblioteca lendo e escrevendo.

[...] na verdade quem me colocou na biblioteca foram os guardas porque como eu escrevo, eles acharam que eu podia organizar a biblioteca. [...] não tem muito o que fazer. Agora eu estou organizando e catalogando os livros.

Zenon, outro preso que exerce atividades de escrita no presídio, após completar o ensino universitário realizou pós-graduação em administração e

---

<sup>63</sup> Entre os livros mais procurados pelos presos estão os de literatura espírita e auto-ajuda. Para Feliciano, preso que trabalhou na biblioteca da Colônia Penal Agrícola e, após novo assalto praticado em uma das suas saídas temporárias, retornou para a PEJ “o pessoal pega estes livros porque ajuda a passar o tempo e faz com que eles pensem em outras coisas. [...] os livros espíritas e de auto-ajuda tornam isto aqui (o presídio) um pouco mais suportável”. Os livros espíritas e de auto-ajuda se constituíram em uma leitura atrativa e que proporciona certo “conforto” e ajudam a “suportar” o ambiente carcerário – nota-se aqui a semelhança com a Bíblia para os “irmãos” –, em parte por terem uma escrita acessível, uma narrativa que em alguns momentos remete aos impasses que os próprios presos vivenciaram – situação limite, resistência, perseverança e superação dos problemas –, são livros que despertam interesse por serem amplamente difundidos e com forte apelo comercial na sociedade brasileira atual, possuem um componente didático em que fornecem subsídios para lidarmos com diferentes situações do cotidiano, explicam, a sua maneira, o mundo a nossa volta e não exigem aparentemente o comprometimento exclusivo a um determinado comportamento ou restringem e vinculam o leitor a uma religião específica.

depois de envolver-se em uma série de contravenções foi preso por estelionato, tráfico de drogas e homicídio.

Eu na verdade sou 171 (estelionato), eu clonava cheque, cartões de crédito, vendia carros de outras pessoas e não entregava. Falsificava qualquer coisa. Essa coisa de tráfico e homicídio foi uma que me armaram. [...] eu não sou deste lugar, aqui não dá nem para conversar, esses caras não sabem nem falar direito. Mas até que não posso me queixar muito, porque como eu sou o mais inteligente na galeria pego o processo deles, leio e faço petições para o juiz rever o processo. Não dá para confiar nestes advogados daqui são tudo de borracha. [...] como não sou burro não cobro nada só que eles (os presos) reconhecem o meu trabalho e acabo sempre recebendo uma ou outra coisa.

No entanto estas pessoas restringem-se a prestar serviços aos demais presos, sem preocupar-se com o ensino da leitura e da escrita. No Estrela do Cárcere, porém, aqueles que possuem algum domínio da capacidade de leitura e escrita podem tornar-se “professores” dentro do grupo. Contudo não basta conhecer a técnica, o principal, conforme os próprios “irmãos”, é que a pessoa “se sinta chamada” para essa tarefa.

Após sentir-se “chamado” esse “irmão” é avaliado pelo “pastor”, que decide se esse pode ou não ser um “professor”. Na escolha desses “professores” a escolaridade formal não é um requisito considerado, porém estes precisam possuir a habilidade da leitura e da escrita em um nível que lhes permita transmitir este conhecimento. Inclusive o fato dos “irmãos professores” também terem pouca escolaridade<sup>64</sup> e de alguns terem aprendido a ler e escrever quando ingressam no Estrela do Cárcere reforça o imaginário e o discurso dos “irmãos” de que qualquer um que tiver “fé e deixar o Espírito Santo atuar em sua vida”, por mais difícil que

---

<sup>64</sup> Durante a pesquisa o grupo contava com oito “professores”, sendo que apenas um cursou o ensino médio, outro cursou até a sétima série do ensino fundamental, três cursaram até a sexta série, um cursou até a quinta série do ensino fundamental e dois dentre os “irmãos professores” afirmam que aprenderam a ler e escrever dentro do próprio presídio, após a conversão.

possa parecer, com interesse e determinação pode adquirir estas habilidades, para assim compreender os “Ensinos de Deus” contidos na Bíblia.

Na avaliação do “pastor” para escolher os “professores” o que mais conta é se esse “irmão” demonstrou comprometimento com a ideologia do grupo, se é considerado um “homem honrado” perante os demais detentos e se a sua fé é atestada pelos “irmãos” através do seu “bom testemunho”. O “irmão” após ser “chamado por Deus” e passar pela avaliação do “pastor” precisa ainda apresentar “facilidade” para ensinar. Essa “facilidade” não necessariamente está condicionada a esse “irmão” possuir uma didática de ensino, mas significa ter *carisma* entre os detentos, capacidade para organizar e dinamizar pequenos grupos e “pulso firme” na exigência do cumprimento das normas do grupo. Edílson, um dos “irmãos professores”, que atualmente está em “missão de evangelização” em outra galeria da PEJ, esclarece o que significa “pulso firme”:

Lá (no grupo Estrela do Cárcere) todo “irmão” sabe ler e escrever. Tu nota a diferença dos crentes para os outros presos. Mas às vezes é difícil se livrar dos maus hábitos e o diabo nos tenta justamente onde somos mais fracos. Daí precisamos ser enérgicos, e falar para o “irmão” se ele realmente está comprometido com Deus. [...] toda a mudança é difícil, ainda mais nascer de novo.

Por mais que tenham o discurso de que “qualquer irmão pode ser professor, basta sentir-se chamado”, os critérios de escolha utilizados nos revelam a existência de outros fatores que extrapolam a “inspiração Divina”. Estes “professores” são “homens de confiança” do “pastor” e ocupam ou estão sendo preparados para ocupar um lugar de destaque na hierarquia do grupo. Além da função de ensinar os “professores” são responsáveis por fiscalizar e avaliar o comportamento dos “irmãos”, auxiliando o “pastor” no controle, na transmissão de

normas e regras e na aplicação de possíveis sanções aos que transgridem as diretrizes do grupo. Sendo assim ser um “professor” não significa que esse “irmão” ministre aulas o tempo todo, ou que essa seja a sua principal atividade, ou ainda que necessariamente a desempenhará, mas sim que poderá exercer a função. Isto faz com que nem todos os “irmãos professores” sejam identificados como tais, porque nunca ensinaram – ou pararam de ensinar a algum tempo –, estando ocupados com outras atividades tais como: “missões de evangelização”, coordenando grupos de estudos bíblicos, ou organizando os cultos.

A valorização da leitura e a conseqüente universalização do domínio desta habilidade são importantes para os “irmãos”, pois os introduzem no universo da escrita que, como sugeriu Goody (1986), significou para as religiões de conversão um maior acesso aos ensinamentos sagrados, um alargamento no número de fiéis que podem compartilhar a mesma fé, mesmo convivendo em lugares distantes e a unidade do grupo em torno de um mesmo ensinamento<sup>65</sup>. No Estrela do Cárcere como pude constatar apesar disto e mesmo que exista a figura do professor, que utilizem a escrita para fazerem listas de materiais – roupas e alimentos solicitados à comunidade evangélica –, escrever cartas, solicitações de atendimento com os técnicos e a Direção do presídio entre outras, a transmissão das normas e regras, da história do grupo e as interpretações sobre as escrituras ainda se dão, na

---

<sup>65</sup> Conforme Darnton (1992) no ocidente as práticas de leitura, em especial as desenvolvidas nos séculos dezesseis e dezessete eram encaradas como um exercício espiritual e revestidas de sacralidade, onde as famílias se reuniam para ler a Bíblia. Peter Burke (2002) no artigo em que analisa os impactos da informação e da difusão de materiais escritos a partir da invenção da impressora comenta que na Suécia protestante do século XVII a Igreja promoveu uma campanha de alfabetização da população na tentativa de estimular a leitura da Bíblia. Ainda sobre as diferentes práticas de leitura – individual/coletiva, silenciosa/em voz alta – e a relação das igrejas cristãs com a escrita e a leitura conferir Ginsburg (1987), Chartier (1996) e Cavallo & Chartier (1998).

maioria dos casos, no plano da oralidade através da repetição de passagens bíblicas e das histórias narradas pelos “irmãos” mais antigos, cujas versões podem variar e sofrer adaptações dependendo de quem as conta.

Menções a capítulos e versículos da Bíblia são evocados constantemente nas conversas para explicar ou confirmar determinado pensamento ou prática. As histórias de conversão e referências bíblicas mencionadas nos cultos pelo “pastor”, ou algum outro integrante da comunidade evangélica que está fora dos presídios, são repetidas a exaustão pelos “irmãos”. Como consequência algumas passagens bíblicas são mais “lembradas” que outras e o novo crente ao ingressar no grupo vai desde o começo se habituando a um padrão discursivo mesmo antes de ler a Bíblia.

Um exemplo da transmissão oral do conhecimento no Estrela do Cárcere é a história de conversão do “pastor” do grupo. A versão oficial contada pelo próprio “pastor” e que foi publicada na edição de agosto de 1995 do jornal evangélico Missão Final relata o seguinte:

[...] Eu em 1989 depois de estar foragido fui recapturado e me trouxeram para a PEJ. Fiquei uns dois anos aqui e só pensava em fugir, mas nada dava certo e não consegui. Eu tava completamente perdido, perturbado e na mais profunda treva. E foi aí que o diabo colocou na minha cabeça uma idéia maligna. Pensei que eu iria morrer aqui e a minha mulher iria casar com outro. Decidi que se eu não iria sair daqui eu preferia morrer, mas ia levar junto a minha esposa. Decidi que no dia da visita iria matar ela, depois daria a nossa filha para uma das minhas irmãs cuidar e depois iria tirar a minha própria vida. Mas Louvado seja o Senhor nada disso aconteceu. No dia em que a minha mulher viria me visitar e eu ia tirar as nossas vidas, dois “irmãos” entraram na minha cela e me convidaram para orar com eles. Eles já tinham feito isto antes, mas eu nunca tinha aceitado, mas naquele dia alguma coisa me fez orar com eles. Quando terminamos eu senti que tinha sido tocado por Deus e disse para eles que largaria a vida do crime e me tornaria um crente. Somente quem esteve no

vale mais profundo sabe o quanto é bom estar na montanha mais alta. Desde então nunca mais larguei Jesus. Glória a Deus.

Esta história sobre a conversão do “pastor” é amplamente conhecida e comentada no grupo, porém muitos entre os “irmãos” que conversei não sabiam da existência deste registro escrito. Encontrei além desta versão, outras três narrativas orais que embora possuam a mesma estrutura – foragido/recapturado/desesperança/influência do demônio/decisão de tirar a própria vida e a da sua esposa/oração/conversão – diferem na intensidade e nos detalhes sobre cada parte do processo. Dependendo da versão os eventos que culminaram na decisão de assassinar a sua esposa e após tirar a própria vida duraram mais de um mês ou apenas alguns dias, o “pastor” decidiu não somente tirar a vida da sua esposa, mas também dos seus filhos, ou então que no momento da conversão o “pastor” soltou um grito e teve convulsões, outro fato narrado é que o “pastor” antes da conversão havia pensado em assassinar os “irmãos” da sua galeria, pois estes o perturbavam com as orações que faziam diariamente.

Por mais que o “pastor” e os seus colaboradores na organização do grupo tentem manter uma unidade discursiva – intenção que em linhas gerais é atingida com a utilização da Bíblia como livro referência, a repetição constante das mesmas histórias e em alguns casos com o seu registro em forma escrita –, a escuta, da mesma forma que a leitura, feita pelos “irmãos” não é passiva e mesmo que o receptor tenha um leque de opções limitado pela dinâmica do próprio grupo, interpreta, seleciona passagens, retêm na memória imediata determinadas histórias e as simboliza a partir da sua própria experiência e interesses pessoais.

A comunicação oral e a escrita convivem no Estrela do Cárcere e, mesmo interferindo uma na outra, elas são utilizadas com finalidades diferentes. A escrita presta-se mais a comunicação com os de “fora” – funcionários, comunidade evangélica entre outros – e a oralidade é a forma mais comum de transmissão de conhecimento no interior do grupo. Embora valorizem a leitura da Bíblia é nos depoimentos pessoais, nos grupos de estudo e nas pregações dos cultos que as passagens bíblicas são transmitidas, retidas, memorizadas e significadas para a maioria dos “irmãos”. Considerando esta dinâmica a representação que os “professores” assumem para os demais “irmãos” não é uniforme. Não há uma associação direta entre exercer a função de “professor” – que é legitimada somente através da aprovação do líder do grupo – e ser reconhecido como um homem culto ou uma pessoa “movidada pela força do Espírito Santo”. O status que adquirem está menos relacionado a estes aspectos – que podem ser alcançados e até superados por outros “irmãos” que não são “professores” – e mais no *carisma* pessoal na relação com os seus “irmãos de fé”, na autoridade adquirida pela sua trajetória no “mundo do crime” para conversar com os demais detentos, assim como na estreita relação de confiança que conseguiram estabelecer com o líder do grupo.

### **Desavenças, Transgressões e Punições: a violência no presídio**

Encontramos entre os detentos da PEJ indivíduos que apresentam diferenças que vão desde as suas características de personalidade a tipologia do crime que infringiram. Apesar disso e mesmo que a Lei de Execução Penal preconize a *individualização da pena*, estes homens não são separados e convivem todos no mesmo ambiente. Nas celas e galerias transitam lado a lado desde aquele detento conhecido como “descuidista” que pratica pequenos furtos de pedestres desavisados no centro da cidade, passando pelo usuário de drogas que foi preso e condenado por tráfico de entorpecentes, ao estelionatário, o estuprador e o homicida serial.

Se acrescentarmos a este quadro a superlotação carcerária, o ambiente insalubre, a escassez de atividades – seja ela laboral, educativa ou recreativa – e os diferentes grupos criminosos disputando espaço e poder, podemos ser levados a pensar que existe no cotidiano dos presos um estado de anomia regido pela violência. Realmente, não são raros os atos de agressão entre os próprios detentos. Nas galerias a qualquer momento e sem aviso prévio – pelo menos para a vítima como veremos mais adiante – alguém pode estar sendo ameaçado, espancado, agredido sexualmente ou assassinado. Por mais que um preso não se envolva diretamente com as discussões e desavenças na sua galeria, por conviverem todos no mesmo ambiente, esse não tem como escapar de presenciá-los.

No entanto como pude perceber, entre os detentos da PEJ, a agressão não necessariamente está relacionada à violência e esta última apresenta um conjunto

de normas e condicionalidades para ser praticada e ainda recebe uma graduação dentro de uma escala do que é mais ou menos violento dependendo do contexto e dos agentes envolvidos. Esta flexibilidade no entendimento do que seja violência pode ser observado no depoimento de Silva, um senhor de 61 anos, preso em flagrante e condenado por atentado violento ao pudor. Sobre o seu crime comentou:

Não foi nada do que disseram. O guri (um menino de 11 anos de idade) gostava da coisa, não foi a primeira vez. Inclusive ele tinha corpo de um homem de 14, 15 anos. Quando invadiram a minha casa (a polícia durante o flagrante) nós estávamos tomando café da manhã. Ele estava cheirosinho, limpinho e de banho tomado. [...] Na verdade o que aconteceu comigo foi perseguição política. Eu tenho dinheiro e influência na minha cidade e armaram para mim.

Leonardo é outro exemplo, ao comentar o duplo homicídio do qual foi condenado, em que assassinou um casal de idosos com uma barra de ferro, afirmou que a sua condenação foi muito severa, pois não tinha a intenção de agredir e tudo foi feito com tamanha rapidez que as vítimas não sofreram:

Não sou hipócrita e não vou mentir, mas não era para ter acontecido. Nós fomos (tinha mais três parceiros) na casa para roubar dinheiro, jóias, os carros. Só que eles acordaram no meio e eu não tive o que fazer. Era eles ou eu.

Certa vez durante um dos encontros de um grupo terapêutico que coordenava em um presídio de regime semi-aberto e que participavam onze presos homens, entre 21 e 28 anos de idade, condenados por homicídio, todos reincidentes – sendo a primeira prisão por furto ou assalto a mão armada – e que cumpriram pena em regime fechado na PEJ, um dos integrantes comentou:

Olha só para o meu tênis. Custa uns 500 pilas, sabe quando eu vou ter dinheiro para comprar isto daqui, nunca! Daí eu pego mesmo. Vejo o boyzinho, chego junto e pego, na mão grande. [...]

assim todo mundo sai feliz, ele porque não roubei mais e não apanhou e eu porque ganhei um pisante que vai durar um bom tempo comigo. Além do mais ele tem mais dinheiro para comprar outro e eu não. [...] sabe quando eu vou conseguir um emprego que me dê dinheiro de verdade, ainda mais fichado e ex-presidiário? Pego mesmo, mas só pego de quem tem sobrando, porque não sou vagabundo pra roubar de pobre como eu.

Mas as agressões não estão restritas a crimes. Luis, condenado por inúmeros assaltos e há cinco anos na PEJ, integra um grupo religioso criado por ele e alguns companheiros de galeria. Esse grupo “adora um demônio” cujo nome só pode ser revelado aos iniciados. Fez questão de esclarecer que as pessoas têm um conceito errado dos demônios, “eles não são do mal”, eles são o que aqueles que o invocam desejam que sejam. O demônio, dizia-me Luis, “não faz o mal”, quem faz o mal é o “próprio homem”. Luis comentou que o seu grupo, constituído por mais oito detentos, se reunia uma vez por mês em uma determinada cela, sempre no mesmo horário e durante uma hora:

É só gritaria, a gente grita, se empurra, dá soco, pontapé! Mas ninguém se pisa! [...] A gente não se envolve com ninguém aqui, é tudo trabalhador, sabe!

Após esta conversa com Luis e de posse dos nomes dos seus companheiros de ritual, fui até o setor administrativo e procurei as fichas desses presos. Segundo os prontuários todos estavam trabalhando no presídio e não tinham nenhum problema disciplinar. Alguns dias depois, conversei com outros integrantes do grupo. Todos corroboraram o discurso de Luis, e Millor, condenado a 45 anos de prisão por assaltos à mão armada e homicídio acrescentou:

Alguns aqui acham que a gente é tudo louco e não se metem com a gente. Os “irmãos” vivem lá naquele mundinho deles, nós não precisamos de igreja, a força que nós temos não vem da igreja. [...] e não tem nada haver com esse diabo de chifre e o caralho, as

peças são medrosas porque a igreja colocou um monte de bobagens na cabeça delas.

Por outro lado a agressão no presídio não ocorre apenas entre os detentos, mas também é praticada pelos funcionários. A norma da Força Tarefa é Disciplina, Hierarquia e Integridade. O uso da força para manter a disciplina do presídio e o respeito da hierarquia é aceito e não encontra muitas restrições em ser aplicada. Porém a Direção do presídio sabe que a força se usada desnecessariamente pode desencadear problemas disciplinares. A força excessiva fica por conta de alguns soldados que aparentemente de forma isolada acabam agredindo um preso. Isto ao mesmo tempo em que “garante a disciplina” do presídio isenta a Direção de responsabilidades diretas pelas agressões ocorridas. Um oficial da Brigada Militar que trabalha na PEJ desde o início de 2004 comenta:

A gente sabe que tem uns guardas que são meio ignorantes mesmo e agredem alguns presos. Só que é difícil de provar porque fica a palavra do preso contra a do guarda. O que a gente faz quando isto acontece é transferir o soldado de um setor para o outro, para ver se o problema se resolve. Mas isto são coisas do dia-a-dia da cadeia, agora quando a gente fica sabendo de alguma coisa mais grave, aí sim nós intervimos.

O sargento Venâncio ao justificar a atitude daqueles funcionários que utilizam a agressão física na relação com alguns presos afirma:

Eles não obedecem a ninguém! Se tu chegares conversando e pedindo, por favor, eles não te obedecem! [...] tem que mostrar quem é que manda aqui dentro nem que pra isto precise dar uns tapas em uns dois ou três.

O soldado Samuel que está na Força Tarefa desde o ano de 2002 comenta sobre o tratamento que dispensa aos presos:

Duque (estupradores), não quero nem saber, chego na galeria e digo que tá chegando mais uma moça na cadeia! O cara estupra criança, vem preso, come, dorme e depois de alguns anos sai e

estupra de novo! Olha, eu não tenho pena! [...] pergunta se ele teve pena da criança que estuprou?

O preso Benício, que é auxiliar do “plantão” da galeria em que está desde 2002, por ter sido condenado a 23 anos de prisão por furto e latrocínio comenta que quando a Brigada Militar faz as revistas na galeria: “eles espalham tudo, quebram as nossas coisas, jogam tudo no chão”. Nos depoimentos de Venâncio, Samuel e Benício podemos observar o que afirma Foucault (2004), quando diz que o *carcereiro* acaba por confundir o poder legal de punir e o técnico de disciplinar.

O efeito mais importante talvez do sistema carcerário e de sua extensão bem além da prisão legal é que ele consegue tornar natural e legítimo o poder de punir, baixar pelo menos o limite de tolerância à penalidade. Tende a apagar o que possa haver de exorbitante no exercício do castigo, fazendo funcionar um em relação ao outro os dois registros, em que se divide: um, legal, da justiça, outro extralegal, da disciplina. [...] Mas, em sua função, este poder de punir não é essencialmente do de curar ou de educar. [...] O carcereiro naturaliza o poder legal de punir, como legaliza o poder técnico de disciplinar. (FOUCAULT, 2004, p. 249 - 250).

Neste ponto é necessário pararmos um pouco e nos questionarmos: se as agressões são praticadas tanto pelos presos como pelos funcionários qual então é o limite entre punição e violência? Há diferença entre violência e agressão? Qual o significado de violência? Etimologicamente, a expressão violência advém do termo latino *violentia*, cujo significado está associado ao uso da força, caráter violento. Mas esta definição etimológica pouco ou nada nos diz sobre as causas e significados da violência nas relações sociais. Isto porque a violência é um conceito polissêmico – podendo se manifestar em diferentes níveis entre eles o econômico, psicológico, físico, social, moral, ético, emocional e simbólico – e se

buscarmos na bibliografia, seja ela nas ciências sociais, filosofia, direito, teologia, economia, psicologia, biomédicas ou mesmo na literatura ficcional as definições embora nem sempre claras e diretas, são as mais diversas e, não raro opostas.

Entre as tentativas de explicar a violência está à compreensão desta como sendo inata a *natureza humana*. Para Hobbes esta *natureza humana* levaria os homens a competirem uns contra os outros na busca do poder e de satisfação dos seus desejos. A única forma de acabar com a violência seria a instauração de um pacto social que conduza a centralização das decisões em um governo absolutista<sup>66</sup> (HOBBS, 2000; 2003). Uma outra forma de encarar a violência é perceber o homem não como o *lobo do homem* proposto por Hobbes, mas como o *bom selvagem* de Rousseau, que no seu *estado natural* não possui nenhuma espécie de relação moral ou de direitos mútuos. Governado pelos *impulsos simples da natureza* que o conduzem a auto-preservação não podemos atribuir aos seus atos qualquer conotação de violência, porém com a substituição dos *instintos* pela *razão* surgem as desigualdades e a opressão fortalecidas pelo aparecimento da propriedade privada, das sociedades civis organizadas, do estabelecimento de leis e normas comuns e dos *corpos políticos*, ou estados nacionais (ROUSSEAU, 2002; 2002b). Ainda dentro da perspectiva de um *estatus naturalis*, Kant vai nos dizer que a violência possui um caráter de instrumentalidade onde se nega o outro enquanto sujeito, utilizando-o como um meio e não um fim, e o conflito, a hostilidade enquanto ato ou ameaça permanente

---

<sup>66</sup> Para Hobbes absolutismo não é sinônimo de despotismo. O governo absolutista seria uma consequência do pacto social firmado entre os indivíduos de uma sociedade que concentrariam o poder em um único governante com a intenção de acabar com as disputas e dissensos que colocassem em risco a harmonia e a unidade social.

são inerentes ao ser humano, só podendo ser controlados através do estabelecimento de Leis reguladas pelo Estado, cuja forma mais adequada está representada na constituição republicana que além de ter se *originado de fonte pura do conceito de direito, tem ainda a perspectiva para a conseqüência desejada, a saber, a Paz Perpétua* (KANT, 1989, p. 32 – 35).

Na visão dialética idealista de Hegel a violência teria um caráter ontológico. Na busca de transcender um *estado natural* e atingir a *consciência-de-si* surgem os conflitos entre os indivíduos que provam a si mesmos e uns aos outros através de *uma luta de vida ou morte*, onde quem *não arriscou a vida pode ser bem reconhecido como pessoa, mas não alcançou a verdade desse reconhecimento como uma consciência-de-si independente* (HEGEL, 1997, p. 128 - 129). Para o materialismo histórico, proposto por Marx (1988) e Engels (1990), a violência não é algo inerente ao ser humano, mas fruto das desigualdades e dos conflitos de interesses entre proletariado e as classes dominantes desencadeadas pelas diferenças econômicas e o surgimento da propriedade privada. A violência teria para estes autores um papel social, ao representar os conflitos e disputas entre as classes para alcançar o poder, configurando-se em *parteira da história* na transição entre uma sociedade desgastada para uma outra esperada. Pierre Clastres (2004), por sua vez, ao associar violência à guerra afirma que esta se localiza no centro da sociedade e do ser social primitivo cuja finalidade é provocar a dispersão e a autonomia dos grupos, onde se não houvesse inimigos seria preciso inventá-los, comportamento este que diminuiria com o advento do Estado e a sua tendência a aglutinar e suprimir as diferenças. Em uma outra forma de

abordagem, a violência pode estar associada ao poder, sendo, ambas, instâncias antagônicas em que a existência de uma condiciona inevitavelmente o desaparecimento da outra (ARENDDT, 1994)<sup>67</sup>, ou ser entendida como um instrumento legítimo e disponível do poder sem, no entanto, obrigatoriamente diminuí-lo (WEBER, 1991), ou mesmo como sugeriu Dadoun com o seu *homo violens* a violência faz parte da história e da natureza humana, e está intimamente relacionada com o poder, fazendo com que ambos não possam ser separados levando-nos a crer que a *única verdadeira finalidade da violência é o poder – não importa sob que forma* (1998, p. 82).

Para Adler (1956; 1967) o sentimento de inferioridade, inaptidão e insegurança são marcantes no desenvolvimento psicológico dos indivíduos e podem ser observados na sua fase inicial através das tentativas das crianças em colocar-se em evidência e atrair a atenção dos pais. As relações humanas a partir desta ótica são pautadas pela busca da *superioridade* e pelo *senso de sociabilidade*. Nesse sentido a violência, assim como qualquer comportamento direcionado a prejuízos pessoais ou a de outros podem ser entendidos como *complexos de inferioridade* que frente a uma ameaça, uma negligência, ou agressão desencadeia respostas comportamentais consideradas socialmente negativas e inadequadas para a resolução dos problemas. Bandura (1973; 1975; 1990) vai dizer que as pessoas não nascem com repertórios de como manifestar a agressividade, mas estes fazem parte de um aprendizado social através da observação de modelos, da experiência direta e de determinantes estruturais na

---

<sup>67</sup> Hanna Arendt não define explicitamente o que seja a violência, mas ela a aproxima do que denomina de *vigor*, que é a propriedade de um objeto ou pessoa de provar-se a si mesma em relação aos demais (ARENDDT, 1994, p. 37).

sociedade. O comportamento agressivo, segundo Bandura, está menos associado às imposições ambientais, frustrações e impulsos inconscientes e mais relacionado ao binômio recompensa/punição que confere funcionalidade e valores a determinadas condutas que são aprendidas desde a infância através de modelos encontrados em adultos sobre as formas de manifestar os sentimentos. Berkowitz (1980; 1996) pressupõe que a agressão surge quando um indivíduo se depara com determinadas situações, que remetem a sentimentos de frustração já vivenciados na sua história pregressa, e que podem desencadear um afeto negativo e despertar tendências comportamentais de luta e fuga, podendo ser reativa ou afetiva (inata e impulsiva) ou normativa e informacionais (o indivíduo cede às expectativas externas ou aceita como sua a opinião da maioria, respectivamente).

Uma outra forma de compreendermos a agressividade, segundo Winnicott, é associá-la a um comportamento decorrente tanto da reação às frustrações como uma das muitas fontes de energia da qual dispomos. A agressividade seria uma *função parcial* e está presente mesmo antes da integração da personalidade, em outras palavras quando um bebê se agita e dá pontapés dentro do útero ou mastiga os mamilos da sua mãe com as suas gengivas não se pode dizer que sua motivação é machucar ou agredir. Porém são estas *funções parciais* que ao se organizarem ao longo do processo de desenvolvimento da criança assumem em determinado momento um caráter de intencionalidade que as caracterizam como um ato agressivo. Esta agressividade se desenvolverá a partir de uma tendência *anti-social* encontrada em todas as pessoas e que devido à *de-privação* (perda de

referências boas e de mecanismos de contenção representados no ambiente e na relação parental/filial por um período prolongado, podendo escapar a capacidade de rememora-las) podem extravasar em comportamentos delinquentes e destrutivos (WINNICOTT, 1966; 1999; 2000). Outra maneira, seguindo o pensamento freudiano, é compreender as motivações do comportamento humano através de dois instintos básicos, ou seja, os eróticos e os destrutivos. Ambos são inatos e se manifestam, embora em níveis variados, em todas as pessoas. A violência seria motivada por este *instinto destrutivo* que reage às frustrações, na busca do prazer e na evitação da dor, de forma agressiva e desagregadora. Sendo assim a agressividade por ser parte constituinte do ser humano, não pode ser totalmente extinguida, porém com o advento da sociedade e o estabelecimento de Leis que regem o convívio em comunidade, ela pode encontrar outras formas de se manifestar que não necessariamente a violência manifesta causadora da morte física do outro (FREUD, 1997; 1997b). Para Bergeret (1990) existe uma diferença entre a agressividade e o que ele denomina de *violência fundamental*. A *violência fundamental* é uma disposição inata e está relacionada com o *instinto de tipo animal*, de característica narcísica cuja intenção é a integração e a auto-preservação do sujeito e, por possuir uma diferença qualitativa com relação à *libido*, as noções de amor e ódio não se aplicam. A agressividade, no entanto, possui um objeto *sexual e edipicamente* definido e visa à hostilidade, o prejuízo e o sofrimento do outro. Ou ainda, segundo Cardoso (2002), a violência pode ser uma recusa da alteridade e a transgressão das fronteiras do outro na tentativa de uma dominação-limite por apropriação como recurso extremo de inscrever, mesmo que no corpo do outro a marca traumática

de uma transgressão pulsional para além do princípio do prazer e do representável.

A violência pode estar associada ao exercício abusivo da força – enquanto ação ou possibilidade – e a imposição da vontade, desejo ou projeto de um ator sobre o outro (VELHO, 1996) ou então como um ato destinado a infringir dano físico, moral e psicológico, utilizando para tal a força ou a coação contra a vontade do outro (AMORETTI, 1992). Para Wieviorka, na contemporaneidade globalizada o conceito e as manifestações da violência são socialmente construídos e o individualismo das sociedades atuais seria uma das suas fontes principais. Os indivíduos ao mesmo tempo em que desejam pertencer à modernidade e de tudo o que ela oferece, por outro lado querem ser reconhecidos como sujeitos e *construir sua própria existência, não ser totalmente dependente de papéis e normas, poder distanciar-se deles sem ser no entanto obrigado a fazê-lo* (1997, p. 23). Nesta dissociação entre as frustrações e negações vivenciadas pelos indivíduos perante as exigências e exclusões nas relações sociais e os seus desejos de pertencimento e auto-realização a violência pode eclodir assumindo múltiplas formas e significados (WIEVIORKA, 1997). Michaud (2001) afirma que a violência não pode ser entendida como um conceito único e está associada à idéia de caos como sendo algo irregular e imprevisível, que introduz no mundo o *desregramento* e se manifesta nas situações de interação quando uma ou mais pessoas agem direta ou indiretamente umas sobre as outras causando danos em graus variáveis, seja a integridade física, moral, as suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. De forma semelhante Minayo e Souza (1998)

sugerem que o fenômeno da violência só pode ser entendido no plural e consiste em ações de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual.

Para Durkheim (2001) o *crime*, enquanto uma transgressão aos costumes e regras sociais está presente em todas as sociedades e se configura em um *fato social normal*. No entanto as manifestações criminosas não são uniformes e diferem de uma sociedade para outra e, mesmo sendo um *fato social*, são passíveis de reprovação e punição. Os atos de violência física, o furto, o assalto e qualquer outra forma de transgressão social seriam impossíveis de serem suprimidos na sua totalidade porque existem diferenças entre as pessoas nas suas influências hereditárias, no meio em que vivem além de lacunas na socialização entre o indivíduo e o coletivo que escapam as imposições sociais impingidas pela sociedade. Norbert Elias (1993; 1997) vai nos dizer que a agressividade, assim como qualquer outro sentimento, não pode ser compreendida como uma instância única e separada, pois o Homem possui uma *estrutura emocional* que é integrada fazendo com que a alteração em uma determinada emoção repercute nas outras. Além disso, o controle das emoções e da manifestação da agressividade não depende exclusivamente de motivações internas, mas é modelado, organizado e controlado através de *estruturas sociais*. E com o fortalecimento dos Estados nacionais o uso da força e da violência foi cada vez mais instrumentalizado e monopolizado pelo Estado. A agressividade foi de tal forma *transformada* e *civilizada* que perdeu as suas características instintivas para uma conduta mais racionalizada e socialmente determinada, onde

a violência imediata e descontrolada aparece somente em sonhos e em comportamentos caracterizados como patológicos. Em um artigo intitulado *Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização*, Alba Zaluar (1999) mapeou as diferentes abordagens e as influências do contexto histórico nos estudos e na conceituação da violência entre os cientistas sociais brasileiros.

Entre estes estudos estão idéias de violência como:

[...] o não reconhecimento do outro, a anulação ou a cisão do outro (Adorno, 1991b e 1995; Cardoso, 1987; Muniz, 1996; Oliveira, 1995; Paixão, 1991; Tavares dos Santos et alii, 1999; Zaluar, 1988, 1989, 1993a e 1994b); a violência como a negação da dignidade humana (Brant, 1989; Caldeira, 1991; Fischer, 1985; Kowarick e Ant, 1981); a violência como a ausência de compaixão (Zaluar, 1994d; Soares et alii, 1996); a violência como a palavra emparedada ou o excesso de poder (Tavares dos Santos et alii, 1999). (ZALUAR, 1999, p. 13)

Uma outra forma de abordar o fenômeno da violência seria através da biologia. Lorenz comenta que a agressividade é um componente biológico comum a todos os animais e o combate entre rivais faz parte do processo evolutivo e contribui para a conservação da espécie. Porém a violência seria eminentemente um fenômeno humano, pois os demais animais possuem mecanismos de auto-limitação da agressividade, que com a evolução a humanidade foi perdendo e tornando-se mais suscetível a comportamentos destrutivos e a agressão intra-específica (1974, p. 59). Para Lorenz o homem tornou-se o senhor *de todos os poderes hostis* transformando-se *de fato hoje no seu próprio inimigo: homo homini lupus* (1974, p. 53). Sobre outro enfoque pode-se associar o comportamento violento a determinadas características do cérebro no processamento de informações como nas personalidades psicóticas e borderlaine, ou a alterações hormonais, disfunções no eixo hipotálamo-hipofisário-suprarrenal e a distúrbios no

sistema límbico e nos lobos Frontal e Temporais<sup>68</sup>. Para Flores (2002) existem níveis de análise na relação entre biologia e violência e mesmo que a causa inicial da violência, como em uma guerra, possa ser eminentemente social, os processos que se seguirão devem levar em conta os modelos de funcionamento da mente, ou seja, a raiva, o medo e os demais recursos de processamento que o cérebro dispõe determinarão as respostas dos indivíduos neste ambiente. No entanto existe uma tendência nas neurociências, a partir das últimas décadas do século XX, de compreender a agressividade como sendo um fenômeno multifatorial que pode ser decorrente da inter-relação existente entre aspectos neuroadaptativos, psicossociais, ambientais e biológicos (GAUER, 2001; KRISTENSEN et. al. 2003).

Mas vamos dar um tempo nas citações, apesar da lista de autores mencionados ser limitada e as suas idéias espremidas em poucos parágrafos, já ficou claro para o leitor que a concepção sobre a violência é ampla e permite múltiplas abordagens. Conceituar a violência é importante quando falamos em agregação, organização e estabelecimento de leis e normas para o convívio social – seja entre duas pessoas, agremiações, ou nas sociedades ditas tradicionais e complexas – mas quando nos dirigimos para o campo da pesquisa etnográfica a violência tem mais vantagens se não for considerada um conceito único, ou um *petitio principii*, mas sim um recurso heurístico de análise. Isto se deve porque a percepção do que seja violência é relacional, depende do contexto, do grupo social e do que encaramos como moralidade, como ético, como agressão, como

---

<sup>68</sup> Estudos realizados sobre a relação entre patologias biológicas e cerebrais com a propensão a comportamentos agressivos e violentos podem ser conferidos em: Yeudall, 1982; Monahan; 1992, Swanson, 1994; Raine, 1997; Cheung & Schweitzer, 1998; Filley et. al., 2001; Gil, 2002; Gunnar & Donzella, 2002; Bateman & Fonagy, 2004.

uso abusivo da força, como poder e autoridade, envolve questões religiosas, políticas, jurídicas, ou seja, a dinâmica social historicamente contextualizada é que determina – em um movimento de dentro para fora – quais atos serão ou não considerados violentos.

Por estes motivos torna-se difícil estabelecer um conceito uniforme, homogêneo, bem como um hall de comportamentos aplicáveis a todas as situações e a todas as dinâmicas e organizações sociais de forma indiscriminada para que possamos identificar uma ação como violenta. Em outras palavras, para entendermos se um comportamento é violento temos primeiramente que perguntar o que os agentes envolvidos – agressores, vítimas e contexto social em que vivem – entendem por violência.

### **Violência, resolução de conflitos e punições entre os detentos**

Nas galerias o “plantão” assume o controle das disputas internas e decide quais desavenças, de que forma, quando e por quem poderão ser resolvidas dividindo com o Estado, e por vezes assumindo completamente, a função de regular e exercer o direito da força. O “plantão” Marcos comenta:

Lá na minha galeria eu procuro manter tudo em ordem. Se tu tem uma rixa com alguém, tudo bem, coloco os dois na cela e quando acertarem tudo podem sair.

Ao mesmo tempo em que os “plantões” procuram não disseminar as cizânias entre os detentos que estão sob a sua liderança e assim manter a galeria sobre controle, estão sempre estimulando algum tipo de tentativa de fuga, de motim ou rebelião e permitem que agressões sejam cometidas entre os presos. Isto ocorre em parte porque se por um lado existe um acordo implícito entre a Direção do presídio e os “plantões” de que estes devem controlar a disciplina nas

galerias, os “plantões” são exigidos pelos demais presos a estarem constantemente patrocinando tentativas de fugas e demonstrando que não estão submissos às ordens da Direção do presídio. O “plantão” que não demonstra resistência em relação ao cumprimento das normas de segurança do presídio é considerado “fraco”, “vendido” e que está “amolecendo” e não pode ser um líder entre os presos.

Um exemplo desta dupla função de submissão/insubordinação com relação às normas de segurança do presídio é o caso do “plantão” Marcos:

[...] Eu tenho um PAD (processo administrativo disciplinar), porque xinguei um guarda uns meses atrás. Mas eles chegam na porta da galeria e começam a gritar, não é assim que funciona, ninguém é guri pra levar esporro de graça. Respondi de volta e falei que não ia, se quisesse que me buscassem.

Marcos ao sentir-se desautorizado e enfraquecido perante a “ofensa” de ser desrespeitado pelo guarda na frente de todos agiu com uma agressão verbal e estava pronto para o confronto corporal o que poderia desencadear um tumulto de proporções maiores. No entanto o “plantão” ao se rebelar contra o que chamou de agressão e desrespeito do guarda e demonstrar para os demais detentos que estava disposto ao conflito reforçou a sua posição de liderança frente a estes e conseqüentemente diminuiu as chances de ter a sua autoridade questionada.

Marcos comenta sobre os desdobramentos deste episódio:

Não posso deixar barato. Daqui a pouco vai ter vagabundo na cela gritando comigo. Se querem conversar comigo tudo bem, mas não me trata como guri ou um vagabundo qualquer. [...] Conversei com o sargento depois e disse que a intenção não era tumultuar, mas não posso perder o respeito aqui dentro.

Outro exemplo da utilização da agressão pelos “plantões” é o de Cleber. Condenado a 130 anos de prisão por homicídio, latrocínio e assalto a banco,

embora não seja oficialmente o “plantão” da galeria onde cumpre pena, é apontado pelos guardas como “aquele que manda de verdade”. Cleber ao ser preso pela última vez na primeira metade dos anos 1990, assumiu a função de segurança particular do chefe de uma das facções criminosas nos presídios gaúchos<sup>69</sup> e assim ascendeu na hierarquia deste grupo. Além da segurança Cleber era o responsável por executar pessoalmente criminosos de grupos rivais, ou que deviam algum dinheiro ou favor e não haviam cumprido com a sua palavra. Sobre a posição de liderança que alguns presos assumem dentro do presídio, afirma:

Sair desta vida é quase impossível. Chega um ponto que não tem mais volta. Não vou mentir e dizer que sou santo. Já matei muita gente e não tenho mais como sair dessa vida. [...] Sempre vai ter alguém querendo te desafiar e não tem como deixar passar. Ou tu resolve, ou tu morre.

Encontramos aqui uma das dimensões da violência na relação entre os presos da PEJ. Para as lideranças dos presos o desrespeito à hierarquia é imediatamente respondido com uma agressão, que frequentemente assume contornos de violência, pois esta seria segundo eles, a linguagem mais clara e objetiva de demonstrar que mantêm o controle e a autoridade na galeria, assim como de inibir – através da instalação do temor às suas represálias – possíveis novas tentativas de desafiá-los. A utilização da violência, nestes casos, significa

---

<sup>69</sup> Nos presídios, mais especificamente da região metropolitana de Porto Alegre, podemos encontrar alguns grupos criminosos organizados. Contudo, atualmente quatro grupos se destacam por sua capacidade de organização e influência entre os detentos: os Manos do qual Cleber faz parte é o grupo mais numeroso e antigo; os Brasas, concentrados principalmente no Presídio Central de Porto Alegre são considerados “homens da guarda” por trabalharem no presídio, o que contribuiu para o surgimento do senso comum no sistema penitenciário, de que estes tiveram a sua criação no final dos anos 1990 favorecida pela Força Tarefa na tentativa de enfraquecer as demais facções; os Primos que concentram-se nos presídios de regime semi-aberto; e os Abertos, grupo recente e ainda em formação, constituído por integrantes dos Manos que progrediram para regimes como o semi-aberto e o aberto.

agressão física com a intenção de causar o maior dano possível sobre o outro e está associada intimamente ao receio da perda do poder. Frente à ameaça de ter a sua autoridade enfraquecida os “plantões” lançam mão de comportamentos violentos para restaurarem, ou impedirem, que o seu poder seja ameaçado.

Entretanto a relação estabelecida entre violência e poder não se esgota na assimetria entre ambos. Um preso pode agredir a outro tanto por receio da perda de poder, como por justamente deter o poder para praticar determinada agressão. Isto pode ser observado através de algumas desavenças cotidianas como, por exemplo, um preso ser espancado pelo líder da cela, porque durante a noite fez barulho ao urinar e acordou os outros companheiros, ou aquele com menor prestígio – geralmente os que têm a sua honra questionada – ao receber alimentos e roupas dos seus familiares durante o período de visitas, ser obrigado a ceder tudo o que ganhou para os demais companheiros de cela, ou em alguns casos de estupro àqueles presos que demonstram fraqueza e falta de hombridade. Sobre isto Vasco, que está na PEJ há dois anos cumprindo pena por assalto e receptação de roubo contou-me:

Lá na minha cela é mais tranqüilo. O pessoal é mais da antiga, a gente dividi tudo, um tá sempre ajudando o outro. [...] Mas tem cela aqui que o cara nem vê a cor da comida. Eu fico com pena, não deles, mas da família. A mulher, ou a mãe prepara tudo, faz um monte de coisa e o cara não sente nem o cheiro. [...] Coitada da mulher, mal sabe que tá casada com um vagabundo, que as vezes até mulher é aqui dentro.

Os “plantões”, nestes casos, não se envolvem diretamente e ao concederem certa autonomia aos presos que lideram permitem que estes regulem, em uma relação sistêmica, a correlação de forças nas celas. O poder do “plantão” aqui não está em aplicar ou não à violência, mas sim em democratizar o

seu uso e permitir que os próprios detentos possam gerenciá-la. Um exemplo disto ocorreu com Túlio. Enquanto conversávamos, percebi que tinha um sinal no rosto. Era uma tatuagem pequena e em forma circular na bochecha. Esse sinal significa, dentro dos códigos da prisão, que Túlio “pertence” a alguém e, portanto, ninguém pode “se meter com ele” sem autorização. Túlio foi condenado por ter estuprado três meninos entre cinco e dez anos de idade e quando foi preso não escapou à punição àqueles condenados por crimes sexuais. Após passar alguns meses sendo agredido sexualmente dentro do presídio, um preso resolveu se “apossar” de Túlio e o tatuou para marcar a sua propriedade. Túlio passou a fazer a faxina da cela, preparar a comida, lavar roupa e ser amante exclusivo. Esta situação vivenciada por Túlio não é incomum, pois violar sexualmente aqueles detentos condenados por atentado ao pudor e estupro é uma prática difundida entre os presos e realizada não em resposta a algum temor da perda de autoridade, mas justamente porque o agressor possui o poder de praticá-la. Há uma *coisificação* do outro que não é mais visto como um sujeito, mas sim como um objeto, a ser manipulado, que não têm direito a sentimentos e desejos próprios, mas passa a representar a satisfação dos anseios e desejos de quem o possui.

Contudo mesmo detendo a força e a autoridade para aplicá-la da forma que desejarem as ações dos líderes de galeria – e conseqüentemente dos demais presos – precisam estar legitimadas pelo código de honra dos detentos. Caso o “plantão” burle estas normas e abuse da força que dispõe – garantida pelo apoio do grupo criminoso que integra e pelos seus auxiliares – esses estão sujeitos a represálias. Um exemplo significativo desta dinâmica é a proibição de atos de abuso sexual cometido dentro do presídio contra familiares dos próprios presos.

Para os detentos, desrespeitar os familiares de outros presos nos dias de visitas é considerado uma falta grave e punida severamente. O “plantão” Marcos, afirma:

A gente respeita os familiares, porque são a nossa família, são eles que estão lá fora nos apoiando. E se um vagabundo mexe com a família de alguém apanha na cara que é para aprender a ser homem.

Para ilustrar esta lógica de respeito aos familiares e abuso de autoridade apresento o caso de Josué. A mãe de Josué, uma senhora de 63 anos de idade, em uma das visitas que fez ao filho na PEJ, acabou sendo violentada sexualmente pelo “plantão” da galeria. Este caso repercutiu entre os presos e acabou chegando à segurança do presídio. Porém tanto Josué como sua mãe negavam, quando questionados pelos funcionários, que o estupro pudesse ter ocorrido. No entanto, algumas semanas depois da agressão sexual que foi considerada entre os próprios presos como uma violência, o “plantão” foi esfaqueado, um dos seus auxiliares foi morto e um novo “plantão” assumiu a liderança da galeria. Com esse exemplo temos pelo menos três situações: uma do “plantão” que exagerou no exercício do seu poder e violentou sexualmente o familiar de outro preso, numa clara demonstração de desrespeito aos códigos da cadeia; sob outro aspecto o “plantão” foi agredido e quase perdeu a própria vida, restabelecendo assim a ordem na galeria; e por outro lado Josué que, mesmo sofrendo com a situação e desejando vingança, não relatou o ocorrido à administração do presídio e resolveu a situação entre os próprios presos.

Neste caso o “plantão”, pelos códigos dos presos, exagerou da sua posição de liderança e cometeu um ato de violência contra a mãe de Josué. No entanto o novo “plantão” que assumiu a galeria poderia destituir sem agressões, o antigo

líder, pois este último estava enfraquecido e deslegitimado perante a população carcerária, mas seguindo o protocolo do código de conduta dos detentos agiu com violência para numa demonstração de força marcar a sua ascensão a condição de “plantão” e reafirmar o código de honra entre os presos. Embora percebida como uma ação violenta, a atitude do novo “plantão” não foi considerada desmedida ou passível de represálias, mas sim como “justiça” e cumprimento as normas previamente estipuladas entre os próprios detentos. Josué que reclamava da violência sofrida pela sua mãe, por não ter recorrido à segurança do presídio e ter participado da agressão ao antigo “plantão” e seus auxiliares adquiriu o respeito perante a comunidade carcerária e pode sentir-se vingado.

Mas o entendimento sobre o que seja desrespeito e abuso sexual aos familiares é mais relacional do que causal. Certa vez, retornando da PEJ, após passar algumas horas em uma sala conversando com os presos, entrei no ônibus que me traria de volta a Porto Alegre. O ônibus estava repleto de familiares de presos que, assim como eu, estavam retornando para casa após passarem uma boa parte do dia dentro do presídio. Em pé, no fundo do ônibus, ouvi a seguinte conversa entre duas mulheres, onde a mais jovem, que aparentava ter um pouco mais de trinta anos, disse: “Tô toda assada, dei pra uns dez hoje! Mas já falei que da próxima vez, se for assim de novo, não volto mais”.

Ela estava se referindo ao seu companheiro que, para pagar dívidas com os traficantes de drogas no presídio, negociou seus “favores sexuais”. A sua queixa como pude perceber, durante a conversa que ambas travaram ao longo de toda a viagem, não era sobre o fato de ter que transar com outros presos para pagar dívidas do seu companheiro, mas sim pelo número de presos e a frequência com

que tinha que fazê-lo. A sua indignação dirigia-se não aos presos com os quais transou, mas ao seu companheiro que estava sempre envolvido em dívidas. Os dependentes químicos que realizam este tipo de acordo, embora não tenham muito respeito por parte dos demais detentos, são tolerados, pois, além de serem uma fonte de renda, também são utilizados para realizar alguns “serviços”, como assumir crimes no lugar de outros, entregar informações falsas para a segurança do presídio, realizar tráfico servindo como “aviões”, levando drogas de uma galeria a outra, entre outros. Este episódio, embora estivesse envolvido um familiar e o temor da possibilidade do uso da força – o companheiro seria punido se não pagasse a dívida contraída com o uso de drogas –, não foi considerado, pelas normas de conduta dos presos, um ato de violência, pois estava autorizado e contextualizado. O tabu da violação sexual de familiares é permitido ou não, é considerado violência ou não, e é passível ou não de represálias á quem o pratica dependendo das circunstâncias.

A experiência de Alan, mesmo com um outro desfecho, apresenta esta mesma ambivalência. Alan após uma discussão com seu vizinho, durante um churrasco em sua casa, o espancou e o assassinou esmagando o seu crânio com um paralelepípedo e por isso foi condenado a 15 anos de prisão. Quando ingressou na PEJ, passou a ser assediado sexualmente pelos demais detentos. Alan propôs aos presos que o assediavam que transassem com sua companheira nos dias de visitas e em troca ele seria poupado do abuso sexual. No dia da visita a sua esposa não aceitou a proposta que Alan lhe fizera, ambos discutiram e ela foi agredida pelo companheiro. Com esta situação Alan não conseguiu corresponder aos códigos de hombridade dos presos, pois além de tentar livrar-se

do assédio oferecendo em troca a sua companheira, frente à recusa desta a agrediu. Com a negativa da sua companheira em “prestar favores sexuais aos presos” e a sua conseqüente agressão o acordo estabelecido anteriormente foi cancelado e Alan além de perder o respeito por parte dos demais presos acabou sendo agredido sexualmente pelos seus companheiros de cela.

As agressões e a violência na PEJ nem sempre são realizadas através da subjugação física do outro e sobre o outro. Ela pode ser auto-infringida e até mesmo consensual, como nos casos em que um preso quebra os próprios dedos da mão, corta os braços ou pernas para ser transferido ou receber medicação na enfermaria do presídio. Ou então como no caso de Patrick, travesti que na época da nossa conversa tinha 21 anos, aos treze anos de idade saiu de casa e foi morar com o namorado, um homem de 43 anos que era traficante de drogas e, por isso, era preso constantemente. Quando Patrick completou 18 anos, passou a entrar no presídio com drogas e celulares que introduzia no ânus para entregar ao namorado. Em uma destas visitas foi preso, depois de ser revistado e descoberto pelos guardas. Condenado a cumprir prisão por tráfico de drogas, foi para o mesmo presídio que o namorado.

Não me quis mais. Já até tinha outra. O desgraçado até me bateu e dizia que eu tinha que aprender a ser esperta, que eu era burra, que não tinha nada que ser presa. [...] Bicha velha desgraçada!

Quando entrevistei Patrick, ele já tinha dois processos administrativos por ter agredido outros presos com um “estoque” – espécie de adaga confeccionada pelos próprios presos com pedaços de madeira e ferro retirados das grades, panelas e pratos – além de ser portador do vírus HIV e estar com gonorréia, mas mesmo assim, afirmava que continuava praticando sexo dentro do presídio:

Às vezes é com camisinha e às vezes não. Tem uns que não querem usar camisinha, acham que é chupar bala com papel. Mas sem camisinha eu cobro mais caro. [...] eu não me importo eles sabem que eu tô doente, se querem fuder com a vida deles o problema é deles. Eu já fudi com a minha mesmo. Quero mais que eles se fodam.

Na fala de Patrick podemos observar claramente um comportamento autodestrutivo, mesmo não sendo forçado a transar, inclusive, além de receber, podia escolher com quem e quando transar – direito conquistado na força e que resultou nas brigas citadas acima –, utiliza o próprio corpo como instrumento para também agredir aos outros.

Comportamentos violentos podem ser acionados como uma forma de afirmar a honra e como resposta a expectativas sociais. Um detento pode ser levado a agir de forma violenta, independentemente do seu desejo pessoal, pelas imposições sociais sobre como deve ou não se comportar em determinadas situações. O exemplo de Reginaldo que, após ser preso por latrocínio, acabou indo para a PEJ, ilustra esta dinâmica. Ao chegar à penitenciária, Reginaldo foi mandado, sem saber, para uma galeria onde estava o pai de um homem que ele havia assassinado em uma briga de bar, porém nunca fora acusado perante a Justiça por tal delito. O pai do homem assassinado por Reginaldo já estava sabendo que esse viria para a PEJ porque recebeu informações de alguns presos que haviam chegado semanas antes do Presídio Central, onde estava Reginaldo. Ao entrar na galeria, já estava tudo “arranjado” para matá-lo. Mas, como comenta Reginaldo:

O cara não conseguiu! Olha aqui (mostrou-me uma cicatriz ao lado do estômago) ele me deu uma facada, mas eu reagi e acabei pegando a faca dele. Cortei ele um pouco mais nada muito grave.

[...] Eu disse que matei o filho dele e lamentava muito, mas era ele ou eu. Foi numa briga de bar.

Reginaldo acabou sendo transferido para outra galeria e ainda hoje está na PEJ, porém evita ficar na mesma galeria que o pai do homem que assassinou.

Eu entendo ele, faria a mesma coisa. Eu tenho filho também! Eles são pequenos, sei que deve ser duro perder um filho! Mas o cara era vagabundo, devia pra todo mundo! O pai dele eu conheço, não é do crime! Não tenho nada contra ele, até por isso que não matei ele! [...] não vou tentar nada contra ele, mas vou me defender.

A agressão sofrida por Reginaldo assumiu um tom de vingança legítima e era esperada que acontecesse. Houve toda uma expectativa sobre a chegada de Reginaldo na galeria, preparação de como e onde a vingança ocorreria, segredos e conversas veladas para ocultar o “acerto de contas” tanto de Reginaldo, como dos funcionários do presídio. Casos como estes de vingança para restituir ou estabelecer a honra são mais do que um direito, são um dever. Com a tentativa de agredir o assassino do seu filho ritualisticamente ele confirmou ser um homem honrado e provou que é digno de respeito dentro do presídio. Por outro lado Reginaldo ao conseguir escapar da tentativa de homicídio e ainda reconhecer o direito do seu agressor em tentar matá-lo, bem como voluntariamente – uma vez que já provara que não temia, mas que respeitava a atitude do seu agressor – se afastar do mesmo e não tentar vingança, mas garantido que não haveria uma segunda chance também provou que é uma pessoa digna de respeito e conhecedor dos códigos de honra dos presos.

Outro exemplo é o de Iarley, condenado a 170 anos de prisão por duplo homicídio e assaltos a mão armada, logo que chegou à PEJ foi colocado para

trabalhar na enfermaria do presídio. Na primeira semana de trabalho agrediu a dois presos, sobre estes fatos comentou:

Não tô aqui para brincadeira. A minha pena é grande e não quero passar a vida toda aqui dentro. Eu tava na PASC e pedi para vir para a PEJ porque aqui o pessoal não me conhece e tenho mais chances de remissão de pena. [...] tô trabalhando, não quero confusão, só quero puxar a minha cadeia em paz [...] mas daí chegou dois vagabundo dizendo que estavam doentes, mas queriam na verdade era me fazer uma proposta para facilitar a entrada de remédios e drogas na galeria deles. [...] Eu já tinha dito para um outro, dias antes, que nada feito, daí sentei a mão nos dois que é para mostrar que não tô de brincadeira, não adianta dizer que não, tem que mostrar que não quer. [...] Aqui não adianta falar tem que agir.

O caso de Frederico, assim como os anteriores, nos ajuda a entendermos um pouco mais sobre a agressão e a violência como respostas a expectativas sociais. Aos 20 anos de idade foi condenado a prisão por tráfico de drogas e estelionato. Na primeira semana na PEJ agrediu um companheiro de cela porque este lhe “roubou um cobertor” e o chamou de “veado”.

Isto aqui não é lugar para ninguém. Logo no início quando eu ia dormir eu segurava o choro. [...] Não sou de briga, não brigava nem lá na rua. Mas é que não pode deixar passar. Se eu tivesse deixado que ele fizesse aquilo, já era. O cara era um vagabundo, um coitado. [...] Tirei uns dois dentes dele. [...] depois veio uns caras dizer para eu não esquentar a cabeça, porque ele tava merecendo a muito tempo que alguém desse uns tapas nele.

Aqueles presos recém chegados na prisão e que não conhecem ninguém são observados e testados pelos demais detentos para saber se este é um “homem de honra”. Neste caso, Frederico, não tinha escolha, teria que agredir o outro para ser respeitado. Mesmo que Frederico tenha percebido a situação como um ato violento – e provavelmente o seu oponente que não contava com a perda de dois dentes –, a sua reação para os códigos da cadeia é uma conduta

naturalizada, esperada e, mesmo sendo uma agressão, não é entendida como violência<sup>70</sup>.

A história que me foi narrada por Beto, também é significativa para ilustrar a relação dos detentos com a violência. Quando da sua segunda prisão, em um outro presídio antes de ser transferido para a PEJ, Beto e mais quatorze companheiros de cela organizaram uma greve de fome para reivindicar melhores condições de higiene e de espaço.

Não tinha condições. Imagina 15 enfiados em uma cela pequena, a gente tava dormindo uns em cima dos outros, sem falar no mofo, no cheiro ruim e no frio que a gente passava por ter que dormir na pedra – no chão – e não ter nem um cobertor. Não é porque a gente tá preso que podem fazer isso. A gente tava que nem bicho, e nem bicho merece aquilo [...] a gente organizou a greve de fome [...] a gente até tinha umas bolachas e umas coisas escondidas, mas que mais cedo ou mais tarde ia acabar, né!

A greve continuou por alguns dias sem que as reivindicações fossem atendidas. O grupo resolveu, em uma última tentativa de alcançar seus objetivos, atear fogo nos únicos quatro colchões que tinham. Porém o fogo saiu do controle e se espalhou pela cela queimando papéis, roupas e demais objetos. Antes mesmo que os guardas percebessem o que estava acontecendo dois presos já tinham morrido queimados e a cela estava completamente em chamas. Beto, sobre a morte dos companheiros, comenta:

A gente colocou os colchões na frente da cela. Mas daí o fogo apareceu muito rápido e quando a gente viu tava tudo queimando.

---

<sup>70</sup> Além destas situações, outras histórias narradas anteriormente, também são representativas desta dinâmica de uso da agressão e da violência como resposta as exigências sociais. Entre elas cito as experiências de Jaime que agrediu um preso durante uma partida de futebol, de Altair que matou o homem que o assediava sexualmente e, ainda, de Josué que mesmo reivindicando vingança e punição severa aos agressores da sua mãe teve que respeitar o código de conduta dos presos, ou seja, não denunciar o abuso sofrido por sua mãe à Direção do presídio e participar pessoalmente do confronto físico pela disputa da galeria. Em todos estes casos se não fosse cumprido o protocolo de conduta dos presos eles ao invés de adquirirem respeito poderiam ser agredidos e considerados homens sem honra.

Foi o maior desespero, nós fomos tudo para o fundo da cela, mas não tava adiantando. Daí eu peguei um vagabundo que tava junto e joguei no fogo para liberar espaço, e nessa jogamos um outro vagabundo também. Eu queimei as mãos e as pernas. É, quase que morre todo mundo lá.

A noção de violência neste caso assume significados diferentes para cada momento do processo. Beto sentia-se vítima de violência por estar em um local superlotado e sem condições de higiene; a depredação da cela e o atear fogo nos colchões não foi considerado um ato de violência, mas sim um protesto, uma reivindicação legítima pela violência anteriormente sofrida; jogar os seus companheiros de cela no fogo foi encarado por ele como uma atitude extremada, mas não violenta e segundo me contou:

Ali não tinha o que fazer, sobrevive quem pode [...] e os caras não prestavam mesmo, ninguém vai sentir falta. [...] tiveram azar, mas antes eles do que eu, ou um parceiro.

Nestes casos, quando está em jogo à sobrevivência e mesmo que as vítimas sejam identificadas como pessoas sem honra, mas que não deram motivos aparentes para serem mortas, pelo código de conduta dos presos ao contrário do entendimento pessoal de Beto, é uma violência. Porém uma violência permitida, legítima e necessária. Por isso Beto não sofreu nenhuma represália dos demais presos quando ingressou na PEJ. Inclusive o episódio é narrado sem nenhuma restrição e lhe confere certo prestígio como um homem que conhece os seus direitos, não tem receio em reivindicar e por ser leal aos seus amigos – ele poderia ter lançado qualquer um no fogo, mas escolheu aqueles entre eles que não tinham “honra”.

Como podemos perceber até aqui o significado de agressão e violência, entre os detentos, possuem limites não muito claros e, por vezes, se confundem.

Em linhas gerais a agressão entre os presos está relacionada às hostilidades verbais, ao desrespeito a direitos, às condições insalubres das galerias, ao perigo iminente, a possibilidade de punição tanto dos guardas como dos próprios presos, a um atentado a honra, a imposição da vontade e ao uso da força física sobre o outro. A violência seria uma qualidade, ou melhor, um superlativo destas agressões. Entre os presos existem pelo menos dois discursos sobre a violência que estão inter-relacionados e influenciam-se mutuamente. Um é coletivo e regido pelo código de honra ao qual todos os presos estão submetidos e se aplica ao ambiente carcerário. O segundo se manifesta no âmbito individual que, apesar da concepção coletiva de violência, os presos a interpretam, a simbolizam e a sentem de maneiras diferentes. Estas concepções individuais não estão restritas apenas ao ambiente carcerário e possuem um caráter relacional cujos limites que regulam se um ato é ou não violento, bem como a graduação de mais ou menos violento, são estipulados pela combinação entre o contexto em que vivem, valores pessoais, história de vida, características de personalidade e o código de honra dos presos. Este limite individual pode ser alcançado entre outros exemplos, dependendo do interlocutor, pelo ambiente hostil e insalubre, ou por uma bofetada no rosto, ou mesmo pela tortura seguida de morte.

Se o entendimento individual sobre o que seja violência apresenta múltiplas interpretações entre os detentos, por outro lado, o comportamento violento parece ser contido ou estimulado através de uma Lei – representada canonicamente pelo código de honra. Esta Lei não extingue ou neutraliza a violência, pelo contrário, a violência está presente, não enquanto anomalia, mas como um elemento constitutivo e formador desta mesma Lei. A violência pode ser tanto transgressão

como reafirmação das regras, pois a Lei não delimita o fato propriamente, mas as condicionalidades para que ele possa ser praticado ou considerado violento.

A violência, quando usada, desde os casos pontuais que envolvem apenas duas pessoas, até os casos mais extremados como nas rebeliões, é performaticamente ritualizada com comportamentos e códigos a serem seguidos – não necessariamente conscientes – que controlam a sua prática. A utilização da violência, além de dar vazão à agressividade contida, a sentimentos de frustração, de permitir a satisfação de desejos, de ser uma resposta às exigências sociais e dependendo do sujeito, muitas vezes, é o único comportamento conhecido para defender-se de agressões, também se apresenta como uma linguagem, uma forma de comunicar e ao ser administrada pelos “plantões” e regulada pelo código de honra dos detentos assume uma função social ao reavivar os valores e as normas de conduta entre os presos, possibilitar alianças, manter a correlação de forças entre indivíduos e grupos, definir papéis sociais e estabelecer a ordem nas galerias.

### **Violência e religião: a resolução de conflitos no Estrela do Cárcere**

Como observamos nos capítulos anteriores, para os “irmãos”, a Penitenciária Estadual do Jacuí é um lugar “governado pelo mal”. O presídio é dominado pelo “demônio”, que através da possessão influencia o comportamento dos detentos. Por isso, as agressões e os atos de violência praticados pelos presos que não integram o Estrela do Cárcere, antes mesmo de serem justificados através da influência do “mal”, são fatos esperados pelos “irmãos”.

Para combater este “mal” que domina o presídio, os “irmãos” estão constantemente em Guerra Espiritual<sup>71</sup> e beligerantes quanto ao cumprimento das normas do grupo. O obreiro Cardoso, condenado a 12 anos, sete meses e dez dias de prisão por assaltos e furtos de carro comenta sobre o constante estado de alerta em que vivem os “irmãos”.

Nós estamos sempre orando para Deus para que Ele nos ajude a ter forças para levar o evangelho para os outros presos e para resistirmos às tentações.

A Guerra Espiritual que os “irmãos” travam dentro do presídio não tem uma preocupação direcionada exclusivamente a disputa por novos fiéis com as demais denominações religiosas. Os “irmãos” não se preocupam especificamente com os demais grupos religiosos – cristãos ou não-cristãos – na busca por fiéis, pois os percebem como desarticulados, pouco eficientes e sem representatividade numérica no presídio. Para os “irmãos” os detentos ou estão desorientados e com a fé abalada – no caso dos integrantes de outros grupos cristãos – ou estão sob o “domínio do mal” e precisam ser evangelizados – no caso dos detentos que não integram nenhum grupo religioso ou que pertencem a alguma denominação religiosa não-cristã. Com este pensamento os “irmãos” tentam evangelizar desde funcionários, aos detentos não cristãos e religiosos de outros grupos pentecostais. Na intenção de alcançar o maior número de fiéis organizam “missões de evangelização”, onde passam a evangelizar em outras galerias.

---

<sup>71</sup> A Guerra Espiritual travada pelos “irmãos” do Estrela do Cárcere destina-se a combater toda a forma de “mal” que domina o homem e desafia os desígnios e a “Palavra de Deus”, podendo ser desde uma tentação pessoal para o consumo de drogas, ou um comportamento contestador de um de seus integrantes às normas internas do grupo até disputas com outras denominações religiosas e funcionários do presídio que “ameacem” à sua ideologia e crença. Sobre Guerra Espiritual e o impacto das possessões demoníacas no imaginário das igrejas pentecostais, conferir: Birman (1997), Mariz (1997) e Mariano (2003).

Estas “missões de evangelização” se por um lado são percebidas pelos “irmãos” como uma forma de levar a “Palavra de Deus” para diversos lugares no presídio e demonstrarem para os demais detentos que estão convertidos, em contrapartida também podem servir como uma “arma do diabo” para tentá-los e assim serem testados na “fé em Deus”. O diácono Francisco, quando comenta o ambiente hostil do presídio afirma:

Do mal só podemos esperar o mal! E ele vai tentar te puxar para o lado dele! Por isso é que temos que estar sempre atentos na fé!

Na tentativa de evitar que os “irmãos” missionários não fiquem muito tempo no mesmo ambiente e não sofram muitas influências e tentações do “mal” estes quando saem em “missões de evangelização” se revezam e não ficam mais que seis meses na mesma galeria. Segundo o presbítero Jéferson:

Nós precisamos nos reabastecer! Por isso é que voltamos para a igreja (referência à galeria 4B) para convivemos um pouco fora daquele ambiente pesado.

No entanto a Guerra Espiritual apresenta seus limites. Os “irmãos”, por terem que obedecer ao código de honra entre os presos e por não terem uma ascensão hierárquica sobre os mesmos não têm o poder de evitar as agressões cometidas entre os detentos e tampouco de impedir cultos de outros grupos religiosos que por ventura possam ocorrer nas demais galerias. O que fazem é aconselhar, conversar e orar. No seu testemunho de conversão, nas orações e na “fé no Espírito Santo” estão as suas principais armas para evitar que a violência ocorra. O obreiro Ismael comenta:

Às vezes fica até difícil de dormir com tanta coisa que acontece! Nós oramos 24 horas por dia. Fazemos turnos de oração. [...] oramos para que Deus nos ajude a tocar no coração deles, para ajudar a família deles, oramos para tudo.

Este comportamento de observação e não interferência direta nas relações com os demais detentos, dentro do Estrela do Cárcere já apresenta outra coloração. Para manter a ordem e a observância as suas normas os “irmãos” recorrem a algumas sanções que vão desde privação de alimento, proibição de participar por certo período das atividades do grupo, castigos corporais, exílio da galeria por um determinado tempo e até mesmo a exclusão do grupo<sup>72</sup>.

As penitências não são raras. Uma das formas de penitência para os “irmãos” que desrespeitam as normas do grupo consiste em ficar de joelhos em um apoio de madeira, coberto de tampinhas de garrafa amassadas, durante longos minutos. O funcionário Coimbra, que pertence ao quadro da Susepe e trabalhou na PEJ por seis anos, afirmou que certa vez percebeu que Sandro, um detento portador do vírus HIV com o qual tinha contato quase que diário, estava com os joelhos “muito machucados”. Ao explicar o motivo das escoriações esse preso – que pertencia ao Estrela do Cárcere – alegou que havia escorregado. Porém, outros detentos acabaram contando a Coimbra que Sandro estava sendo punido pelo “pastor” e tinha que ficar de joelhos no apoio de madeira durante longos períodos do dia para pagar pelo pecado que havia cometido.

Encontrar alguém entre os integrantes do grupo disposto a falar abertamente sobre as punições impostas aos “irmãos desviantes” não foi uma tarefa fácil. Entretanto em alguns depoimentos os “irmãos” deixaram transparecer que a força física é utilizada para resolver determinados problemas internos. O

---

<sup>72</sup> A intensidade e o tipo de punição são determinados pelo líder do grupo e, são aplicados caso a caso e não existe formalmente uma norma estabelecida que associe causalmente a transgressão a sua conseqüente penalidade.

“irmão” Vilnei, alguns meses depois de realizar um assalto à mão armada converteu-se a Igreja Universal do Reino de Deus, porém quando foi condenado pelo delito anteriormente cometido e conduzido a PEJ, passou a integrar a Assembléia de Deus, em uma das nossas conversas, comentou:

Às vezes a gente tem que usar a força física, mas a gente não machuca ninguém. [...] nós vamos de cinco, seis, oito “irmãos” e o levamos para a porta da galeria e chamamos os guardas para tirar ele de lá.

Nelson é obreiro do Estrela do Cárcere e se converteu dentro da prisão há dois anos, embora já freqüentasse a Igreja Universal do Reino de Deus quando em liberdade. Ele comenta:

Tem uns que estão lá só para complicar. Não tem problema em ficar na nossa galeria. Tem gente lá que a gente sabe que não é crente, mas às vezes fica lá porque não pode ficar em outra galeria. A gente deixa, mas ele tem que obedecer às normas da igreja. Não precisa aceitar, mas precisa respeitar. Mas daí vão para lá só para arrumar confusão, na verdade são instrumentos do mal para nos tentar. Se convida ele para sair, uma, duas até três vezes, se ele não mudar de comportamento ou sair do grupo a gente mesmo se reúne e tira ele do grupo.

Erasmus, obreiro do Estrela do Cárcere, diz:

Tem uns presos que nunca tiveram um pai, nunca tiveram limites na vida. Esta falta de limite acabou trazendo eles para cá. Eu sei porque fui assim também, não obedecia nada. Agora não sou mais assim porque aprendi muito na vida e graças a Deus pude encontrar a Deus que me salvou. Mas tem uns irmãos que precisam de uma disciplina mais forte que é para aprender a ter limites. [...] o caminho de Deus não é fácil, já o caminho do diabo é sedutor. Precisa disciplina para resistir.

As punições físicas para os “irmãos” que desrespeitam as normas do grupo são justificadas para manter e controlar a disciplina e as regras internas, assim como auxiliar aos “desviantes” a resistirem às tentações do “demônio”. A imposição de castigos físicos não diminui a autoridade dos líderes perante o

grupo, pelo contrário, demonstra sim, a sua força e a coragem de enfrentar o “mal” e zelar pela unidade e “perseverança na fé”. Os “irmãos” argumentam que aqueles entre eles que se desviam do “caminho da retidão” e transgridem as normas da Igreja ou questionam as lideranças não estão agindo por vontade própria, mas são influenciados pelo “demônio” com a intenção de enfraquecer e combater a “Obra de Deus” e, por isto, precisam ser punidos para retornarem ao convívio do grupo. A transgressão as normas e a afronta às lideranças é assim deslocada das relações mundanas de disputas de poderes, dos jogos políticos, desacordos sobre a organização do grupo, para o plano espiritual, onde o “demônio” utiliza como subterfúgio os “irmãos” que “enfraqueceram na fé” para atingir diretamente a “Vontade de Deus”.

A fim de garantir a legitimidade da punição física, bem como para diferenciá-la daquelas impostas pelos demais detentos, essa é justificada pelos “irmãos” através do livro Romanos do Novo Testamento, que no capítulo treze, versículos de um a cinco garante, segundo eles, o direito da liderança da Igreja punir aqueles que “pecam”. O versículo diz o seguinte:

Toda alma esteja sujeita às autoridades superiores; porque não há autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que há foram ordenadas por Deus. Por isso quem resiste à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Porque os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a autoridade? Faze o bem e terá louvor dela. Porque ela é ministro de Deus para o teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz de balde a espada; porque é ministro de Deus o vingador para castigar o mal. Portanto, é necessário que lhe estejais sujeito não somente pelo castigo, mas também pela consciência.

Os líderes do Estrela do Cárcere ao estabelecerem castigos e sanções aos “irmãos” evocam este capítulo da Bíblia para justificarem que foram investidos

desta autoridade por Deus. Como é Deus que está punindo e não o “homem”, a punição passa a se justificar uma vez que, como Deus é infalível, aquele que está sendo submetido à punição merece o castigo. Os castigos não são percebidos como violência, mas como algo necessário para a redenção aos “olhos de Deus”, para mostrarem ao grupo que estão arrependidos e como um processo de reflexão para lembrarem a si mesmos do “compromisso com Deus” e resistirem as “tentações do demônio”.

O obreiro Danúbio está na sua segunda condenação por tráfico de drogas. Na primeira vez em que esteve preso, afirma que “não queria saber de religião”. Após sair em liberdade, acabou retornando a PEJ e desde 2003 integra o Estrela do Cárcere.

Todo mundo está sujeito a errar! O demônio é astuto e aproveita os nossos momentos de fraqueza para nos tentar. [...] quando um “irmão” erra esse erro tem conseqüências. Por isso que ele tem que mostrar que está arrependido. [...] Se ele achar ruim (referindo-se as sanções sofridas) é porque não está arrependido.

Embora legitimadas através da Bíblia, algumas punições impostas àqueles que desobedecem as normas do grupo são percebidas por alguns “irmãos” como agressivas. Todavia, por mais desproporcional que possa parecer uma punição em relação à transgressão, os “irmãos” de uma forma geral as entendem como necessárias, uma vez que, foram “autorizadas por Deus” e aplicadas em nome da “Sua Obra” contra pessoas “possuídas pelo mal” e que só obedecem mediante a força física. As agressões a partir desta ótica deixam de ter um caráter negativo e não são associadas à violência, mas passam a ser entendidas como punição, correção e castigo para aqueles que desrespeitaram e desafiaram o “Poder Divino”. E como os homens são apenas instrumentos da “Vontade Divina”,

aqueles que aplicam as punições não podem ser responsabilizados. O presbítero Jéferson comenta sobre as sanções àqueles que transgridem as normas do grupo.

Ninguém gosta de punir um “irmão” é como se tivesse punindo a mim mesmo! Mas neste lugar é a única forma às vezes da pessoa entender que errou.

O obreiro Arilson sobre as punições que os “irmãos” impõem aos que desrespeitam as normas, disse-me:

Não devemos responder a violência com violência. Por isso que não respondemos quando um preso em uma galeria mexe com a gente. [...] as disciplinas que temos aqui são para a edificação da Palavra de Deus.

A vigilância contra as “armadilhas do mal” faz com que o grupo sinta-se sob uma constante tensão e ameaçado pela influência do “demônio”, que tanto pode ser gerada pelo “mal”, de uma forma genérica identificado em todo o presídio, como personalizada em um “irmão” que “desviou-se”. Quando o grupo sofre algum tipo de sanção ou represália por parte da Direção ou dos demais detentos – o “plantão” não mais desejar a presença dos “irmãos” na sua galeria, um “irmão” ser acusado de infringir alguma regra do presídio ou não receber o benefício de progressão de regime – ou ainda quando um “irmão” é acometido por algum tipo de doença, logo se identifica um *culpado humano*. Aqui me refiro a um *culpado humano* porque, em última análise, para os “irmãos” o culpado é sempre o “demônio”.

Este culpado serve, assim, como *bode expiatório*, que não necessariamente é uma única pessoa, mas por vezes pode ser todo o grupo que está “esmorecendo na fé” ou “dando pouco testemunho da Palavra de Deus”. A definição de *bode expiatório* e do impacto simbólico deste, proposta por René

Girard (2004), apresenta analogia e nos auxilia a entender a dinâmica estabelecida entre os “irmãos”:

Os bodes expiatórios não curam, sem dúvida, nem as verdadeiras epidemias, nem as secas, nem as inundações. [...] O bode expiatório age sobre as relações humanas perturbadas pela crise, mas dará a impressão de agir igualmente sobre as causas exteriores, as pestes, as secas e outras calamidades objetivas (GIRARD, 2004, p. 60-61).

Entretanto a utilização de castigos físicos para punição de transgressões e redenção dos pecados, não encontra aceitação unânime entre os “irmãos”. As punições físicas são aplicadas somente àqueles integrantes que compartilham da necessidade desta para a purificação dos pecados ou aqueles que se submetem com receio de alguma outra represália. Os que não aceitam a pena física sofrem outros tipos de agressões, que vão desde a humilhação pública, quando é atacada a sua honra até, se este “irmão” persistir no “erro” e não se submeter aos castigos impostos, a expulsão. Gilmar, ex-integrante do Estrela do Cárcere, comenta:

Eu ainda sou crente. A minha conversão foi verdadeira. Só saí do grupo porque eu pensava diferente em algumas coisas, daí preferi sair. [...] lá a gente fica muito bitolado e tem umas coisas que acontecem que eu não concordo. [...] eu vi “irmão” ser punido por pouca coisa, um “irmão” não dá tapa na cara de outro “irmão”.

Outro exemplo aconteceu no ano de 2000 quando um integrante do Estrela do Cárcere, descontente com as normas rígidas do grupo, fez uma série de denúncias para a Direção do presídio. Entre elas, conforme o processo administrativo disciplinar (PAD) número 271, folha 88, de agosto de 2000, aberto pela administração do presídio, o “pastor” era acusado de: censurar as cartas que os “irmãos” recebiam; controlar quem podia ou não sair da galeria para o pátio interno; centralizar o recebimento de comida enviada pelos familiares dos presos;

vender roupas doadas pela comunidade evangélica para os “irmãos”; só autorizar a entrada de rádios e televisores se esses fossem doados para o grupo religioso e, portanto ficando sob sua responsabilidade. Segundo as acusações, o “pastor” inclusive tinha um livro de registro das transações que realizava no presídio.

Este “irmão”, mesmo após as suas denúncias, continuou na galeria 4B por mais alguns dias, o que acarretou em represálias do “pastor”, conforme depoimento incluído no mesmo processo disciplinar:

O Miguel quando ficou sabendo do meu depoimento ele ficou muito bravo comigo e gritava no pátio que eu havia cagüetado ele para a policia. [...] O Miguel me humilhou no meio da igreja [...] ele me chamou de cão e eu tive que ficar quieto. (PAD nº 271, fls. 88).

Este processo disciplinar foi arquivado por falta de provas e de testemunhas. O livro de anotações das possíveis irregularidades do “pastor” nunca foi encontrado. O “irmão” que fez as denúncias acabou por sair do grupo religioso. Conversei com o “pastor” acerca deste episódio, e ele garantiu-me que as acusações eram falsas e o processo foi arquivado por falta de provas. Atribui as denúncias à influência do “demônio” sobre algumas pessoas que tentam difamá-lo. Conversei com mais “irmãos” sobre o episódio, alguns me disseram que não sabiam do ocorrido e outros garantiram que as acusações eram falsas. O “irmão” Vilnei, ao comentar as denúncias, falou:

O mal tem muitas faces. Ele sabe do trabalho do pastor e tem medo. Daí utiliza algumas pessoas para difamar o pastor. O pastor tem fama aqui dentro. Foi um homem que fez muitas coisas, mas agora está mudado, e tentam utilizar o passado dele para difamá-lo. Mas Deus é mais forte.

O obreiro Joílson, da mesma forma que Vilnei, atribui as acusações às “artimanhas do mal” para difamar a “Obra de Deus”.

Por que nunca descobriram nada? Porque não tem nada para descobrir! Aqui é muito fácil fazer uma acusação! Só que todo mundo se conhece, se tivesse alguma coisa já teriam achado! Isto é o demônio com medo da Obra de Deus aqui dentro. Tem medo de perder espaço.

Analisando o discurso coletivo dos “irmãos” a penitenciária está dividida aparentemente entre dois universos, ou seja, de um lado o *sagrado* representado pela galeria 4B e pelos “irmãos” do Estrela do Cárcere e do outro o *profano* identificado no presídio, de uma forma geral, e nos demais detentos<sup>73</sup>. A penitenciária sob esta ótica passou a ser entendida como sendo não somente uma prisão física, mas também espiritual. Prisão espiritual que os “irmãos” têm a “obrigação” de combater, mesmo que para isso também tenham que usar a força e a agressão entre os seus próprios integrantes para se manterem “constantes na fé”.

Mas esta divisão entre *sagrado* e *profano* não é estática. No discurso coletivo existe a cisão clara entre ambos, porém quando vamos para as práticas religiosas do grupo, o entendimento no nível individual do que seja *sagrado* e *profano*, é menos rígido. Por exemplo, as proibições de relações sexuais com a companheira antes do casamento, do consumo de cigarros e bebidas alcoólicas e da leitura de certos jornais e revistas para alguns “irmãos” não deveriam ser proibidos, pois não são pecados. Mesmo entre estas discordâncias não existe

---

<sup>73</sup> Para Durkheim a religião separa o mundo em dois pólos distintos que estão em constante relação, ou seja, o Sagrado e o Profano. Segundo o autor: *a divisão do mundo em dois domínios, compreendendo, um tudo o que é sagrado, outro tudo o que é profano, tal é o traço distintivo do pensamento religioso; as crenças, os mitos, os gnomos, as lendas são ou representações ou sistemas de representações que exprimem a natureza das coisas sagradas, as virtudes e os poderes que lhe são atribuídos, sua história, suas relações entre si e com as coisas profanas. Mas por coisas sagradas não devemos entender simplesmente estes seres pessoais que chamamos deuses ou espíritos: um rochedo, uma árvore, uma fonte, uma pedra, uma peça de madeira, uma casa, enfim qualquer coisa pode ser sagrada. Um rito pode ter este caráter, sequer existe rito que não o tenha em algum grau (DURKHEIM, 2003, p. 19-20).*

unanimidade. Para alguns o sexo antes do casamento deveria ser proibido a exceção daqueles que já estão com casamento marcado, para outros o sexo deveria ser permitido àqueles que se casaram antes de se converterem, mas a sua companheira ainda não foi batizada. Há aqueles que acreditam que beber não deveria ser proibido desde que com moderação, para outros a única bebida aceita seria o vinho. As opiniões alternam sobre o que deve ou não ser proibido a partir de uma perspectiva individual e não são abertas ao grupo. Neste mesmo sentido algumas punições aplicadas aos “irmãos” e o controle rígido exercido pelos seus líderes são entendidos por alguns como uma distorção da hierarquia da Igreja e dos preceitos cristãos. Mas este dissenso individual e não verbalizado abertamente sobre as normas de convivência e as práticas religiosas não descaracterizam imediatamente a força do discurso coletivo que ainda prevalece como referência sobre o que pode ou não ser feito, o que é ou não pecado.

Estas dissonâncias também se manifestam na relação dos “irmãos” com a violência. Mesmo condenando qualquer tipo de violência e declarando que através do batismo nasceram novamente e a vida de crimes ficou para sempre no passado, a violência continua fazendo parte do seu universo de relações e é evocada nos seus discursos de conversão e evangelização. Ao ouvir os comentários dos “irmãos” sobre a conversão do “pastor” e sobre as suas próprias conversões percebi que há certa exaltação sobre a época em que pertenciam a “vida de crime”. Não se busca esquecer, mas sim lembrar a trajetória criminosa. Esta é sempre lembrada como uma época de desafios, de aventuras, de perigos, mas também associada à desesperança e a tristezas. Quanto mais crimes, aventuras, decepções e infortúnios são compostas as narrativas, mais esta

é evocada e resignificada através do discurso religioso. Quanto mais longe se estava do “caminho de Deus”, mais admirada é a conversão, pois mostra a atuação do “Poder Divino” e a “força da fé” de quem a profere. Além disto, estes discursos como já observamos no capítulo *Sobre Honra e Hierarquia*, também são usados para se legitimarem como pessoas que obtiveram “sucesso na vida do crime” e assim se constituírem em interlocutores com os demais detentos.

Para os “irmãos” os crimes cometidos entre os presos outsiders ao grupo, assim como, os abusos de força e as agressões praticadas por esses são consideradas ações violentas e motivadas pela “influência do mal”, cujo objetivo é combater a “Obra de Deus” e inclusive desvirtua-los do “caminho correto”. Em contrapartida as agressões praticadas dentro do grupo, são encaradas por eles como necessárias para manter a ordem estabelecida. Essas punições, a princípio, não visam o prejuízo de alguém – diferentemente de como entendem as agressões entre os demais detentos –, mas sim manter a paz dentro do grupo e trazer o desviante para o “caminho de Deus”. O uso da força, o controle absoluto das atividades dos “irmãos” e as penitências impostas pelos líderes do grupo revestem-se de uma autoridade “Divina” em que os que aplicam são apenas instrumentos da “Vontade de Deus”. Essas sanções se justificam porque são para a instauração e glorificação do “Poder Divino”.

E nesta associação entre violência e religião não há nenhum paradoxo, ou ao menos como demonstrou René Girard (1990) é um paradoxo freqüente. Aqui é preciso abrir um parêntese. Em primeiro lugar como a violência nem sempre é percebida como tal pelos que a praticam, tanto individual como coletivamente, sugiro que substituamos a expressão violência para o composto de

*comportamentos que podem ser considerados violentos dependendo do observador.* Em segundo, entendo religião como um *sistema simbólico*. Clifford Geertz embora não tenha sido o primeiro a utilizar o conceito, foi sem dúvida em termos operacionais para a análise etnográfica o que mais contribuiu e influenciou os estudos antropológicos a partir da segunda metade do século XX. O conceito de religião como um *sistema simbólico* sistematizado por Geertz considera que este: *atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo estas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas* (GEERTZ, 1989, p. 67). Porém mesmo concordando com as *poderosas e penetrantes* disposições que conferem uma *fatualidade* a determinados conceitos e visões de mundo tenho divergências quanto à forma, a intensidade e o caráter universal como as pessoas se relacionam com a religião. Sem me alongar mais entendo a religião como um *sistema simbólico* que através de uma relação dialética estabelecida entre o indivíduo, o ambiente em que vive, o grupo social ao qual faz parte e a sociedade em geral, concede e recebe sentidos que explicam o mundo ao redor – tanto no plano individual como coletivo – e que não se manifesta de forma homogênea ou imutável, mas é um fenômeno contingente, historicamente contextualizado e que pode apresentar, mesmo entre os praticantes de uma mesma crença, múltiplos significados<sup>74</sup>. Fecha parêntese. Os exemplos sobre a relação do fenômeno religioso com comportamentos que poderão ser considerados violentos são os

---

<sup>74</sup> Para outras discussões sobre o caráter não universal e contextualizado do fenômeno religioso conferir Despland (1979) e Asad (1993).

mais diversos, entre eles temos: os genocídios cometidos por Deus no antigo testamento; Moisés ao deixar as águas do rio Nilo cair sobre o exército egípcio que perseguia os hebreus; Abraão ao conduzir o seu filho Isaac para ser sacrificado em nome de Deus; Josefo que em 67 DC, ao liderar a revolta hebréia na cidade de Jotapata contra os romanos, após ser derrotado e frente à eminência de ser capturado combinou com alguns dos seus soldados que um mataria o outro porque o suicídio era proibido pela lei judaica; as cruzadas medievais contra os infiéis muçulmanos; os sacrifícios humanos dos Maias e Astecas ou de animais nos rituais afro-brasileiros; a guerra entre muçulmanos bósnios e cristãos sérvios, a antropofagia dos tupiniquins na busca de incorporar ritualisticamente a força dos seus adversários; a inquisição na Europa medieval; as mútuas agressões entre palestinos e israelenses; o livro dos mortos egípcio que dependendo para onde pendia a balança a alma era lançada no esquecimento; os homens-bomba de alguns grupos islâmicos; os rituais de auto-flagelação durante o festival de Thaipusan, ou nas encenações de São Pedro Cutud nas Filipinas; os suicídios coletivos de grupos como o Movimento para a Restauração dos Dez Mandamentos em Uganda, ou da Igreja Youngsang na Coreia do Norte, ou mesmo do Temple of Peoples do pastor Jim Jones<sup>75</sup>.

Voltando ao Estrela do Cárcere o que pude constatar é que as punições e as agressões físicas e verbais impostas aos “irmãos” que se “desviam” mesmo podendo ser entendidas a partir de recursos analíticos como o mimetismo com o

---

<sup>75</sup> Mas não sejamos apressados em creditar unicamente à religião as causas da violência aos exemplos citados. Diversos fatores estão envolvidos como questões políticas, econômicas, ambientais, sociais, geográficas, educacionais, étnicas, porém a religião, ou melhor, o discurso religioso circunscreve, modula e fornece sentido fazendo a interligação entre os demais aspectos.

ambiente agressivo da prisão, a adaptação aos códigos e valores estabelecidos entre os presos, a comportamentos aprendidos ao longo das suas histórias de vida, a necessidade de manter o controle do grupo, as disputas de poder, ou ainda atribuímos a alguns destes homens determinadas patologias biológicas ou estruturas e transtornos de personalidade que facilitaríamos uma conduta agressiva, estes argumentos nos auxiliam somente em parte na compreensão da utilização do discurso religioso como justificativa para ações agressivas e violentas.

A religião entre os “irmãos” ao operar como um *sistema simbólico*, permite justificar e dar sentido aos atos criminosos que cometeram antes de “aceitarem a Cristo”, assim como situa e explica a vida que levam no presídio e os integra em uma rede de sociabilidade. No entanto, este *sistema de símbolos* por mais que se tente padronizá-lo, através de repetições das passagens bíblicas, das histórias de conversão e do controle rígido do comportamento não exerce a mesma influência a todos os “irmãos”, porque existem nuances individuais e coletivas tanto no discurso como na prática religiosa destes. Se por um lado a religião entre os “irmãos” atua como um ponto de encontro, uma amarra, um lugar seguro onde as divergências encontram solução, por outro serve como referência, como ponto de partida para os dissensos e é objeto de múltiplas percepções.

Colocado isto o fenômeno religioso e comportamentos que podem ser considerados violentos embora não excludentes, não mantêm necessariamente uma relação causal. Os “irmãos” – pelo menos entre os que participaram desta pesquisa – não utilizam o discurso religioso para ocultar ou reproduzir motivações psicológicas, disputas de poder e os atos agressivos e violentos aprendidos e praticados antes da conversão ao cristianismo pentecostal da Assembléia de

Deus, mas sim as suas experiências com a violência ao interagirem com o discurso religioso são incorporadas e resignificadas por este, que por sua vez, se adapta, sofre influências e interfere no ambiente e nas circunstâncias na qual vivem propiciando que os atos agressivos e violentos possam aflorar e serem extravasados dentro de um contexto receptivo simbólico e socialmente para absorver estes comportamentos.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A proposta, apresentada no início deste trabalho, de compreender a relação entre os atos de violência praticados pelos presos crentes dentro da Penitenciária Estadual do Jacuí e como esses são justificados através do discurso religioso não se pretende conclusiva, mas procura contribuir com a discussão acerca da religião e como essa se insere na rede de relações das sociedades contemporâneas.

Alguns aspectos relevantes mostrados nos capítulos anteriores merecem destaque. Como demonstrei no primeiro capítulo, a Penitenciária Estadual do Jacuí desde a sua fundação passou por pelo menos três momentos distintos no trabalho de ressocialização dos presos. Primeiramente como uma colônia penal destinada a regenerar o delinqüente através do trabalho braçal. Com a falência desse modelo, a PEJ passou gradualmente a servir como abrigo, com o objetivo de afastar o detento da sociedade. O controle da disciplina e o isolamento do preso objetivavam a reflexão e o “*arrependimento*” pelos crimes outrora cometidos. Esse modelo de presídio também se mostrou frágil no controle e na regeneração dos presos. Atualmente a PEJ vem adotando o discurso religioso como alternativa para a ressocialização. A religião, embora tenha, através da LEP, garantido um espaço de atuação nos presídios, não é mais orgânica no Estado e a sua participação é de assistência aos presos. Porém pude perceber que na PEJ, mesmo não oficialmente, a religião configura-se como a principal alternativa da Direção do presídio para manter o controle sobre o comportamento dos detentos.

Constatai que há uma tendência dentro do Estrela do Cárcere de resgatar fiéis das igrejas pentecostais que estavam afastados do “caminho do Senhor”. A maioria dos meus informantes são oriundos de famílias que freqüentavam alguma igreja evangélica, ou eles próprios tinham algum tipo de inserção em uma comunidade evangélica.

A religião, conforme demonstrei nos depoimentos dos informantes, não impede que os “irmãos”, ao saírem em liberdade, incorram em novos delitos. Porém, durante o tempo em que estão presos, esses tornam-se, na visão dos funcionários da PEJ, “dóceis” e “passivos”. Postura essa estimulada pelos funcionários, pois contribui para o estabelecimento da “ordem no presídio”.

Entre os detentos, crentes ou não-crentes, a honra configura-se como o principal atributo pessoal, onde ser ou não detentor de honra passa a situar os presos e a delimitar papéis na rede de relações dentro do presídio. A honra para eles está em não trair os “códigos da cadeia”, que implica em ter hombridade – revidar as agressões sofridas –, manter a palavra até as últimas conseqüências, não delatar os demais presos e resolver todas as questões entre os próprios detentos.

Ao integrar o grupo Estrela do Cárcere o novo crente passa a redimensionar o seu universo simbólico, fazendo uma bricolagem entre os códigos dos presos não-crentes e os preceitos bíblicos e doutrinários da Assembléia de Deus. O detento que ingressa no Estrela do Cárcere gradativamente é estimulado a modificar a sua forma de vestir, de falar, a ter hábitos de leitura e a alterar o seu comportamento de forma geral. Podemos constatar essa modificação no comportamento através da aprendizagem da leitura por aqueles “irmãos” que não

sabiam ler. Como demonstrei no capítulo III, o domínio da habilidade da escrita e uma escolarização formal não apresentam um significado relevante na vida dos “irmãos”. Em contrapartida, a fluência da leitura é valorizada, para que o “irmão” possa ter contato com os textos da Bíblia e acessar diretamente a “Palavra do Senhor”.

Os “irmãos”, por estarem em um presídio, acabam presenciando cotidianamente atos de violência devido às disputas de poder entre grupos criminosos, desavenças entre os presos e punições das mais diversas para aqueles que desrespeitam as normas e regras que regulam as relações dos detentos.

Em meio a este cenário, os “irmãos” percebem o presídio como um lugar repleto de maldade e que precisa ser evangelizado. Devido a isso precisam estar constantemente vigilantes “na retidão da Fé”, porque entendem que o demônio é astuto e espera os momentos de fraqueza para tentar desviar o “irmão” do “caminho do Senhor”.

Para se manterem “firmes na Fé” os “irmãos” estipularam regras rígidas que devem ser incondicionalmente obedecidas. A desobediência a estas regras desencadeia um processo de punição. Essas punições internas ao grupo Estrela do Cárcere são justificadas entre os “irmãos” para manterem o grupo coeso e assim não serem influenciados pelo “mal”.

Ser influenciado pelo “mal” significa, para os “irmãos”, ter em algum momento fraquejado na observância da “Vontade de Deus” ou ter “pouca fé”. Os “irmãos” entendem que quando o homem “sucumbe à tentação” está sendo “guiado” pelo demônio. Com essa lógica os “irmãos” justificam as transgressões que porventura

venham a praticar após a sua conversão. Aquele que se “desviou do caminho de Deus”, desde que se arrependa dos pecados que cometeu e após ser punido, pode retornar à convivência do grupo.

Os dados da pesquisa parecem indicar que há uma diferença na percepção do que seja violência entre os detentos crentes e não-crentes. Para os não-crentes a agressão física é o recurso mais freqüente para resolver os problemas internos. Entre os “irmãos”, atos de agressão física somente são permitidos como último recurso para manter a disciplina e a obediência às normas e regras do grupo. Esses atos de violência, muito embora sejam percebidos como agressivos, quando aplicados internamente ao grupo são encarados, pela maioria dos meus informantes crentes, como punições e castigos e não mais como um ato de violência. A punição passa a ser um direito exclusivo dos líderes do grupo, que é concedido por Deus para manter a obediência e o respeito à “Vontade do Senhor”.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. Os números da cultura. In: RIBEIRO, Vera Masagão. **Letramento no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2004, p.33-46.
- ADLER, Alfred. **Comprender la vida**. Barcelona: Paidós, 1999.
- ALBERTO, André. A Colônia Daltro Filho sem mascara. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 17 e 22, 21 de fevereiro, 1954.
- AMORETTI, Rogério. Bases para a leitura da violência. In: AMORETTI, Rogério (org). **Psicanálise e violência**. Petrópolis: vozes, p. 36 – 46, 1992.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ASAD, Talal. **Genealogies of Religion: discipline and reasons of power in christianity and islam**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Azul: garantias e violações dos direitos humanos no RS 2000/2001**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa RS, 2001.
- BANDURA, Albert. **Modificación de conducta: análisis de la agresión y la delincuencia**. México: trilhas, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Aprendizaje social y desarrollo dela personalidad**. Madri: Aliança, 1990
- BARREIRA, César. **Crimes por encomenda: Violência e pistolagem no cenário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume–Dumará, 1998.
- BERGERET, Jean. **La violence fondamentale: el inagotable Edipo**. México: Fondo de cultura economica, 1990.
- BERKOWITZ, Leonard. **Agresion, sus causas, consecuencias y control**. Desclee de Brouwer, 1996.
- BATEMAN, A., & FONAGY. P. Mentalization-basead understanding of borderline personality disorder. In: \_\_\_\_\_. **Psychotherapy for Borderline Personality Disorder: mentalization-based treatment**. Londres: Oxford University Press. p. 55-109, 2004.
- BIRMAN, Patrícia. Males e malefícios no discurso neopentecostal. In: BIRMAN, Patrícia. **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997, p. 62-80.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: perspectiva, 1987.

BOWMAN, Alan; WOOLF, Greg. **Cultura escrita e poder no mundo antigo**. São Paulo: Ática, 1995. p. 24-42.

BRIGADA Militar Ocupa presídios. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 63, 26 de julho, 1995.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação. In: RIBEIRO, Vera Masagão. **Letramento no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2004, p.47-64.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 44, 2002, p. 173 – 185.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **II Caravana Nacional de Direitos Humanos**. Relatório: uma amostra da realidade prisional brasileira. Brasília: Coordenação de Publicações Câmara dos Deputados, 2000.

CAMPBELL, J. K. El Honor e el Diablo. In: PERISTIANY, J. G. **El concepto del honor en la sociedad mediterránea**. Barcelona: Labor, 1968, p. 127-156.

CARDOSO, Marta Resende. Violência, domínio e transgressão. **Psyché**, v. VI, n. 10. p. 161 – 171, 2002.

CARVALHO, Ricardo Augusto de. Saúde mental e trabalho um novo (velho) campo para a questão da subjetividade. In: CODO, Wanderley. **Sofrimento Psíquico nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 58-64.

CARVALHO, Salo de. **Pena e garantias: a crise do direito e do processo penal, o garantismo jurídico, as teorias da pena, os sistemas de execução, a lei de execução penal, os conflitos carcerários, os direitos (de resistência) dos presos**. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. 288

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. **História da Leitura no Mundo Ocidental 1**. São Paulo: ática, 1998.

CHARTIER, Roger. Do livro a leitura. In: \_\_\_\_\_. **Práticas de Leitura**. São Paulo: estação liberdade, 1996 p. 77 - 106.

CHEUNG, P, SCHWEITZER, I. Correlates of aggressive behaviour in schizophrenia: an overview. **Aust N Z J Psychiatry**. 1998, Jun; 32 (3), p. 400 - 409.

CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE COMPORTAMENTO (CID 10): descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Coord. **Organização Mundial da Saúde**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CORRÊA, Gilmar Nunes. A violência política institucionalizada. **Humanas**, Porto Alegre, v. 22, n. 1-2, p. 203-236, 1999.

COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DADOUN, Roger. **A violência**: ensaio acerca do “homo violens”. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 1992, p. 199-236.

DESPLAND, Michel. **La Religion em occident**: evolution des idées et du vécu. Montreal: Fides, 1979.

DETENTO da PEJ torna-se pastor. **Correio do Povo**. Porto Alegre, p. 19, 10 de maio, 1999.

DORNELLES, Renato; TREZZI, Humberto. Superlotação agrava drama nos presídios. **ZERO HORA**, Porto Alegre, p. 70, 30 de julho, 1995.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarquicus**: O Sistema Das Castas e Suas Implicações. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

DURKHEIM, Emile. **As Formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_, **O processo civilizador**: a formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. II, 1993.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Rio de Janeiro: paz e terra, 3 ed. 1990.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuers**. 2ª ed. São Paulo: perspectiva, 2002.

FACHINI, Natal. Enfoque psicanalítico da violência social. In: AMORETTI, Rogério (org). **Psicanálise e violência**. Petrópolis: vozes, p. 47 - 61, 1992.

FERNANDES, Rubens César. Os evangélicos em casa, na Igreja e na Política. **Religião e Sociedade**. Porto Alegre, v. 17, n 1-2, p. 4-15,1996.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2002.

FILLEY C. M. & cols. Toward an understanding of violence: Neurobehavioral aspects of unwarranted physical aggression – Aspen Neurobehavioral Conference Consensus Statement. **Neuropsychiatry, Neuropsychology and Behavior Neurology**, v.14, n. 1, p. 1-14, 2001.

FLORES, Renato. A biologia na violência. **Ciência e saúde**, v. 7, n. 1, p. 197 – 202, 2002.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupo populares**. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 28ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 20ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_.(org). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto (org.). **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994. p 67-159.

FREUD, S. **O mal estar da civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GAUER, Gabriel Chittó. Personalidade e conduta violenta. **Civitas**, v. 1, n. 2, p. 45-66, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

\_\_\_\_\_. A religião como sistema cultural. In: \_\_\_\_\_. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989b, p. 65 – 92.

GIL, R. **Neuropsicologia**. 2ª. ed. São Paulo: Santos, 2002.

GINSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRARD, René. **A Violência e o Sagrado**. São Paulo: Universidades Estadual Paulista, 1990.

\_\_\_\_\_. **O bode expiatório**. São Paulo: Paulus, 2004.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do trabalho de campo: reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 48, p. 91-107, 2002.

GOODY, Jack. **A lógica da escrita e a organização da sociedade**. Lisboa: edições 70, 1986.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GRAFF, H. **The Legacies of literacy**: continuities and contradictions in western cultures and society. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

GUINDANI, Mirian. K. Os (des) caminhos da avaliação criminológica. **Revista de Estudos Criminais**. Sapucaia do Sul: Notadez, n. 10, 2003.

GUNNAR, M. R; DONZELLA, B. Social regulation of the cortisol levels in early human development. **Psychoneuroendocrinology**. Vol. 27, n. 1-2, p. 199 – 220, 2002.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **O trabalho e os dias**: um estudo sobre os presos trabalhadores do presídio Central de Porto Alegre. (mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

HEGEL, Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. 3ª. ed. Petrópolis: vozes, 1997.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: nova cultural, Coleção os pensadores. v.2, 1988.

JUNGBLUT, Airton Luiz. Os domínios do maligno e seu combate: notas sobre algumas percepções evangélicas atuais acerca do mal. **Debates do NER**, ano 4, n 4, p. 35-42, 2003.

JUNIOR, João Farias. **Manual de criminologia**. Curitiba: Educa, 1990.

JUNIOR. Ney Fayet. A evolução histórica da pena criminal. **Crime e Sociedade**. Curitiba: Juruá, p. 229-256, 1998.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KLEIMAN, Ângela. (org). **Os significados do letramento**. Campinas: mercado das letras, 1995.

KRISTENSEN, Christian H. & cols. Fatores etiológicos da agressão física: uma revisão teórica. **Estudos de psicologia**. V. 8, n. 1, p. 175 – 184, 2003.

LEACH, E. R. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL. – Lei n. 7.210, 11-julho-1984. **Publicado no Diário Oficial da União - 1984**. São Paulo: Saraiva, 1997.

LORENZ, Konrad. **A Agressão**: uma história natural do mal. Lisboa: Moraes editores, 1974.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. Abril: São Paulo, 1976.

\_\_\_\_\_. **Um diário no sentido estrito do termo**. São Paulo: record, 1997.

\_\_\_\_\_. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília: universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MAIS DE DEZ presos fugiram da Colônia Penal Daltro Filho. **Folha da Tarde**, Porto Alegre, p. 8, 10 de dezembro, 1959.

MARIANO, Ricardo. Guerra Espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais. **Debates do NER**, ano 4, n 4, p. 21-34, 2003.

MARIZ, Cecília Loreto. O demônio e os pentecostais no Brasil. In: BIRMAN, Patrícia. **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997, p. 45-61.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: nova cultural, 3 ed., 1988.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Um panorama do protestantismo brasileiro atual. In: LANDIN, Leilah. **Sinais dos Tempos**. Rio de Janeiro: ISER, 1989, p. 37-86.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 2001.

MINAYO, Maria C. S. & SOUZA, Edinilsa R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências e saúde**. V. IV (3), p. 513 – 531, 1998.

MONAHAN, J. Mental disorder and violent behavior: perceptions and evidence. **Am. Psychol.**1992; 47: 511-21.

NETTO, Andrei. A Facção da Fé. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 46, 24 de novembro de 2002.

\_\_\_\_\_, Vírus transpõe o Cárcere. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 50, 24 de setembro de 2000.

NOVAES, Regina. **Os Escolhidos de Deus:** pentecostais, trabalhadores e cidadania. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

ODÁLIA, N. **O que é a violência.** São Paulo: brasilense, 1985.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. Movimentos Carismáticos na América Latina: Uma Visão Sociológica. **Cadernos do ISER.** Rio de Janeiro, n 5, p. 36-49, 1975.

OLIVEN, Ruben. **Violência e Cultura no Brasil.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ONG, Walter. **Oralidade e Cultura Escrita.** Campinas: Papyrus, 1998.

ORO, Ari. O atual campo evangélico gaúcho. **Religião e Sociedade.** v. 17, n 1-2, 1996.

\_\_\_\_\_. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. **Debates do NER.** Porto Alegre, ano 2, n 3, p. 9-72, 2001.

\_\_\_\_\_. Religiões e eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004. **Debates do NER,** Porto Alegre, ano 5, n 6, p. 9-34, 2004.

PEDDE, Valdir. A percepção dos fiéis pentecostais quanto ao envolvimento de suas denominações na atividade política. **Debates do NER,** Porto Alegre, ano 5, n. 6, p. 113-128, 2004.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PERISTIANY, J. C. **El concepto del honor en la sociedad mediterránea.** Barcelona: Labor, 1968.

PITT-RIVERS, Julian. Honor y categoria social. In: PERISTIANY, J.C. **El concepto del honor en la sociedad mediterránea.** Barcelona: Labor, 1968.

PRESÍDIOS sob intervenção. **Zero Hora.** Edição 10.935, Porto Alegre, p. 24, v. 032, 27 de julho, 1995.

RAINE, Adrian. **Psychopathology of crime:** the criminal behavior as a clinical disorder. Academic Press, 1997.

RIBEIRO, Vera Masagão. Por mais e melhores leitores: uma introdução. In: RIBEIRO, Vera Masagão. **Letramento no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Global, 2004, p. 9-32.

\_\_\_\_\_. Alfabetismo e atitudes: pesquisa junto a jovens e adultos paulistanos. **Revista Brasileira de Educação,** v. 9, 1998, p. 5 – 15.

RIO GRANDE DO SUL. **Informe Técnico nº 5:** escola dos serviços penitenciários. Impresso por gráfica popular limitada. Porto Alegre, ano 5, out. 1998.

RIO GRANDE DO SUL. **Portaria nº. 314** de 13 de agosto de 1971. Regulamento da Penitenciária Estadual do Jacuí.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº. 4664** de 5 de dezembro de 1930. Crêa a colônia correccional.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº. 5345** de 3 de junho de 1933. Regula a aplicação de condenados nos trabalhos externos de utilidade pública.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº. 5745** de 28 de dezembro de 1968. Dispõe sobre a estrutura da Superintendência dos Serviços Penitenciários.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº. 19.572** de 20 de março de 1969. Dispõe sobre unidades da rede penitenciária do Estado e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº. 20768** de 7 de dezembro de 1970. Dispõe sobre a reorganização dos serviços penitenciários.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. São Paulo: Papirus, 1994.

RODRIGUES, Gilse Elisa. **Negociando Crenças**: um estudo antropológico sobre conversão religiosa em uma penitenciária gaúcha. (mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil**: uma interpretação sócio-religiosa. Petrópolis: Vozes, 1985.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SANCHI, Pierre. Pentecostalismo e Cultura Brasileira. **Religião e Sociedade**. v. 18. n. 02, p. 123-126, 1999.

SATO, Leny. O conhecimento do trabalhador e a teoria das representações sociais. In: CODO, Wanderley. **Sufrimento psíquico nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SCHELIGA, Eva Lenita. **Convertidos, Convencidos e Descrentes**: Considerações sobre o campo religioso no Departamento Penitenciário do Paraná. [S.l.] Trabalho apresentado no GT "Fronteiras do Sagrado: Mutações na interface religião e sociedade, V RAM, 2003.

SEGATO, Rita. Religião, Vida Carcerária e Direitos Humanos. In: NOVAES, Regina (org) **Direitos Humanos**: temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 137-145.

SILVA, Mozart Linhares. **Do império da lei as grades da cidade**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

SISTEMA PENITENCIÁRIO. **Superintendência dos Serviços Penitenciários**. Porto Alegre, 1970, 89 p.

SOARES, Magda. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão. **Letramento no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2004, p.89 – 113.

\_\_\_\_\_. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. n. 25, p. 5 – 17, 2004b.

SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

STEIL, Carlos Alberto. Eleições, votos e instituição religiosa. **Debates do NER**. Porto Alegre, ano 2, n. 3, , p. 73-86, 2001.

STREET, B. V. **Social literacies: critical approaches to literacy in development, ethnography and education**. London, New York: Longman,1995.

SUPERINTENDENTE da Susepe se demite. **Zero Hora**, edição 10.837, Porto Alegre, p. 43, v. 031, 21 de abril, 1995.

SUSEPE decide liberar entrada de visitas no final de semana. **Zero Hora**, edição 10.862, Porto Alegre, p. 64, v. 032, 16 de maio, 1995.

SWANSON, J. W. Mental disorder, substance abuse and community violence: an epidemiological approach. In: MONAHAN, J; STEADMAN, H. J. eds. **Violence and Mental Disorder**. Chicago: University Chicago Press; 1994, p. 101 – 136.

SYKES, Gresham. **Crime e sociedade**. Rio de Janeiro: Bloch. 1969.

TAVARES, Maria Ribeiro da Silva. **Estudo e sugestões sobre o reajustamento de delinqüentes**. Porto Alegre: Fundação Patronato Lima Drummond, 1948.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2002.

TÚNEIS ameaçam a estrutura do Central. **Zero Hora**, edição 10.920, Porto Alegre, p. 77, v. 032, 13 de julho, 1995.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: UFRJ – FGV, 1996.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**. Brasília: universidade de Brasília, 1991.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo social**: revista de sociologia da USP, v. 9, n. 1, p. 5 – 41, 1997.

WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

\_\_\_\_\_. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins fontes, 1999.

WOLFF, Maria Palma. **Antologia de Vidas e Histórias na Prisão, emergência e injeção de controle social**. Rio de Janeiro: Lumen–Juriz, 2004.

\_\_\_\_\_. Prisões no Rio Grande do Sul: aspectos de sua evolução e problemática (1953-1989). In: Alzira Lewgoy et.al. **Marginalidade e Controle Social**. Porto Alegre: Secretaria da Justiça do Rio Grande do Sul, 1991, p. 241 – 386.

WOORTMAN, Klaas. Breve contribuição pessoal à discussão sobre a formação de antropólogos. **Série Antropologia**, n. 182, 1995.

YEUDALL, L. T, FROMM-AUCH, D. DAVIES, R. Neuropsychological impairment of persistent delinquency. **J Nerv Ment Dis**, 170 (5), p. 257-65, 1982.

ZALUAR, Alba. Condomínio do Diabo: as classes populares urbanas e a lógica do “ferro” e do fumo. In: PINHEIRO, Paulo Sergio (org). **Crime, violência e poder**. São Paulo: brasiliense, 1983, p. 249-276.

\_\_\_\_\_. O crime e a não-cidadania: os males do Brasil são. In: BIRMAN, Patrícia. **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997, p. 109-134.

\_\_\_\_\_. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3 – 17, 1999.

ZAFFARONI, Eugenio. R. Los objetivos del sistema penitenciário y las normas constitucionales. In: **Jornadas sobre sistema penitenciário y derechos humanos**. Buenos Aires: Del Puerto, 1997.